

ESTUDOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

VOLUME 1

ORGANIZADORES:
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA, Dr.
JONATHA PEREIRA BUGARIM, Msc.



ESTUDOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

VOLUME 1

ORGANIZADORES:
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA, Dr.
JONATHA PEREIRA BUGARIM, Msc.





EDITORA ENTERPRISING

Direção Nadiane Coutinho

Gestão de Editoração Antonio Rangel Neto

Gestão de Sistemas João Rangel Costa

Conselho Editorial

- Sérgio Henrique de Oliveira Lima, Dr. UFCA;
- Fabiane Cortez Verdu, Dra. UEM;
- Mirelle Cristina de Abreu Quintela, Dra. UFVJM;
- Cátia Rodrigues Barbosa, Dra. UFMG;
- Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. UFSM;
- Francisco Horácio da Silva Frota, Dr. UECE;
- Eliana Alcantra, Dra. UninCor;
- Agnaldo de Sousa Barbosa, Dr. UNESP;
- Cibele Barsalini Martins, Dra. UFSC;
- Jane Mendes Ferreira Fernandes, Dra. UFPR.

Copyright © 2021 da edição brasileira.

by Editora Enterprising.

Copyright © 2021 do texto.

by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es). Obra sob o selo Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Diagramação	João Rangel Costa
Design da capa	Nadiane Coutinho
Revisão de texto	Os autores



EDITORA ENTERPRISING

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

Tel. BR: (96) 981146835

CNPJ: 40.035.746/0001-55

**ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA, Dr.
JONATHA PEREIRA BUGARIM, Msc.
(Organizadores)**

Estudos Avançados em Políticas Públicas

Volume 1



Tucuruí - PA

E82

Estudos Avançados em Políticas Públicas Volume 1 / Robson Antonio Tavares Costa (Organizador), Jonatha Pereira Bugarim (Organizador). - Tucuruí: Editora Enterprising, 2021.

(Estudos Avançados em em Políticas Públicas)

Livro em PDF

195 p., il.

ISBN: 978-65-84546-03-5

DOI: 10.29327/552573

1. Políticas Públicas 2. Esporte 3. Lazer. 4. Pesquisas

I. Título.

CDD: 320

Acreditamos que o conhecimento é a grande estratégia de inclusão e integração, e a escrita é a grande ferramenta do conhecimento, pois ela não apenas permanece, ela floresce e frutifica.

Equipe Editora Enterprising.

Sumário

APRESENTAÇÃO		08
CAPÍTULO 1:	A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA: uma revisão de literatura	09
	<i>Rebeca Santos da Silva</i> <i>Stéfany Daiane Menezes Batista</i>	
CAPÍTULO 2:	POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE: um estudo sobre a lei Pelé e suas principais características	31
	<i>Jorge Alberto Santana dos Anjos</i>	
CAPÍTULO 3:	CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO: UMA PROPOSTA DE LAZER PARA OS MUNICÍPIOS	52
	<i>Erlane Cardoso Progênio</i> <i>Jéssica Santos de Lima</i>	
CAPÍTULO 4:	UM PROJETO DE BALÉ CLÁSSICO NA REGIÃO DA AMAZÔNIA PARAENSE: um Relato de Experiência	67
	<i>Marcos Vinicius Mota Pinto</i> <i>Victor Makoto Assunção Souza</i>	
CAPÍTULO 5:	POLÍTICAS PUBLICAS VOLTADAS AO ESPORTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ	84
	<i>Bismarke Tocantins dos Santos</i>	
CAPÍTULO 6:	PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: OLHARES ALÉM DAS CARTILHAS	100
	<i>Alexandre Souza Cardoso</i> <i>Dimas Melo Cardoso</i>	

CAPÍTULO 7:	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO PARÁ: uma análise sobre os programas Bolsa Talento E Talentos Esportivos da SEEL	124
	<i>Wollace Bruno dos Santos Oliveira</i>	
CAPÍTULO 8:	POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO GOVERNO FEDERAL: Uma Análise Dos Artigos (2019 A 2021) Da Revista Brasileira De Estudos Do Lazer	133
	<i>Irena Marta da Silva Aragão Ruth Ferreira Rodrigues da Silva</i>	
CAPÍTULO 9:	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE COM FOCO NO PROJETO AGITA SÃO PAULO – Uma revisão de literatura	143
	<i>Guilherme Diniz Barboza Tamires Sofia Cunha de Melo</i>	
CAPÍTULO 10:	PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	158
	<i>Cairo Ferreira Coelho Matheus Costa Nascimento</i>	
CAPÍTULO 11:	O EMPREGO DA HERMENÊUTICA JURÍDICA PARA O ALCANCE DA JUSTIÇA SOCIAL	172
	<i>Estélio Silva Barbosa Francisco Wellington de Sousa</i>	

Apresentação

Prezados(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o primeiro volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS”, que reúne em seus 11 capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores. Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes.

Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!

Equipe Editora Enterprising.



Capítulo 1

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA: uma revisão de literatura

DOI: 10.29327/552573.1-1

Rebeca Santos da Silva
Stéfany Daiane Menezes Batista



A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA: uma revisão de literatura

Rebeca Santos da Silva

r3beca.silva@gmail.com

Stéfany Daiane Menezes Batista

stefanymenezesdb@gmail.com

RESUMO

O presente estudo apresenta a importância das políticas públicas nos cenários atuais, principalmente, na área da Educação Física escolar atrelada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos documentos mais imprescindíveis da área educacional. O objetivo é expor informações sobre políticas públicas e a Base Nacional Comum Curricular, além de descrever as discussões referentes a Educação Física na BNCC. Desse modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica utilizando artigos encontrados em plataforma de dados no período de 2019 a 2021. Após a seleção e filtragem dos artigos foram selecionados 4 trabalhos. Os resultados evidenciam que a Base Nacional Comum Curricular ocasionou diversos conflitos na área da Educação Física, desde a criação do PPP das escolas até a formação de professores de EF. Ressaltando a organização da Educação Física na BNCC e as dificuldades da aplicabilidade da mesma. Portanto, nota-se que este documento é necessário para ampliar as formas de ensino e organizar os meios de aprendizagem, entretanto, ainda, existem algumas problemáticas, as quais dificultam o entendimento sobre o documento e que prejudicam o aprendizado do professor, sendo assim, não se encaixando no cenário brasileiro do ramo da Educação Física.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Física. Base Nacional Comum Curricular.

ABSTRACT

This study presents the importance of public policies in current scenarios, especially in the area of school Physical Education linked to the Common National Curricular Base (BNCC), one of the most essential documents in the educational area. The goal is to expose information about public policies and the Common National Curricular Base, in addition to describing the discussions regarding Physical Education in the BNCC. Thus, a literature search was conducted using articles found in data platforms from 2019 to 2021. After selecting and filtering the articles, 4 papers were selected. The results show that the Common National Curricular Base caused several conflicts in the area of Physical Education, from the creation of the PPP of schools to the training of PE teachers. Highlighting the organization of Physical Education in the BNCC and the difficulties of its applicability. Therefore, it is noted that this document is necessary to expand the ways of teaching and organize the means of learning, however, there are still some problems, which hinder the understanding of the document and hinder the teacher's learning, thus, not fitting in the Brazilian scenario of the Physical Education branch.

Keywords: Public Policy. Physical Education. Common National Curricular Base.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito apresentar os conceitos de políticas públicas, políticas públicas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular, além, dos resultados encontrados nos artigos publicados no período de 2019 a 2021 sobre a Educação Física na BNCC.

As políticas públicas, são grupos de ações voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um dever público que visa conseguir determinada demanda em várias áreas. Expressa a transformação do que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público (Guareschi et al., 2004). Já, as políticas públicas educacionais, caso da Base Nacional Comum Curricular, são ações e decisões do Governo relacionadas ao ambiente escolar.

Dessa maneira, a BNCC é de suma importância para o meio escolar, pois relata pontos necessários para a obtenção de um ensino básico almejado. Assim, a Educação Física como área do conhecimento da BNCC proporciona a prática de diversos movimentos, mas também promove o conhecimento de expressões culturais, ou seja, os alunos vivenciam o movimento, mas problematizam diversos fatores, como o gênero e assim vão desconstruindo o preconceito.

Contudo, vale ressaltar que a aprovação da Base Nacional Comum Curricular ocasionou diversos conflitos na área da Educação Física, que serão abordados neste trabalho, porém, nota-se a importância de investigar mais sobre o tema, pois esta ideia surgiu a partir de um trabalho desenvolvido na disciplina Políticas Públicas de Educação Física e Esporte e Lazer, onde o professor definiu as temáticas e cada equipe se responsabilizou por pesquisar, selecionar e examinar artigos sobre o conteúdo.

O objetivo geral dessa pesquisa é apresentar informações e conceitos sobre políticas públicas, políticas públicas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular, e descrever as discussões referentes aos conflitos gerados em diferentes aspectos da Educação Física dentro da BNCC.

Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos. Conceituar políticas públicas e políticas públicas educacionais. Apresentar como ocorreu o processo de criação da Base Nacional Comum Curricular. Apontar como a Educação Física está organizada enquanto unidade temática dentro da Base Nacional Comum Curricular. Perceber e relatar as dificuldades da aplicabilidade da Base Nacional Comum

Curricular de Educação Física nas escolas. Apresentar discussões relacionadas à Educação Física dentro da Base Nacional Comum Curricular no período de 2019 a 2021.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, pois conforme Oliveira (2007, p.27) é “uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos”.

Desse modo, realizou-se a pesquisa nas seguintes plataformas de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e nas Revistas Motrivivência, Movimento, Revista de Educação Física da USP e sites na “Internet”. Os termos empregados nessa primeira fase de pesquisa foram: “políticas públicas”, “políticas públicas educacionais”, “políticas públicas de Educação Física escolar” e “Governo Federal”. Não foram encontradas muitas produções científicas referentes a esses termos, pois foram utilizadas obras publicadas no período de 2019 a 2021. Assim, resolveu-se abordar a Educação Física na Base Nacional Comum Curricular, desse modo, os estudos que atendiam aos critérios da pesquisa foram 4 artigos. Após essa seleção, foram analisados e posteriormente as informações dos resumos foram retiradas e, se fosse necessário, seria realizada uma leitura completa do texto. Vale destacar, que para dar maior propriedade ao assunto foram agregadas informações e discussões bibliográficas acerca de políticas públicas, políticas públicas educacionais e a BNCC.

Por fim, ocorreu a análise com conteúdo, que segundo Triviños (1987, p.161) organiza-se da seguinte maneira: pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização) e interpretação referencial (tratamento e reflexão).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

A área das políticas públicas é repleta de colaborações, assim, o propósito desse tópico é identificar os principais conceitos e tipos de políticas públicas, apresentar a contribuição de alguns autores e fornecer informações para o melhor entendimento em relação ao tema.

Para entender o termo política pública é necessário um entendimento separado de cada palavra. Inicialmente, política é de origem grega, politikó, e significa a participação das pessoas nas decisões do seu país, estado ou cidade. Já a palavra pública é de origem latina, publica, significando povo. Dessa forma, o conceito política pública refere-se à participação do povo nas decisões relacionadas a sua nação.

De modo geral, políticas públicas são conjuntos de ações, programas e decisões que os governos (nacionais, estaduais e municipais) tomam com a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados que procuram assegurar algum direito a vários grupos da sociedade ou uma parcela social, étnica, econômica ou cultural, melhor dizendo, correspondem a direitos assegurados pela Constituição (POLITIZE, 2016).

O conceito que melhor define políticas públicas é de Azevedo (2003), para ele política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões, ou seja, o responsável por elaborar e implementar políticas públicas é o governo, e não o povo (sociedade civil), o povo faz política.

Nota-se, que existe diferença entre política e políticas públicas, desse modo, o historiador e filósofo Michel Foucault (1979) afirmou que todos os indivíduos fazem política no seu cotidiano, isso é possível por que as pessoas precisam tomar decisões diante de conflitos. Então, a política, constrói uma organização de grupos diante decisões referentes a choques de interesses. Desse modo, para que os interesses dos diversos grupos da sociedade sejam notados ou solucionados, é necessária uma organização social.

Adiante, o quadro apresenta quatro autores e suas definições, que contribuíram de maneira significativa para a área de políticas públicas, eles são considerados os “pais” fundadores.

Quadro 1: “pais” fundadores das políticas públicas

AUTOR	DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	ANO DA OBRA
Laswell	Introduziu o termo policy analysis (análise de política pública) e procurou conciliar a produção de ações governamentais com o conhecimento acadêmico e científico, além de promover o diálogo entre cientistas sociais, governo e grupos de interesse.	1936
Simon	Apresentou o conceito Policy Makers (decisores públicos), referente a racionalidade limitada dos decisores públicos e que esta poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Ou seja, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas, sejam eles	1957

	informações incompletas, tempo para a tomada de decisões, auto-interesse etc., porém a racionalidade pode ser aumentada pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) sobre o assunto.	
Lindblom	Contestou a importância dada ao racionalismo por Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.	1959
Easton	Contribuiu ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Para ele, as políticas públicas recebem <i>inputs</i> dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.	1965

Fonte: Laswell, Simon, Lindblom e Easton (apud SOUZA, 2006, p. 23-24).

Classificação das políticas públicas

As políticas públicas possuem objetivos e particularidades diferentes, assim, existem quatro tipos de políticas públicas que afetam diretamente a sociedade. Elas são: políticas públicas distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas.

As políticas públicas distributivas são decisões que o governo toma relacionadas a serviços prestados a uma parte da população e assim, beneficiam alguns grupos sociais ou regionais em detrimento de outros. Já as políticas públicas redistributivas alcançam um maior número de pessoas, uma parcela da população é tributada (os mais privilegiados) para oferecer serviços a uma parcela menos favorecida, assim as políticas públicas procuram diminuir as disparidades sociais, ou seja, visam o benefício do cidadão de baixa renda.

As políticas públicas regulatórias afetam a sociedade por igual, ou seja, elas não fazem exceções a alguns grupos sociais, elas são as mais visíveis ao público e deliberam normas de distribuição e uso dos recursos públicos, além disso, regulamenta como as outras políticas públicas vão ser implementadas. Por fim, as políticas públicas constitutivas organizam e distribuem responsabilidades de ações entre os municípios, estados e Governo Federal, além de estipular competências e formas de participação de social, elas regulamentam a elaboração das próprias políticas públicas.

Políticas públicas educacionais

Segundo Oliveira (2010) Política Pública Educacional é:

[..] tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

Dessa maneira, as políticas públicas educacionais correspondem às decisões do governo referentes ao ambiente escolar, essas decisões envolvem diversas questões e problemas como: contratação de professores, construção de prédios, materiais didáticos, gerenciamento escolar, formação dos professores, valorização profissional, entre outros. Portanto, política pública educacional é uma forma de organização da educação escolar, conforme os interesses dos alunos e perspectivas para o futuro dos mesmos.

Continuamente, as políticas públicas de Educação Física Escolar sempre estiveram ligadas a períodos históricos no Brasil, visando cumprir objetivos e papéis favoráveis a esses determinados momentos e correspondendo aos interesses da classe dominante. Com isso, a Educação Física Escolar aglutina características e entendimentos diferentes em cada momento histórico, mostrando a forte intervenção do Governo na área de políticas públicas educacionais.

Atualmente, a base de toda a educação brasileira é a BNCC, nela a Educação Física aborda as práticas corporais em suas diversas formas e estas possibilitam experiências emotivas, sociais, lúdicas e outras, sendo de suma importância para a Educação Básica. Sendo assim, as aulas devem proporcionar aos alunos a construção de um conjunto de conhecimentos sobre movimentos, cultura corporal, desenvolver a autonomia e o cuidado com ele próprio e com os outros, e favorecer a sua participação de forma confiante e autoral na sociedade (BRASIL, 2018).

Dessa forma, Educação Física Escolar necessita de construções de espaços (quadras) para a sua prática, investimentos em materiais e professores qualificados para que sua aplicação seja de qualidade e eficaz. Portanto, é necessário políticas públicas educacionais voltadas para a melhoria dessa área, para alcançar a formação integral do indivíduo.

4. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Como ocorreu o processo de criação da Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo elaborado pelo governo federal que visa estabelecer quais são as aprendizagens essenciais que todos os estudantes do Brasil devem adquirir e desenvolver ao longo das fases e modalidades na Educação Básica, além de assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (BRASIL, 2018).

A princípio, a proposta de criação da Base Nacional Comum Curricular não é algo recente, existem marcos legais importantes que levaram a elaboração e efetivação desse documento norteador do currículo escolar. O quadro a seguir apresenta os principais fundamentos legais que instituíram a criação da BNCC.

Quadro 2: Marcos legais que estabeleceram a criação da Base Nacional Comum Curricular

MARCO LEGAL	SÍNTESE DA PROPOSIÇÃO LEGAL
Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL,1988).	Art. 210: faz referência aos conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, assegurando uma formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96. (BRASIL, 1996).	Art. 26: Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada.
Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1997).	Afirmam a necessidade de o Estado elaborar parâmetros curriculares para orientar as ações educativas, adequando-se aos ideais democráticos (PCN, 1997, p. 14).
Resolução nº4 do CNE, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010).	Art. 14: destaca a criação de uma base nacional comum para a Educação Básica que de constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente.
Plano Nacional de Educação (2014- 2024) Lei nº 13.005, (BRASIL 2014).	Meta 2.2 e Meta 3.3: define a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem que configurarão BNCC para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Diário Oficial da União. DOU. Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015. (BRASIL, 2015).	Institui a comissão de especialistas para a elaboração de proposta da base nacional comum curricular, iniciando-se a discussão e elaboração da BNCC.
---	--

Fonte: BOSCATTO, IMPOLCETTO E DARIDO (2016, p.99)

Dessa maneira, a elaboração da Base Nacional Comum Curricular iniciou-se em 2015 com ajuda de especialistas brasileiros e uma profunda análise de documentos curriculares, após isso, a primeira versão da BNCC foi disponibilizada a sociedade para consultas públicas presenciais e online, comentários e sugestões de melhoria para o documento, e assim proporcionar uma maior participação da população na elaboração do documento.

No ano seguinte, em 2016, o Ministério da Educação iniciou as avaliações das sugestões e comentários e incluiu-os, resultando na segunda versão da BNCC que também sofreu modificações, e em 2017 o MEC concluiu a metodização das contribuições e encaminhou o texto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) responsável por reger o sistema educacional, instituir e dirigir a execução da BNCC e realizar audiências públicas regionais. Desse modo, no final de 2017 o texto inicial da Base Nacional Comum Curricular e as partes relacionadas a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental foram aprovadas pelo CNE e oficializadas pelo MEC, já o texto pertinente ao Ensino Médio foi para uma análise e elaboração.

Destarte a Base Nacional Comum Curricular não é um currículo pronto, ela é:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018).

Desse modo, a BNCC funciona como uma orientação para cada etapa da formação escolar (Ensino Infantil, Fundamental e Médio), relacionada aos objetivos de aprendizagens, isso levando em conta as particularidades de cada escola nos diversos aspectos, ou seja, cada escola terá a liberdade de construir seu próprio currículo utilizando

métodos que julgam mais adequados em seu projeto político pedagógico, desde que esteja de acordo com a Base.

Como a Educação Física está organizada enquanto conteúdo dentro da Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular é um dos documentos mais importantes existentes na área da Educação Escolar, a qual é obrigatória nos setores das redes de ensino tanto privadas quanto públicas, assim, estabelecendo propostas pedagógicas para o ensino infantil até o ensino médio, no Brasil. Desse modo, pode-se afirmar que a criação da BNCC trouxe diversos leques e gerou melhorias nos meios socioeducacionais, pois seus ideais são buscar a melhor cidadania, criar pessoas solidárias, autônomas, responsáveis e sem preconceito.

O **campo de experiência da Educação Infantil** está ligado aos gestos, movimentos e seus componentes curriculares fundamentam a Educação infantil e, além disso, autores destacam que as crianças precisam de experiência, ou seja, baseando-se em adultos ou convívio social.

Nesse sentido, os seus objetivos dentro desse campo é buscar uma melhor aprendizagem de convivência com a criança, aprimorar a liberdade e autonomia, divertir-se, buscar um “leque” enorme de repertórios de brincadeiras, de mímicas, partes e movimentos do próprio corpo, para participar de um meio que possam proporcionar diversas atividades onde o corpo é a autonomia e expressam-se corporalmente como as histórias em danças e movimentos teatrais.

Brasil (2016) as crianças têm a necessidade de ter contato com diversas linguagens de se movimentar em espaços amplos (internos e externos) de praticar atividades expressivas tais como: mímica, teatro, danças, artes musicais, audiovisual, de explorar espaços e matérias que apreciam as diferentes categorias de brincadeiras e investigações.

Brasil (2015) as crianças expressam-se nos gestos, deslocamentos, jogos, etc., e constroem o conhecimento de si e do mundo. Ademais, é válido ressaltar que a interação social é extremamente imprescindível nos ambientes escolares, principalmente, para as crianças, as quais necessitam dessa socialização para amplificar os saberes do mundo, logo, comunicando-se com outras crianças e aprendendo novas expressões corporais e linguagens sociais.

Já, a **Educação básica no ensino fundamental** relata uma estruturação de competências gerais da educação e a mesma destaca cinco áreas de conhecimento, essas

competências servem para dar uma formação cheia de saberes próprios. Os anos iniciais são: 1º ao 5º ano e os anos finais: 6º ao 9º ano. Desse modo, este documento tem como foco a Educação Física, visto que é um componente curricular essencial que destaca as práticas corporais de forma social e interativa, buscando mover o campo cultural.

Percebe-se que os jogos e brincadeiras são atividades fulcrais que possam mostrar ao aluno os limites de tempo, regras e obediências. Quando é destacada esta parte de Brincadeiras e Jogos as mesmas não possuem regras em si, as crianças podem mudá-las e recriá-las, por ser um conjunto grande dessas práticas a cultura é bem visível e é ótima para criar rodas de socialização. Destaca-se a questão da dança, a qual ajuda na comunicação corporal e interação com os meios e a luta, e sempre está atrelada ao respeito e diferença, seja de classe, raça, orientação sexual e cultura.

Existem sete categorias que ajudam no desenvolvimento esportivo, pode-se destacar a modalidade de “a marca” exemplo: atletismo e também a parte sobre a modalidade de precisão que arremessa algo de modo que acerte o alvo, por exemplo: o golfe. O técnico combinatório reúne modalidades que tenham a ver com o movimento como a ginástica, a parte de rede, quadra ou parede de rebote como o vôlei ou tênis de mesa tem a intenção de fazer alguém errar e passar a bola para o outro lado.

As competências específicas de Educação Física para esta área estão relacionadas à origem cultural, para refletir sobre as relações entre a realização das atividades práticas, seja na prevenção ou beleza. Observar a multiplicidade de padrões de estética corporal é analisar de forma rígida os moldes das mídias, discutir ou debater as formas de preconceito. É notório o dever de todos os profissionais do meio escolar mostrar aos alunos o quão é importante respeitar as diferenças, dado que o Brasil é constituído por pessoas intolerantes, as quais não respeitam o meio e os modos de ser do colega, assim, obtendo maneiras de intervenção como: criar alunos os quais tenham a mente “ampla” para obter conhecimentos que possam combater as práticas discriminatórias.

Convém mencionar ainda, que o **Ensino Médio** no Brasil está ligado à exploração de conhecimentos e do saber, os quais ficam em destaque na Educação Física, pois o professor deve fazer com que o aluno saiba ter um olhar amplo e direto para a sociedade, os quais que possam compartilhar saberes nos meios de atividades como: jogos, brincadeiras, danças, lutas, esportes e práticas corporais, sempre buscando visar um “bem maior”, combatendo todo tipo de preconceito, discriminação ou preconceito de gênero.

Ademais, é válido ressaltar que os valores destacados devem ser ampliados, por exemplo, se o professor aplicar uma breve aula de lutas no fundamental é provável que no Ensino Médio o mesmo aplique, pois busca um olhar mais amplo do aluno e quanto mais prática o básico, mais conhecimentos são repassados, além de conhecer o próprio corpo e seu limite, buscando obter a melhoria de sua saúde.

As dificuldades da aplicabilidade da Base Nacional Comum Curricular de Educação Física nas escolas.

Nota-se, que a área da Educação Física ainda é desvalorizada, uma vez que é notória a falta de investimento nessa disciplina, principalmente, no campo escolar. Porém, este esse tópico não irá apenas discutir as problemáticas da Educação Física, mas também, as suas relações referentes aos obstáculos encontrados ao aplicar o documento da Base Nacional Comum Curricular nos ambientes escolares. Brasil (2017) afirma que a BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

É visível, que cada aluno e professor têm diferentes formas de enxergar o aprendizado, a BNCC retrata uma forma de ensinamento um tanto diferenciada e distinta, já que no documento relata todos os passos que devem ser seguidos durante todo processo escolar, assim, invalidando o aspecto pessoal de cada aluno, não respeitando seus pensamentos, o que sabem fazer, como fazem e qual a sua realidade social. Isto é, fazendo com que os professores tenham que aplicar uma aula em diversos locais diferentes, com culturas, pessoas e visões sociais, ocorrendo adaptação em suas aulas.

Observa-se, que no documento é destacado que terá a colaboração na criação de práticas diferenciadas de jogos e brincadeiras, sendo produzidos objetos textuais, mas até que idade o ser humano é capaz de obter tantos conhecimentos e expandir-se ao mundo? De fato, é importante repassar ideias aos estudantes, entretanto, é necessário respeitar seu meio de captação, sua capacidade de entendimento e sua classe social, uma vez que o país é fruto de desigualdades sociais e, muitas vezes, os alunos não conseguem expressar-se através de textos seja oralmente, na escrita ou na parte audiovisual.

Convém mencionar ainda, que a Educação Física está ligada às manifestações de práticas corporais, porém a Base Nacional Comum Curricular destaca os Jogos Eletrônicos como objeto de conhecimento, sendo assim, existe uma controvérsia, pois mesmo que esse meio tecnológico influencie na coordenação motora e ajude na

criatividade, não é possível comparar com as práticas de exercícios físicos dos jogos e esportes.

Percebe-se, que essa área que a BNCC abrange, pode-se tornar excludente, visto que não são em todas as escolas que pode pôr em prática os jogos eletrônicos, por motivos que nem todo o aluno de uma escola pública contém celular, tabletes ou materiais tecnológicos. Nota-se, que o Brasil é um dos países com o índice de desigualdade social enorme, dado que até os professores têm dificuldade para usufruir dos meios tecnológicos, logo, relatando que o documento citado não se refere às adversidades que o meio escolar tende a passar com a falta de infraestrutura nas escolas.

Embora existam as disciplinas que devem ser aplicadas nas escolas, é notório que nem todas podem ser incluídas pelos profissionais da área, por exemplo, a ginástica, nem todos os professores conseguem aplicá-la perfeitamente ou o esporte de invasão, já que em algumas escolas públicas não possuem quadra ou materiais, os quais podem ser usufruídos para a prática esportiva.

Sabe-se, que a carga horária da disciplina de Educação Física nas escolas, também influencia nos obstáculos para aplicar alguns dos componentes curriculares. No Brasil, o período de aula acontece duas vezes na semana para cada turma ou ano, porém são poucos dias para poder lecionar as matérias e, além de que, no ensino médio a carga horária também é encaminhada para a área de ensinamento sobre as questões do conteúdo que caem no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e como consequência a má gestão e desorganização com os conhecimentos a serem repassados aos estudantes.

Desse modo, é válido ressaltar que, muitas vezes, os documentos são destacados com todas as suas possibilidades, seus engajamentos, melhorias e possibilidades de intervenção para aplicar nas escolas, mas deve-se obter um olhar mais amplo e que condiz com a realidade do nosso país, mesmo sendo um projeto essencial na vida escolar, infelizmente, ainda, possui algumas dificuldades para ser aplicada, inicialmente, foram dados alguns exemplos referentes aos meios sociais e a escassez de infraestrutura nas instituições de ensino brasileiras, sendo assim, perceptível aos olhos dos leitores deste artigo.

RESULTADOS

A produção científica obtida através da pesquisa de revisão bibliográfica no que diz respeito as políticas públicas de Educação Física Escolar e a Base Nacional Comum Curricular estão expostas na tabela abaixo. Vale ressaltar que os quatro trabalhos

selecionados divergem quanto a temática, sendo o primeiro referente à Educação Física na BNCC e a escola republicana; o segundo sobre corpo e movimento, e o projeto político pedagógico na educação infantil; o terceiro aborda a relação da BNCC e a formação de professores de Educação Física; o último retrata projetos de educação para a Educação Física escolar presente nas políticas educacionais.

Quadro 3:

ANO	AUTORES	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO DA PESQUISA	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
2021	George Ivan da Silva Holanda Jane Vanusa Lasch Rodrigo Francisco Dias	A Educação Física na BNCC: desafios da escola republicana.	Esta pesquisa constitui-se em uma base teórica que exhibe as reflexões relacionadas às possibilidades e dos desafios exigidos pela Base Nacional Comum Curricular.	Destaca-se uma discussão sobre a república e democracia, situando a escola como uma entidade formativa imprescindível para o desenvolvimento da sociedade.	Diante os argumentos, necessita-se por fim, investigar o procedimento sobre a elaboração da base, uma vez que, apesar da execução de um currículo comum seja fulcral para concretização da Educação Física como um componente curricular necessário para a escola republicana, a metodologia final da formação do documento sucedeu de modo menos democrático, colocando em evidência sua legitimidade.
2021	Heloisa Elesbão Maria Cecília da Silva Camargo	Corpo e movimento e o projeto político-pedagógico na educação infantil: tensões na relação com a BNCC e o RCG	Esta pesquisa tem como objetivo discorrer sobre as possíveis tensões na relação entre proposições relativas ao corpo e movimento no processo de elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) para a Educação Infantil (EI) à luz da Base Nacional Comum	Fez-se uma análise documental, em diálogo com alguns referenciais da área sobre a temática, abrangendo elementos referentes à construção do PPP e sua relação com o currículo da escola, o currículo na EI e a Educação Física, além do corpo e o movimento e a EI.	Observou-se que parece haver tensões na elaboração dos PPP e dos currículos em relação ao corpo/movimento, de acordo com as concepções, muitas vezes ambíguas, contidas na BNCC e reafirmadas no RCG.

			Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), considerando-se a parte específica da EI dos documentos.		
2021	Michael Flores Milani Gabriel Viello Gomes Maristela da Silva Souza	O atual cenário da formação docente no Brasil: os desdobramentos da BNCC nos cursos de licenciatura	O presente artigo objetiva entender as implicações das políticas educacionais no contexto atual da formação de professores, em específico na área da Educação Física	O estudo estrutura-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, sendo desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituído de livros e artigos científicos, e ainda se ancora em uma pesquisa documental, a qual propõe analisar os documentos de “primeira mão” (GIL, 2008).	Os resultados, elaborados a partir de leituras de materiais e documentos, apontam que a BNCC propõe a formação docente a partir de competências e habilidades, configuradas em um caráter tecnocrático/tecnicista. Tem-se assim, uma formação muito mais prática, descaracterizada de análises críticas.
2020	Adelina Lorensi Prietto Maristela da Silva Souza	O projeto de educação para a Educação Física escolar: um olhar para as políticas educacionais dos últimos vinte anos.	Este artigo mostra como objetivo analisar as políticas públicas nacionais relacionadas à área da Educação Física Escolar, enfatizando quais as contradições e no que elas podem contribuir para a formação dos estudantes, nos períodos da educação básica, e o seu provável resultado para o setor da	A dialética materialista teve aplicação como técnica de análise e a pesquisa bibliográfica e a análise documental, como procedimentos de estudos.	Destacou-se nesta pesquisa que o projeto de educação situado na legislação está relacionado a um projeto neoliberal que busca levar a educação pública para precarização, assim, ao congelar os gastos a educação será privatizada e os trabalhadores viverão em um mundo mercadológico e competitivo. A legislação enfraquece a existência da educação física escolar no currículo da educação básica, com a mudança do ensino médio e a estruturação da BNCC.

			educação Física escolar.		
--	--	--	--------------------------	--	--

Fonte: próprios autores

Quanto aos resultados detectados nas pesquisas, observa-se que a Base Nacional Comum Curricular gerou conflitos em diferentes aspectos da educação física, desde a relação do corpo e movimento, e a criação do projeto político pedagógico das escolas para a educação infantil; a formação dos professores de Educação Física no Brasil; valorização e permanência da Educação Física no currículo da educação básica; e sua elaboração, implementação e solidificação da Educação Física.

5. DISCUSSÃO

Adiante, serão apresentadas 4 publicações que se ajustam as ideias iniciais determinadas nesta pesquisa, resultantes da filtragem, do processamento de dados e da compilação dos estudos.

Elesbão e Camargo (2021) objetivaram na pesquisa intitulada “corpo e movimento e o projeto político-pedagógico na educação infantil: tensões na relação com a BNCC e o RCG”, apresentar as tensões na relação entre corpo e movimento no processo de criação dos PPP para a Educação Infantil baseado na BNCC, pois este campo não possui uma fragmentação para trabalhar as áreas do conhecimento e o Referencial Curricular Gaúcho, levando em conta a parte da Educação Infantil dos documentos. Ademais, Milani, Gomes e Souza (2021) tiveram como propósito no estudo “o atual cenário da formação docente no Brasil: os desdobramentos da BNCC nos cursos de licenciatura”, analisar e identificar as consequências das novas políticas (PRP e Resolução 2/2019) e da Base Nacional Comum Curricular na formação de professores de Educação Física.

Holanda, Lasch e Dias (2021) destacaram que o objetivo de pesquisa referente ao tema: “A Educação Física na BNCC: desafios da escola republicana” é problematizar todos os questionamentos referentes à república, à democracia e incluindo, também, as escolas, assim, obter respostas referente à junção dessas três áreas. Convém mencionar, ainda, que Prietto e Souza (2020) destacaram em seu artigo chamado: “O projeto de educação para a Educação Física escolar: um olhar para as políticas educacionais dos últimos vinte anos”, o objetivo de investigar as políticas públicas nacionais relacionadas ao meio da Educação Física Escolar, assim, procurando entender suas contribuições, falhas e desenvolvimentos durante todos esses anos.

Dessa maneira, os objetivos abordaram políticas públicas educacionais, suas contribuições e consequências na área da Educação Física Escolar, principalmente a Base Nacional Comum Curricular, onde a Educação Física trabalha as práticas corporais possibilitando diversas experiências sociais, emotivas e lúdicas.

Elesbão e Camargo (2021) adotaram neste estudo a análise documental, eles analisaram documentos públicos que possuem características peculiares e exigem uma leitura minuciosa, analítica e cuidadosa e observaram também o contexto e momento político relacionados a essa produção. Já Milani, Gomes e Souza (2021) optaram pela pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais já elaborados, como livros e artigos científicos.

Holanda, Lesch e Dias (2021) destacaram no presente estudo um ensaio teórico, uma vez que dividiram em três partes, na primeira foram feitas perguntas sobre a Educação Física, no segundo momento os autores refletiram sobre a diferença entre república e democracia e, por fim, no terceiro momento uma análise sobre a importância de um currículo mínimo na consolidação da Educação Física. Prietto e Souza (2020) tiveram como metodologia a dialética materialista e pesquisa bibliográfica, as quais buscam analisar os documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a Base Nacional Curricular (BNCC) e a Lei Nº 13.415 de 16 de Fevereiro de 2017- documento sobre a Reforma do Ensino Médio.

Nota-se, que dentre as metodologias utilizadas pelos artigos estudados, sobressaiu-se a pesquisa bibliográfica, empregada na maior parte dos artigos, apenas um artigo empregou a dialética materialista.

Através da pesquisa realizada por Elesbão e Camargo (2021) foi possível observar as tensões presentes nas escolas na criação do Projeto Político-Pedagógico e dos currículos relacionados ao corpo e movimento, pois em certos momentos ocorre uma atenção maior a escuta sensível e protagonismo infantil e em outros momentos ocorre uma ênfase nos objetivos a serem atingidos notados no Referencial Curricular Gaúcho, ou seja, ambiguidades relacionadas aos direitos de aprendizagem e objetivos de aprendizagem. Segundo a investigação feita por Milani, Gomes e Souza (2021) as mudanças que estão ocorrendo na formação dos docentes estão marcadas pelas exigências e alterações no mercado de trabalho atual, visando um sujeito capaz de se adaptar as inúmeras situações profissionais e não a qualificação integral. Desse modo, a Base

Nacional Comum Curricular recomenda uma formação docente a partir das competências e habilidades presentes nela, ou seja, uma formação mais prática, sem características de análises críticas, assim, o professor de educação física se torna um profissional superficial e precário.

Ademais, é válido ressaltar que Holanda, Lesch e Dias (2021) procuraram ideias sobre os métodos de elaboração da base, já que, construir um currículo comum seja imprescindível para solidificar da Educação Física como um componente curricular importante para a escola republicana, e potencializar a cidadania e o espírito republicano. Ainda, mostrou que o país teve oportunidades de melhorias, porém as perdeu, fazendo as pessoas pensarem que o Brasil, ainda, tem que melhorar referente às bases escolares, sendo assim, trazendo mais ideias sólidas e projetos sociais para as instituições. Por fim, Prietto e Souza (2020) destacam a necessidade de a Educação Física ser valorizada com mais vigor, e reconhecida como um espaço comprometido com a propagação de valores buscando a visibilidade e o que é preciso para concretizar um projeto de sociedade mais fiel, responsável, ética, humana e afetuosa.

6. CONCLUSÃO

Diante o exposto fica evidente que existem políticas públicas, no Brasil, porém, ainda, são poucas, as quais estejam voltadas para a área da Educação Física e é notória a desvalorização dessa disciplina no campo escolar. Desse modo, é imprescindível destacar a Base Nacional Comum Curricular como foco principal do artigo, a qual deve ser revisada e aplicada de forma mais abrangente e vigorosa, uma vez que durante a pesquisa são mostradas as importâncias deste documento no ambiente institucional, assim, expondo de maneira ampla todos os métodos prescritos.

Primeiramente, é necessário destacar a importância das políticas públicas e entender o seu conceito relacionado à área da educação, pois é esse campo que abrange uma boa estruturação social, já que a mesma ampara diversos cidadãos e ajuda na inclusão de um melhor ensino na educação física escolar. Dessa maneira, durante o artigo foram destacados alguns tópicos.

O primeiro refere-se à criação da Base Nacional Comum Curricular, assim, expondo como a mesma foi elaborada, a qual veio com o intuito de melhorar o ensino-aprendizagem e a organização do ensino. O segundo tópico foi sobre a Educação Física e como está organizada enquanto conteúdo dentro da Base Nacional Comum Curricular,

exibindo todos os métodos de aprendizagem desde o infantil ao ensino médio e o terceiro refere-se às dificuldades enfrentadas, ou seja, é de extrema importância que os setores de políticas públicas, os quais são responsáveis pela BNCC revejam o documento para que o mesmo possa tornar-se mais amplo e que se encaixe na realidade brasileira, já que mesmo com as teorias sabem-se as dificuldades para aplicar a prática, observando-se alguns tópicos, os quais precisam de reajustes, pois apesar de o país ter crescido quanto a educação, ainda, encontram-se dificuldade para repassar os componentes curriculares e as propostas escritas na BNCC.

7. REFERÊNCIAS:

ARRUDA, Gabriel Diel et al. Desafios da educação física a partir da sua inserção na área das linguagens: percepções docentes, Rio Grande do Sul, Pelotas, Brasil: 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2193> . Acesso em: 26 ago. 2021.

BARBOSA, Sandra de Souza Ferreira; BARBOSA, André Luiz Garrido. POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ANÁLISE HISTÓRICA. *Arquivos em Movimento*, v. 6, n. 2, p. 135-161, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/9173-18133-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/9173-18133-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BNCC: construindo um currículo de educação integral. Instituto Ayrton Senna. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/BNCC/o-que-e-BNCC.html>> Acesso em: 20 ago. 2021.

BOSCATTO, Juliano Daniel; IMPOLCETTO, Fernanda Moreto; DARIDO, Suraya Cristina. A bAsE nACionAl Comum CuRRiCulAR: uma proposição necessária para a Educação Física?. *Motrivivência*, v. 28, n. 48, p. 96-112, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p96/32565>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

DUTRA, Eduarda Vesfal; SILVEIRA, Naiélen Rodrigues; COSTA, Andrize Ramires. Dificuldades E Possibilidades Do Ensino Da Ginástica Na Escola”: A Visão Dos Acadêmicos Do Curso De Licenciatura Em Educação Física Da Ufpel/Rs, Caldas Novas, Goiás, Brasil: 2019. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/GPT/article/view/13745/10776>. Acesso em: 28 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUARESCHI, N; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M.; HOENISCH, J. C..Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In:

STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. *Violência, gênero e Políticas Públicas*, Edipucrs, Porto Alegre, 2004.

MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico et al. A Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 76-95, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p76/32564>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Ciências do esporte**, São Paulo, SP, Brasil: 18 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/m5NJPS7PQnCCxZZtCsdjsqL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologia e política**, v. 1, 2010. Disponível em: < <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer Pesquisa Qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2007.

O que são políticas públicas e como funcionam na educação. Unopar. 06 ago, 2020. Disponível em: < <https://blog.unopar.com.br/o-que-sao-politicas-publicas/>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

Políticas Públicas: o que são e para que servem. Politize. 04 fev, 2016. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

RAMOS, Tamires Oliveira Marinho et al. **Dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Física nas escolas, 2017**. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/dificuldades-enfrentadas-pelos-professores-de-educacao-fisica-nas-escolas>. Acesso em: 29 ago. 2021.

SANTOS, Barbara Cristina Aparecida dos. A Educação Física Na Área Da Linguagem: O Impacto Da Bncc No Currículo Escolar. Metodista. São Paulo, SP: 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/download/4127/2307>. Acesso em: 26 ago. 2021.

SILVA, Ileizi F.; NETO, Henrique. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 262-283, 2020. Disponível em: < <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059967/Fiorelli%20-%20Ileize%20-%20Processo%20BNCC.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

TAVARES, Raquel Nunes. BNCC e Educação Física como componente curricular: conceitos, características e desafios, 2017. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552637> . Acesso: 28 ago. 2021.

TAVARES, Raquel Nunes. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO FÍSICA: análise de tendências e lacunas da produção acadêmica no Brasil, Goiânia, GO, Brasil: 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/download/32889/22298/130995> . Acesso em 28 ago. 2021

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo. A fenomenologia. O marxismo. São Paulo: **Atlas**, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf.> Acesso em: 23 ago. 2021.

VIDOTTI, Pedro Henrique Carbone. A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO NA BNCC: um estudo a partir dos planos de ensino dos professores de uma rede municipal de ensino. Repositório. São Paulo, SP, Brasil: 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12925/DISSERTA%C3%87%C3%83O_PEDRO_VIDOTTI.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 26 ago. 2021.

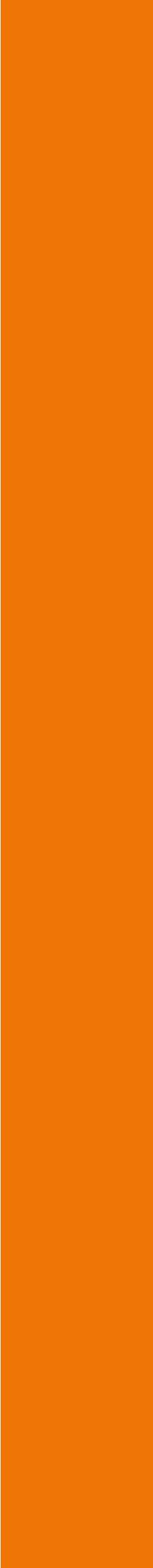


Capítulo 2

POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE: um estudo sobre a lei Pelé e suas principais características

DOI:10.29327/552573.1-2

Jorge Alberto Santana dos Anjos



POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE: um estudo sobre a lei Pelé e suas principais características.

Jorge Alberto Santana dos Anjos

RESUMO

As políticas públicas de esporte são uma ação intencional do governo que visa alcançar objetivos, implicando na sua agenda, elaboração, implementação, execução e avaliação de ações voltadas para a garantia de direitos da população, estruturando um compromisso que visa suprir as necessidades de diversas demandas. Dentre as diversas políticas públicas de cunho nacional, temos a Lei 9.615/98, conhecida como Lei Pelé. Trata-se de uma rede que regulamenta boa parte do esporte nacional, se mostrando como de grande importância para esse segmento, porém, esta é pouco estudada. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo descrever políticas públicas de esportes desenvolvidas na esfera federal, nesse caso, a Lei 9.615/98 visando atentar para a importância da implementação desses projetos. Para isso, foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica, com busca nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico e foram selecionadas 19 publicações que atenderam os critérios de inclusão e estão presentes neste artigo. De maneira geral observa-se que houve mudanças muito positivas a partir da consolidação dessa lei, contudo, ainda é necessário que se façam adequações a ela devido falhas que ainda são observadas até hoje

Palavras-chave: Políticas-públicas; Lei Pelé, Esporte; Características.

ABSTRACT

Public sports policies are an intentional action by the government that aims to achieve objectives, implying in its agenda, elaboration, implementation, execution and evaluation of actions aimed at guaranteeing the population's rights, structuring a commitment that aims to meet the needs of various demands. Among the various public policies of a national nature, we have the Law 9,615/98, known as the Pelé Law. It is a network that regulates a good part of the national sport, showing itself as of great importance for this segment, however, this is little studied. In this sense, this study aims to describe public sports policies developed at the federal level, in this case, Law 9.615/98, aiming to pay attention to the importance of implementing these projects. For this, a bibliographic review search was carried out, searching the Scientific Electronic Library OnLine (SCIELO), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and Academic Google databases, and 19 publications were selected that met the criteria of inclusion and are present in this article. In general, it is observed that there have been very positive changes since the consolidation of this law, however, it is still necessary to make adjustments to it due to flaws that are still observed today

Keywords: Public-policies; Pelé Law, Sport; Characteristics.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos em uma sociedade que está em constante transição, que acaba por gerar exigências do meio social e do mundo globalizado sobre os indivíduos.

Arelado a este aspecto, ainda temos o intenso crescimento das cidades e conseqüentemente da marginalização de pessoas, levando a um cenário de busca incessante por melhores condições de vida, que proporciona uma sobrecarga no trabalhador, alterando seu ritmo natural de vida, fazendo com que esse indivíduo se distancie cada vez mais de atividades práticas de diversão e lazer, como o esporte. Com isso, temos que essas transformações acabam por determinar o modo de vida dos indivíduos, alterando frequentemente o seu mundo de lazer. (TASSA; LOVATO, 2014).

A partir disso, tendo em vista o conjunto de direitos sociais previstos pela Constituição Brasileira, o governo tem o dever de incentivar práticas desportivas formais e não formais, como direito dos cidadãos, caracterizando essas condutas como uma forma de promoção social, assim como os direitos à educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, dentre outros (BRASIL, 1988).

Contudo, mesmo se tratando de um direito estabelecido, a aplicação dessa concessão ainda é deficitária, haja vista que essa consolidação necessita de ações governamentais positivas e ativas, através de políticas públicas. Isso acontece pois, em muitos casos essas políticas não são formuladas ou implementadas; em alguns casos, chegam a ser efetivadas, entretanto não resistem aos critérios mínimos de continuidade, principalmente durante os períodos de transição governamental (TASSA; LOVATO, 2014).

Compreende-se as políticas públicas como sendo uma ação intencional do governo que visa alcançar objetivos, implicando na sua agenda, elaboração, implementação, execução e avaliação de ações voltadas para a garantia de direitos da população, estruturando um compromisso que visa suprir as necessidades de diversas demandas (AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014).

Assim, para que essas medidas sejam executadas é necessária a organização de diversos procedimentos que visam auxiliar nessa implementação a fim de gerar um serviço eficiente e sem maiores transtornos para a população, haja vista que, a falta de continuação de programas e projetos públicos leva frustração para a comunidade. Dessa forma, é importante que os gestores tenham conhecimento sobre as demandas presentes nessas políticas e qual tipo de política a se realizar, bem como o conhecimento acerca da realidade e das características dos sujeitos beneficiários, dentre outros pontos importantes (OLIVEIRA; LA GUARDIA; PERESSUTE, 2017).

Nesse sentido, se tratando dessas políticas sociais, temos aquelas diretamente ligadas ao esporte e lazer, juntamente com aquelas que direta ou indiretamente acabam interferindo nessa esfera social, já que a complexidade desses fatores que afetam o esporte e o lazer estão além das barreiras setoriais tradicionais, o que demanda políticas públicas nos mais variados universos sociais (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012).

Nesse contexto, temos a associação do esporte à essas políticas, uma vez que está diretamente atrelado à educação e vulnerabilidade social, sua aproximação com temas como qualidade de vida, incentivo à atividade física e inclusão social, reforçam a necessidade de implantação de atividades voltadas ao esporte a nível municipal, estadual e federal, a fim de reduzir tais mazelas (BELATO, 2018).

São diversas as políticas públicas voltadas para o esporte, entretanto, observou-se que a discussão acerca delas se mostrou bastante escassa. Essa carência está atrelada ao grau de importância atribuído aos temas relacionados à definição de políticas públicas na esfera federal, visto que outros setores como trabalho e saúde podem ser considerados mais urgentes do que o esporte. Dessa forma, pode se dizer que há uma necessidade de estudos acerca das políticas voltadas para esse setor (MEZZADRI; SILVA; FIGUERÔA, 2015).

Dentre as diversas políticas públicas de cunho nacional, temos a Lei 9.615/98, conhecida como Lei Pelé. Trata-se de uma rede que regulamenta boa parte do esporte nacional, se mostrando como de grande importância para esse segmento, porém, esta é pouco estudada, caracterizando-a como um assunto de abordagem essencial para o entendimento do esporte nacional (MEZZADRI; SILVA; FIGUERÔA, 2015).

Diante do que foi exposto e do papel que o esporte e o lazer representam em nossa sociedade, teve-se como objetivo do estudo, descrever políticas públicas de esportes desenvolvidas na esfera federal, nesse caso, a Lei 9.615/98 visando atentar para a importância da implementação desses projetos/programas para a sociedade e qual o papel de cada um deles.

2. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório. A revisão bibliográfica é uma pesquisa abrangente baseada na observação de estudos referentes à um tema específico que foram realizados ao longo do tempo. A exemplo

destes estudos que são utilizados na construção de uma revisão bibliográfica temos principalmente livros e artigos científicos, cuja finalidade é agrupar e substanciar saberes teóricos ou empíricos, assim como também aqueles ensaios que fazem uma abordagem quantitativa e/ou qualitativa, que podem ser encontrados na literatura atual, possibilitando o aperfeiçoamento do entendimento a respeito da temática investigada. Em outras palavras, esse método possibilita a atualização das discussões relacionadas a um tema em questão, a partir da análise e síntese desses estudos publicados.

A revisão de literatura possui um método para sua construção, essa metodologia está organizada em seis fases, são elas: 1. elaboração de uma temática ou questão norteadora, 2. busca na literatura atual, 3. categorização dos estudos, 4. análise dos estudos incluídos, 5. compreensão dos resultados e 6. Exposição da revisão integrativa. Todas essas etapas serão melhor descritas a seguir:

2.1 Elaboração de uma temática ou questão norteadora

A partir da observação da realidade foi possível notar que existe a necessidade de uma percepção mais aprofundada sobre algumas políticas públicas federais voltadas para o esporte, em especial sobre a Lei 9.615/98, popularmente conhecida como Lei Pelé, haja vista que são poucas as realizações científicas relacionadas a esse tópico que estão disponíveis para consulta. Alicerçado nisso, foi determinada a questão norteadora que seria “qual a origem, os objetivos, os obstáculos e as propostas de aperfeiçoamento da Lei Pelé?”. Subsequente a isso, foi disposta a seguinte temática “Políticas Públicas do Esporte: um estudo sobre a Lei Pelé e suas principais características”.

2.2 Busca na literatura atual

Essa segunda fase trata-se da coleta de dados, que foi realizada entre os dias 18 a 25 de agosto de 2021. A busca objetivava encontrar estudos nacionais e/ou internacionais que estivessem indexados em bancos de dados online, sendo eles: Google Acadêmico, Literatura Latino-Americana (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Com o objetivo de filtrar os estudos e obter melhores resultados sobre as publicações relacionadas ao tema em questão, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: políticas-públicas, federais, Lei Pelé, esporte. Esses vocábulos foram apontados em decorrência da capacidade de caracterizarem a temática do estudo em questão.

Seguindo isso, foram selecionados os critérios de inclusão das publicações achadas, que foram: artigos que estivessem indexados nas bases de dados citadas; publicados entre os anos de 2012 e 2021, que estivessem disponíveis na íntegra nas línguas inglesa e/ou portuguesa; além disso deveriam discorrer o mínimo sobre a temática assinalada acima, a qual foi escolhida para o estudo. As publicações que não possuísem os critérios de inclusão citados anteriormente estariam automaticamente fora do estudo.

2.3 Categorização dos estudos

Os elementos que foram extraídos das publicações faziam referência à metodologia utilizada, bem como os resultados que foram obtidos com suporte da investigação realizada e principalmente a observação da conclusão que os autores chegaram; para mais foram observados itens como: titulação dos autores; assim como também o título das publicações periódicas, ano, local, volume e número das publicações.

2.4 Análise dos estudos incluídos

Nessa etapa realizou-se então a leitura acurada dos resumos dos diversos artigos encontrados na busca inicial, utilizando as palavras-chave já citadas. Após a leitura foram escolhidos aqueles que fornecessem informações sobre o as características da Lei 9.615/98, origem, implantação, contribuições e dificuldades, sendo necessário que essas publicações obviamente fossem congruentes, segundo os critérios de inclusão, para participar do presente estudo.

2.5 Compreensão dos resultados

Posteriormente à leitura dos resumos e escolha dos estudos que mostrassem os pontos citados anteriormente, foi possível realizar um agrupamento dessas publicações em três categorias. Essa consorciação foi desenvolvida em três etapas:

2.5.1 Etapa 1

Foi realizada uma leitura flutuante do conteúdo reunido. Esta etapa foi muito importante para entender o histórico da pesquisa de inserção e extrair informações e impressões importantes e necessárias para a realização do segundo estágio.

2.5.2 Etapa 2

Após a habituação com os conteúdos dos objetos de estudo, foi possível destacar, através da marcação de frases e parágrafos, algumas percepções que se repetiam nas

diversas publicações, essa etapa foi executada com a finalidade de criar unidades temáticas.

2.5.3 Etapa 3

Nesta fase foi realizada a leitura aprofundada dos materiais de pesquisa selecionados para o ensaio e por conseguinte foi realizada uma interpretação pessoal do autor, tendo como base o referencial teórico dos estudos selecionados, com o objetivo de criar conhecimentos acerca do conteúdo abordado.

2.6 Exposição da revisão integrativa

Após infatigáveis leituras no conteúdo assinalado, foi elaborado o quadro 1, nele estão contidas todas as informações obtidas. No que diz respeito a discussão dos dados a ser realizada, foram encontradas três unidades temáticas, sendo elas: Origem e objetivos da Lei Pelé; As problemáticas da Lei Pelé e As propostas de aperfeiçoamento da Lei.

É importante salientar que esse estudo considerou os aspectos éticos da pesquisa, visto que respeitou a autoria das ideias, todas suas definições e conceitos que estavam representados nas produções utilizadas na revisão, sempre referenciando os autores nos momentos que seus artigos foram citados. Destaca-se também que é dispensável a submissão de revisões bibliográficas ao comitê de ética e pesquisa, visto que todos os dados manipulados são arquivos de livre acesso, ou seja, não requerem sigilo ético.

3. RESULTADOS

Neste estudo, 251 artigos foram identificados durante o processo de busca na literatura, após a reunião dos arquivos encontrados os títulos e resumos foram lidos e posteriormente foi possível aplicar os critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos. Como resultado, 232 publicações foram excluídas, portanto a amostra final incluiu 19 artigos científicos.

Em se tratando da autoria dos estudos, quinze eram exclusivamente de profissionais, um era de profissionais e acadêmicos e três não mencionaram a profissão autores. Quanto a titulação destes, quatro eram graduandos, um era graduado, seis mestrados, um mestre, nove doutorandos, oito eram doutores, um pós-doutorando, dois pós doutores e oito autores não tiveram sua titulação inserida na publicação.

Os artigos estão sintetizados de acordo com o ano de publicação no quadro 1, que traz a distribuição das produções publicadas entre 2012 e 2021, segundo título, tipo de estudo, objetivo e conclusões dos autores.

Quadro1: Distribuição das produções publicadas entre 2012 e 2021

Ano	Título	Tipo de estudo
2012	Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise.	Revisão De Literatura
2013	O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: Revelações e Possíveis Delineamentos	Pesquisa Bibliográfica e Documental de Abordagem Exploratória, Descritiva e de Cunho Qualitativo
2014	Produção Científico-Acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer No Brasil	Pesquisa com Método Descrito-Analítico, com Abordagem Qualitativa
2014	Bastidores do Jogo: As Interferências na Elaboração da Lei Pelé	Revisão de Literatura
2014	Políticas Públicas Voltadas ao Esporte e Lazer: Alternativas Para Municípios de Pequeno Porte	Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental
2015	Desenvolvimento de um Método Para as Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte no Brasil: Uma Abordagem de Pesquisa Mista	Análise Quanti-Qualitativa de Pesquisa
2015	O Esporte Educacional Como Tema da Produção de Conhecimento no Periodismo Científico Brasileiro: Uma Revisão Sistemática	Revisão Sistemática da Literatura
2015	A Lei Pelé, o fim do passe e a modernização conservadora do futebol-negócio no Brasil: uma análise das percepções dos jogadores	Pesquisa Quanti-Qualitativa
2016	Aperfeiçoando o Imperfeito: A Ação Sindical dos Jogadores de Futebol no Período Pós-Lei Pelé	Estudo de Abordagem Qualitativa
2016	O Direito ao Esporte e ao Lazer no Contexto da Política Nacional do Esporte	Revisão Bibliográfica e Pesquisa Documental
2017	A Matriz de Financiamento Público Federal do Esporte no Brasil	Pesquisa Documental

Ano	Título	Tipo de estudo
2017	Condições de Gestão Esportiva nas Federações De Atletismo do Brasil	Pesquisa Aplicada
2017	Políticas Públicas de Esporte do Brasil: Contribuições Para o Combate a Vulnerabilidade Social.	Estudo Descritivo
2018	Um Estudo Sobre a Política de Esporte Universitário na Universidade de Brasília – UNB (2009-2016).	Pesquisa Social Qualitativa De Perspectiva Exploratória
2018	O Financiamento do Esporte no Brasil: Aspectos da Atuação Estatal nos Governos Lula e Dilma	Pesquisa Documental Com Subsídios Teóricos
2018	20 Anos da Lei Nº 9.615/98 (Lei Pelé): Avanço ou Retrocesso Para o Esporte Brasileiro?	Pesquisa Bibliográfica
2019	As Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Cidade de Nova Lima-MG: Quando Quiser, Se Assim Quiser e Como Quiser?	Revisão Bibliográfica Com Caráter Exploratório.
2020	Contrato de Trabalho do Atleta Profissional de Futebol: Direito à Imagem e Direito de Arena.	Revisão De Literatura De Abordagem Dialético Argumentativo
2021	Lei Pelé Do Direito Desportivo e Seus Impactos	Estudo Descritivo

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

No que se trata do idioma das publicações, foi verificado que 19 (100%) dos artigos estavam redigidos somente em língua portuguesa. Dos 19 estudos selecionados, 12 (63,2%) foram listados no banco de dados do Google Acadêmico, 6 artigos (31,6%) foram indexados na LILACS e um (5,2%) na base de dados do SciELO, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos artigos de acordo com a base de dados

Base de dados	Frequência	%
Google acadêmico	12	63,2%
LILACS	06	31,6%
SciELO	01	5,2%
Total	19	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

4. DISCUSSÃO

Como já visto, a partir da leitura acurada dos periódicos foram estabelecidas três categorias a serem discutidas, estas serão abordadas a seguir.

4.1 Origem e objetivos da Lei Pelé

Para abordarmos sobre a origem da Lei Pelé, precisamos retornar para um período anterior, mais especificamente durante a segunda metade da década de 1980, um momento de intensa redemocratização no Brasil, devido ao enfraquecimento da Ditadura no país. Esse fortalecimento da democracia estava muito presente em diversas esferas sociais, contudo ainda não estava alastrada para o campo esportivo devido ao autoritarismo e interferência estatal nas organizações de eventos competitivos, federações e clubes, gerando um questionamento da legislação esportiva vigente na época e apontando para a necessidade de uma reformulação desse segmento (MARTINS, 2016).

Durante esse período o esporte nacional estava regulamentado pela lei 6251/75, que havia sido promulgada na época da ditadura militar, dessa forma essa lei propunha uma grande interferência em relação aos agentes esportivos que faziam a administração e participação em competições de esportes, também gerava uma grande centralização do poder, haja vista que preconizava o sistema de voto unitário durante as eleições nas confederações (JÚNIOR; HIRATA, 2014).

Esse fato gerava uma exclusão dos clubes no que diz respeito aos processos eleitorais, fazendo com que sua representatividade política nas decisões que deveriam ser tomadas, fossem altamente limitadas, visto que o colégio eleitoral era composto somente por presidentes das federações estaduais, que trocavam seus votos por favores de seus interesses (RODRIGUES, 2015).

Sendo assim, esses conflitos, atrelados a necessidade de maior autonomia dos clubes e a busca por atribuições comerciais advindas do esporte na gestão dos clubes futebolísticos, era uma necessidade iminente e também conflitava com a legislação esportiva desatualizada, que não permitia que os clubes obtivessem lucros ou que os seus dirigentes fossem remunerados (RODRIGUES, 2015).

Nesse contexto, foi criada a lei nº 6.354/76, que instituiu o passe no Brasil. O “passe” de acordo com o art. 11 dessa lei, trata-se da “a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes”, ou seja, é uma fixação

indenizatória que estipula o investidor do jogador quando este ainda era desconhecido, nesses casos geralmente era o clube, quando ocorria uma mudança clubística pelo atleta (REIS *et al.*, 2015).

Contudo, houveram críticas voltadas para a condição de “coisa” em que os jogadores foram colocados, haja vista que o direito de transferência unilateral deixou os atletas sob as deliberações absolutas do seu empregador, dessa forma é ele quem toma as decisões referentes ao jogador, da mesma forma que toma decisões sobre coisas que estão sob sua propriedade (PINTOS *et al.*, 2016).

Com isso, foi criada a Lei nº 8.672/93, conhecida como a Lei Zico, que surgiu durante esse contexto de mudanças relacionadas à influência do estado sobre as práticas esportivas e entidades, visando proporcionar medidas alternativas em relação ao panorama visto no esporte, principalmente do futebol, no início dessa época (GODOY, 2013).

O projeto de lei apresentado no ano de 1991 tinha como principais atribuições a regulamentação das novas formas comerciais do futebol; a determinação da participação desse setor nas loterias; a revogação da lei do passe, bem como realizar a apresentação de uma intercalação de vínculo contratual aos atletas profissionais e por fim, possibilitar a redefinição dos mecanismos fiscalizadores, juntamente com a manutenção da autonomia (MEDINA, 2019).

Contudo, antes de ser aprovado o projeto sofreu diversas alterações, por conta da pressão exercida por clubes e dirigentes, principalmente no tópico relacionado ao fim da lei do passe, dessa forma, as alterações propostas pela Lei Zico que visava a renovação do cenário do esporte brasileiro, não foi concretizada (SANTOS, 2017).

É nesse contexto que temos a origem da Lei federal nº 9.615, conhecida como “Lei Pelé”. Ela foi criada com o objetivo de assegurar a segurança jurídica para os atletas profissionais, além de Dar transparência e profissionalismo ao esporte; conceder aos jogadores o direito do seu passe; disciplinar a prestação de contas por dirigentes; profissionalizar as gestões (PINHEIRO, 2018).

Esta lei estabeleceu normas para os mais variados assuntos ligados à condução do esporte nacional, dentre essas temáticas a Lei Pelé determina o repasse de recursos das loterias federais para o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) (OLIVEIRA; LA GUARDIA; PERESSUTE, 2017).

Ademais, foi essa lei quem evidenciou pontos polêmicos como a transformação dos clubes em empresas e a extinção gradual do passe. Assim, a natureza da relação esportiva entre atletas e clubes foi transformada em subsidiária de suas respectivas relações de trabalho. Nesse sentido, nota-se que assim que o contrato for rescindido, qualquer relação entre o jogador e o ex-clube também será encerrada (BELATO, 2018).

A partir daí, os atletas passaram a figurar na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), desfrutando de direitos trabalhistas, como o recebimento regular de salários, haja vista que na ocorrência de um possível atraso de três meses em seu salário, o atleta poderia solicitar o seu desligamento do clube. Também foi acordado que o vínculo empregatício deixaria de ser um vínculo permanente, sendo o seu término no momento do fim do contrato. Dessa forma, o vínculo que prende o atleta ao clube se trata de uma relação jurídica trabalhista. Sendo assim, esta relação é regida por um contrato de trabalho, regulamentado através de leis trabalhistas, leis desportivas e outras (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012).

Indo para outro ponto, a lei 9.615/98 também foi responsável por definir as categorias distintas de esporte, sendo elas: Desporto educacional; Desporto de participação; Desporto de rendimento; Desporto de formação (GODOY, 2013). Para cada uma dessas categorias nós temos as seguintes definições:

Desporto educacional - trata-se de uma categoria cujo objetivo é proporcionar aos indivíduos o seu desenvolvimento total, da formação para o exercício da cidadania, bem como auxiliar na prática do lazer, dessa forma, o desporto educacional deve ser praticado ou não em instituições escolares. Ademais, essa categoria é responsável por minimizar a distinção entre os participantes das atividades esportivas, fazendo com que haja menor competitividade entre ambos e gerando um ambiente mais agradável. Essa categoria é vista como essencial e de grande importância, por isso a nossa Constituição determina que, em matéria desportiva, ele tenha prioridade na distribuição dos recursos públicos (REIS *et al.*, 2015).

Desporto de participação - diz respeito à categoria que contribui com a participação no esporte de forma livre pelas pessoas, sem a regulamentação através de regras oficiais para serem seguidas, a título de exemplo, temos as brincadeiras infantis como sendo uma das principais atividades. Os objetivos do desporto de participação estão intimamente ligados ao apelo social, sendo eles a

contribuição para integração dos praticantes na vida social; proporcionar saúde; promover educação e estimular a preservação do meio ambiente (MEZZADRI; SILVA; FIGUERÔA, 2015).

Desporto de rendimento - nesse caso essa categoria contempla todas as modalidades esportivas que são executadas com a finalidade de competição e obtenção de resultados. Os esportes organizados nessa categoria precisam ser necessariamente regulamentados por normas e regras nacionais e internacionais e pode ser praticado tanto profissionalmente, quanto de forma amadora. Temos como bons exemplos de desporto de rendimento as modalidades disputadas durante os jogos olímpicos (JÚNIOR; HIRATA, 2014).

Desporto de formação - essa categoria é definida pela Lei Pelé como sendo caracterizada através de situações precisa adquirir conhecimentos, com o objetivo de gerar um aperfeiçoamento de suas capacidades técnicas esportivas, como exemplo temos a participação de um indivíduo em uma escolinha de futebol, essa atividade passa a ser considerada como desporto de formação e pode ser usado com fins recreativos e não apenas de forma profissional ou competitiva (PINTOS et al., 2016).

Com isso, percebemos que essa lei determina normas e diretrizes para a melhor condução do esporte no âmbito nacional, haja vista que, trata de assuntos que se estendem desde o momento do contrato de trabalho com os profissionais atletas até repasse de recursos para as principais organizações desportivas do país, conforme vimos acima.

4.2 As Problemáticas da Lei Pelé

Essa lei veio com a proposta de melhorar e substituir a Lei Zico, ou Lei do Passe, que se configurava como algo prejudicial para os atletas, haja vista que estes se sentiam injustiçados por não possuírem direitos iguais aos dos demais trabalhadores. Em vista disso a Lei Pelé acabou com a Lei Do Passe, devido à grande pressão que estava sendo exercida na época, contudo isso acabou gerando uma sequência de dificuldades que serão abordadas abaixo (MEZZADRI; SILVA; FIGUERÔA, 2015).

Dentre essas problemáticas, destacaremos principalmente a dependência dos atletas diante dos grandes empresários e também da iniciativa privada; bem como a falta de protecionismo desses esportistas que estavam em processo de negociação; o prejuízo dos clubes formadores atribuído às vendas precoces de atletas em quantias que não justificavam todo o investimento em trabalho e formação, além da necessidade de

mudanças em pontos novos do futebol moderno (SANTOS, 2017). Esses eventos serão melhores descritos abaixo:

4.2.1 Dependência dos Atletas pelos Empresários e Iniciativa Privada

Já vimos que, a partir das mudanças realizadas pela Lei Pelé, os esportistas acabaram se tornando “reféns” dos grandes empresários, haja vista que toda sua autonomia era retirada dos clubes, transformando-os em espécies de mercadorias, o que acabou modificando o esporte para um grande mercado e por conseguinte prejudicando os esportistas brasileiros e gerando muitas críticas ao esporte e especialistas do ramo.

Porém, o que deveria ser uma solução acabou se tornando um problema, pois um dos objetivos dessa lei seria promover a autonomia dos jogadores, mas o que se observou foi que estes acabaram trocando essa dependência, transferindo-as para os empresários privados, que tinham os seus interesses pessoais. Geralmente esses atletas, que estavam com seu passe segregado acabavam sendo dependentes de suas instituições em momentos que apresentavam falta de instrução devido a idade e por esse motivo acabavam cedendo às condições dos empresários, que caso a transferência se tornasse concreta, estes acabariam recebendo uma quantidade significativa de dinheiro (CARNEIRO, 2018).

Esse fato abria portas para o aliciamento desses atletas, haja vista que a maioria das vezes o empresário visava apenas os benefícios próprios para a sua negociação, não levando em consideração o que seria mais importante para a carreira dos esportistas. Com isso, notou-se que era nítida a instabilidade jurídica, pois a lei não se mostrava clara em sua origem, além de ter um grave problema na relação ente jogador-empresário, por conta da rescisão unilateral de uma das partes, seja pelo club ou pelo atleta (PINHEIRO, 2018).

Por isso, mesmo não tendo qualquer base na Lei Pelé, ficou a cargo da jurisprudência interpretar a lei, e nos casos em que ocorrer omissão, seria necessário aplicar a legislação trabalhista e a constituição federal, o que geraria muitas multas milionárias aos clubes que dispensassem atletas ou o inverso (ARAUJO, 2021).

Sendo assim, realizaram-se diversas alterações, sendo a mais significativa realizada em 2011, quando a Lei Pelé passou a sofrer mudanças contínuas, sendo transformada em uma colcha de retalhos, que proporcionou uma intensa instabilidade jurídica, nesse contexto reconheceu-se a importância da Lei 12.395, vigente no ordenamento jurídico pátrio desde março de 2011. Contudo, mesmo com essas mudanças, a resolução da problemática não foi completa, se configurando apenas como uma medida que trouxe mais estabilidade ao caso (MELO, 2020).

4.2.2 Falta de Protecionismo aos Atletas

Outra problemática envolvendo essa lei, diz respeito a falta de proteção aos atletas. Esse tópico está totalmente associado à dependência dos atletas que vimos anteriormente, uma vez que, por conta dessa dependência, muitos não em conhecimento e autonomia para tomarem decisões que os beneficiem e por isso, acabam fazendo escolhas que o empresário diz ser melhor. Este fenômeno acaba por gerar frustração aos atletas, que por sua vez se tornam deprimidos e arrependidos das escolhas feitas. Em vista disso, nota-se que é necessário que essa classe tenha uma maior proteção trabalhista, principalmente no que tange atletas mais jovens e menos experientes (CARNEIRO, 2018).

Em alguns estudos é possível observar essa vulnerabilidade dos atletas em relação aos interesses dos empresários, fazendo com que se estabeleça uma relação bastante prejudicial entre as partes e principalmente aos interesses dos próprios atletas, como foi mencionado por Melo Filho (2006) “a ‘Lei Zico’, trouxe como inovações algumas ‘contribuições de pioria’: o fim do ‘passe’ dos atletas profissionais resultando numa predatória e promíscua relação empresário/atleta”

Sendo assim, a Lei Pelé surgiu para consertar as falhas deixadas pela Lei Zico e em partes conseguiu, porém, esta acabou abrindo portas para outras falhas que necessitam ser revistas no cenário atual do âmbito do direito desportivo.

4.2.3 Necessidade de Reformulação com Vendas Precoces

Com a criação da Lei Pelé, iniciou-se a ocorrência frequente de um grande fenômeno, que seria a perda de jovens atletas para o mercado exterior. Tornou-se bastante recorrente o número de atletas que passaram a ir pro mercado europeu, mesmo com idade baixíssima, pouca atuação no país, sem dar nenhum retorno ao clube e sem criar uma identidade com a instituição. Sendo que, essa saída dos atletas se deve ao fato da realização de altas propostas de compra (PINHEIRO, 2018).

Dessa maneira, o clube acaba sofrendo um impasse, uma vez que este não possui meios financeiros para continuar mantendo o atleta mediante a proposta que lhe foi feita, atrelado a isso temos a falta de experiencia desses esportistas que ainda não conseguem compreender os melhores caminhos para suas carreiras. Assim, essa fuga de atletas proporciona um prejuízo considerável para o clube, uma vez que a Lei Pelé não

proporciona condições adequadas para a proteção dos clubes formadores (ARAUJO, 2021).

Logo, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de que haja uma reforma na Lei Pelé, para que assim seja possível, no mínimo, auxiliar e fornecer maiores proteções aos jovens atletas, que em grande parte dos casos não possuem noções de planejamento de carreira, além de poder oferecer aos clubes uma maior segurança em relação ao fenômeno contemporâneo desse meio (MELO, 2020).

4.3 Propostas de Aperfeiçoamento da Lei

A Lei Pelé foi criada a fim de trazer mais benefícios para o esporte brasileiro, de fato algumas de suas atribuições foram de suma importância no cenário nacional, porém, vimos que mesmo proporcionando melhorias, ainda se trata de uma lei que carece de aperfeiçoamentos para que ela se adeque mais à realidade do esporte, que constantemente é alterada (ARAUJO, 2021).

Sendo assim, uma das propostas de aperfeiçoamento de suma importância diz respeito a maior fiscalização da atividade dos empresários de jogadores para evitar a ocorrência do intenso aliciamento desses atletas, que como vimos anteriormente é algo rotineiro nos últimos tempos, pois esses empresários acabam visando apenas o seu benefício pessoal e financeiro em detrimento das necessidades e melhores condições de carreiras para o seu atleta, que geralmente carece de instruções educacionais ficando à mercê das exigências propostas pelo seu agenciador, o que pode gerar muitas consequências negativas na vida do atleta (PINTOS *et al.*, 2016).

Outra proposta que pode ser realizada é a normatização das categorias de base no esporte brasileiro, que atualmente é uma classe bastante negligenciada e precisa de uma fiscalização mais estruturada e abrangente dentro dos clubes, para analisar o tratamento que as crianças recebem, visando impedir que o esporte se transforme em um instrumento pra eles e se mantenha como uma forma de desenvolvimento físico, ético e social (OLIVEIRA; LA GUARDIA; PERESSUTE, 2017).

Além disso, a lei deve ser mais específica e direcionar normas que devem desempenhar um papel mais ativo no que diz respeito as negociações dessa categoria, principalmente sobre a análise do papel dos empresários e a quantia que deve ser paga aos jovens atletas, promovendo a valorização desses atletas de uma forma mais humanitária (GODOY, 2013).

Outra proposta de melhoria deve-se ao fato da Lei Pelé ser voltada principalmente para o futebol, dessa maneira um bom aperfeiçoamento seria voltar a atenção para outros esportes que não se relacionam ao futebol, um ato de grande importância devido ao grande número de participantes dessas atividades esportivas que existem no país, que muitas vezes possuem apenas dispositivos genéricos que regularizam suas atividades, com isso, se abre espaço para a desorganização e amadorismo (REIS *et al.*, 2015).

Partindo para outra proposta, outro ponto para se aperfeiçoar é a questão da grande polarização do esporte brasileiro, onde somente a parte mais desenvolvida economicamente do país (sul/sudeste), recebem benefícios financeiros e investimento para o esporte, enquanto as outras regiões ficam abaixo das mais privilegiadas, gerando um grande desnível técnico entre as equipes (CARNEIRO *et al.*, 2017).

Ademais, se esse investimento chegasse as demais regiões do país, haveria um grande crescimento desportivo nessas regiões, gerando uma maior popularização dos esportes no Brasil, que conseqüentemente levaria a um grande crescimento econômico nessas regiões, um fator muito importante devido a possibilidade de geração de renda e emprego, fortalecendo mais ainda a importância do esporte no papel social (MARTINS, 2016).

Indo para um outro ponto, temos que uma boa melhoria seria abordar especificamente sobre a excessiva vazão de jogadores brasileiros para outros países, criar mecanismos que limitem o número dessas transferências dos clubes a cada semestre, além de estabelecer critérios objetivos para a transferência desses atletas se mostra uma alternativa de grande importância para se alcançar esse objetivo, fazendo com que ocorra a valorização do esporte nacional (REIS *et al.*, 2015).

Por fim, uma das melhores medidas de aperfeiçoamento poderia estar relacionada às cláusulas do contrato de trabalho entre os clubes e os atletas, dessa forma, o clube poderia ter mais garantias em relação aos seus jogadores, principalmente no que tange à limitação do valor pago mensalmente para esses esportistas, que geralmente não corresponde à realidade merecida (MEZZADRI; SILVA; FIGUERÔA, 2015).

Atrelado a isso, temos a necessidade de garantir aos atletas uma melhor estrutura nos clubes para que estes tenham benefícios como pagamento integral dos salários, ao amparo psicológico, físico, jurídico e financeiro, fatores de grande importância pois muitos desses jogadores não possuem conhecimento adequado para lidar com esses

assuntos, deixando-os carentes de uma assistência mais próxima das associações desportivas (MELO, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção desse estudo foi possível perceber que a Lei 9.615/98 foi responsável por diversas mudanças no esporte nacional, visto que tinha como objetivo trazer mais liberdade para os atletas, além de instituir uma legislação mais específicas no que concerne aos contratos desportivos entre atletas e profissionais, assim como também forneceu disposições legais que abordam sobre o respeito ao planejamento financeiro do esporte e organização de órgãos administrativos e jurisdicionais relacionados ao esporte nacional.

De maneira geral observa-se que houve mudanças muito positivas a partir da consolidação dessa lei, contudo, ainda é necessário que se façam adequações a ela devido falhas que ainda são observadas até hoje, que deixam os atletas e os clubes em situações de vulnerabilidade. Portanto essas mudanças devem ser implantadas e desenvolvidas mediante a novas análises e estudos posteriores, para que sejam usadas novas metodologias que proporcionem o alcance dos resultados mais precisos e satisfatório para todos os usuários.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. Produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. **Motrivivência**, [S.L.], v. 26, n. 42, p. 27-40, 16 jul. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p27>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n42p27/27264>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ARAUJO, Felipe Gonçalves Mendonça de. **LEI PELÉ DO DIREITO DESPORTIVO E SEUS IMPACTOS**. 2021. 25 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2143/2/TRABALHO%20DE%20CONCLUS%20C3%83O%20DE%20CURSO%20-%20LEI%20PEL%C3%89.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BELATO, Ana Kelly de Moraes Silva. **UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB (2009-2016)**. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33998/1/2018_AnaKellydeMoraisSilvaBelato.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. *Diário Oficial [da] União*, Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 05 de out. 1988

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva *et al.* A MATRIZ DE FINANCIAMENTO PÚBLICO FEDERAL DO ESPORTE NO BRASIL. In: 9ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 69., 2017, Belo Horizonte. **Resumo [...]**. Belo Horizonte: Sbpcc, 2017. p. 1-4. Disponível em: http://www.sbpccnet.org.br/livro/69ra/resumos/resumos/3220_1b8ade0b902a466e3fe1e074670d9cd30.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **O FINANCIAMENTO DO ESPORTE NO BRASIL: aspectos da atuação estatal nos governos lula e Dilma**. 2018. 386 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/188206221.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo; HIRATA, Edson. BASTIDORES DO JOGO: as interferências na elaboração da lei pelé. **História e Esportes**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 119-155, abr. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/19053/15938>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GODOY, Letícia. **O SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE NO BRASIL: revelações e possíveis delineamentos**. 2013. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.pggedf.ufpr.br/downloads/TESES/2013/TESE%20Leticia%20Godoy.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MARTINS, Mariana Zuaneti. **APERFEIÇOANDO O IMPERFEITO: a ação sindical dos jogadores de futebol no período pós-lei pelé**. 2016. 355 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322397/1/Martins_MarianaZuaneti_D.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

MEDINA, Aládia Cristina Rodrigues. **AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA CIDADE DE NOVA LIMA-MG: quando quiser, se assim quiser e como quiser?**. 2019. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Tese%20-%20Al%20Cristina%20Rodrigues%20Medina.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MELO, Gabriel Costa. **CONTRATO DE TRABALHO DO ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL: direito à imagem e direito de arena**. 2020. 31 f. TCC (Graduação) - Curso de Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Pontifícia

Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/100/1/GABRIEL%20CO STA%20MELO%20-%20TC%20PDF.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e; FIGUERÔA, Katiúscia Mello. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. **Motrivivência**, [S.L.], v. 27, n. 44, p. 49-63, 4 maio 2015. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2015v27n44p49>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2015v27n44p49/29385>. Acesso em: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA, Amom Vidal do Nascimento; LAGUARDIA, Roberta Borges; PERESSUTE, Anelize Gabriele. CONDIÇÕES DE GESTÃO ESPORTIVA NAS FEDERAÇÕES DE ATLETISMO DO BRASIL. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**: RIGD, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 90-98, abr. 2017. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=3032>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PINHEIRO, Gabriel Lopes. **20 ANOS DA LEI Nº 9.615/98 (LEI PELÉ): avanço ou retrocesso para o esporte brasileiro?**. 2018. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33847/1/2018_tcc_glpinheiro.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

PINTOS, Ana Elenara *et al.* O DIREITO AO ESPORTE E AO LAZER NO CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 38-52, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/508/344>. Acesso em: 20 ago. 2021.

REIS, Nadson Santana *et al.* O ESPORTE EDUCACIONAL COMO TEMA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO PERIODISMO CIENTÍFICO BRASILEIRO: uma revisão sistemática. **Pensar A Prática**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 709-724, 30 set. 2015. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v18i3.34326>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/34326/19034>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. A Lei Pelé, o fim do passe e a modernização conservadora do futebol-negócio no Brasil: uma análise das percepções dos jogadores. **Novos Rumos Sociológicos**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 1-29, 15 jul. 2015. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/norus.v2i2.5774>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/5774/4226>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SANTOS, Reinaldo da Silva Conceição dos. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE DO BRASIL: contribuições para o combate a vulnerabilidade social**. 2017. 50 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Física, Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, 2017. Disponível em: <http://famamportal.com.br:8082/jspui/bitstream/123456789/627/1/POLITICAS%20PU>

BLICAS%20DE%20ESPORTE%20DO%20BRASIL%20CONTRIBUICOES%20PAR
A%20O%20COMBATE%20A%20VUNERABILIDADE%20SOCIAL.pdf. Acesso em:
20 ago. 2021.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano de; MARCHI JUNIOR,
Wanderley. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL: uma
proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento (Esefid/Ufrgs)**, [S.L.], v. 17, n. 3,
p. 233-251, 14 ago. 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.18420>. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18420>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TASSA, Khaled Omar Mohamad El; LOVATO, Andreza. Políticas públicas voltadas ao
esporte e lazer: alternativas para municípios de pequeno porte. **Efdporttes.Com**, Online,
v. 1, n. 190, p. 1-7, mar. 2014. Disponível em:
<https://www.efdeportes.com/efd190/politicas-publicas-voltadas-ao-esporte-e-lazer.htm>.
Acesso em: 20 ago. 2021.



Capítulo 3

CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO: UMA PROPOSTA DE LAZER PARA OS MUNICÍPIOS

DOI:10.29327/552573.1-3

Erlane Cardoso Progênio
Jéssica Santos de Lima



CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO: UMA PROPOSTA DE LAZER PARA OS MUNICÍPIOS

Erlane Cardoso Progênio

erlanecardoso2704@gmail.com

Jéssica Santos de Lima

joaozim20032016@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa refere-se acerca das Políticas Públicas de Lazer dentro dos Municípios do Brasil. Dessa forma, trataremos sobre Os Centros Educacionais Unificados (CEU's) que são uma proposta de políticas públicas de lazer presentes em várias cidades do país, esta pesquisa tem por objetivo investigar como ocorre a utilização dos CEU's, os seus principais desafios e obstáculos existentes desde a sua criação, até o seu funcionamento atualmente, verificando assim os desafios a serem superados para que se possa levar acesso de qualidade à população. Nesta pesquisa realizou-se uma análise bibliográfica considerando as contribuições de autores como Gadotti (2004), Cangussú(2010), Silva (2014), entre outros, enfatizando sobre a criação dos CEU's como uma proposta de lazer para a população. Concluiu-se a importância da criação dos Centros Educacionais Unificados, os benefícios que contribui para o desenvolvimento das crianças das periferias, bem como reforça o desenvolvimento da economia local, melhoria de saneamento básico nas áreas onde foram construídos os CEU's além de proporcionar momentos de lazer a essa parcela da população que sofre diariamente e merece educação e lazer de qualidade, neste aspecto vê-se a necessidade da sua implementação nos demais municípios existentes no nosso país.

Palavras-chave: Política Pública. Lazer. CEU's.

ABSTRACT

This research refers to Public Policies for Leisure within the Municipalities of Brazil. Thus, we will deal with Unified Educational Centers (CEU's) which are a proposal for public leisure policies present in several cities in the country. This research aims to investigate how the use of CEU's occurs, its main challenges and obstacles that have existed since its creation, until its current operation, thus verifying the challenges to be overcome so that quality access can be provided to the population. In this study, a bibliographical research was carried out considering the contributions of authors such as Gadotti (2004), Cangussú (2010), Silva (2014), among others, emphasizing the creation of CEU's as a leisure proposal for the population. It was concluded the importance of creating Unified Educational Centers, the benefits that contribute to the development of children in the suburbs, as well as reinforcing the development of the local economy, improving basic sanitation in the areas where the CEU's were built, in addition to providing leisure time to this portion of the population that suffers so much in their daily lives and deserves quality education and leisure, in this aspect, there is a need for its implementation in other municipalities in our country.

Keywords: Public Policies, Leisure, CEU's

1. INTRODUÇÃO

Os Centros Educacionais Unificados (CEU's) se fazem presente em diversos estados e municípios brasileiros, desde grandes metrópoles como São Paulo até cidades dos interiores como Cametá no Norte do país, destaca-se aqui que na busca por artigos sobre esse projeto observou-se que possuem um quantitativo grande de artigos falando sobre os centros educacionais nos municípios e bairros de São Paulo bem como algumas capitais, porém não foram encontrados textos referindo-se às demais cidades do país principalmente dos interiores, pois se sabe que atualmente eles estão presentes em várias cidades do Brasil.

Os Centros Educacionais Unificados são projetos de políticas públicas que foram criados inicialmente nas áreas periféricas de São Paulo disponibilizando a população dessas áreas o acesso à educação, esporte e lazer, hoje os CEU's estão presentes em muitas regiões no entorno do país, porém a proposta de políticas públicas se mantém que é o de levar às comunidades mais carentes acesso á equipamento e atividades que esses centros oferecem como teatro, pista de skate, quadra de esportes, praças de comum convívio, além de fomentar a economia local, pois se observa nesses locais vários pontos de trabalhadores informais, levando a essas localidades além de uma melhor qualidade de vida as pessoas, uma forma de sobrevivência em meio a crise de emprego em que o país se encontra. Portanto, o objetivo desta presente pesquisa é compreender como as políticas públicas como os Centros Educacionais Unificados são usados como proposta de lazer nos municípios do nosso país.

Seguindo esta premissa, elaboraram-se interrogativas que guiaram esta pesquisa.

- Identificar como foram criados os Ceu's?
- Como funcionam os Ceu's e seus principais obstáculos?
- Direcionar quais os desafios a serem superados nos Ceu's
- Descrever como ocorre a utilização dos Ceu's seus desafios e obstáculos.

Antes de se fazer uma análise concreta sobre os Centros de Educação Unificados é de grande relevância compreender a conjuntura em que se constituem políticas públicas de lazer em nossa sociedade e como funcionam no nosso país, é necessário no primeiro momento da pesquisa que se faça uma observação sobre o conceito de políticas públicas de lazer em nossa sociedade.

Quando se pensa em políticas públicas de lazer vem à mente a elaboração de espaços de comum convívio com pessoas usufruindo daquilo que gostam com espaços

amplos seguros e que possam proporcionar conforto e tranquilidade seja para fazer uma caminhada, passear com a família, sentar para ler um bom livro, praticar algum esporte, fazer aquilo que sente prazer em fazer quando não se está cumprindo com os afazeres do dia a dia. A criação de espaços públicos de lazer como os Centros Educacionais Unificados é de total relevância para a sociedade poder usufruir desses tais momentos de lazer.

Conforme Nascimento:

O lazer é um fenômeno humano, e que no senso comum está relacionado às atividades prazerosas, relaxantes, que servem como uma alternativa para o desgaste oriundo das tensões do cotidiano. Tensões essas geradas pelas inúmeras responsabilidades e tarefas que os indivíduos geralmente possuem como cuidar da família, da casa, deslocar-se no trânsito conturbado, toda uma série de atividades que demandam energia e tempo. Essas atividades do dia-dia são obrigações muitas vezes impostas como condição para uma vida em sociedade, e são as formas pelas quais cada um constrói sua existência (NASCIMENTO, 2014, p. 17).

Nesta conjuntura, o objetivo geral desta pesquisa é descrever como ocorre a utilização dos Centros Educacionais Unificados como proposta de lazer e quais os principais desafios e obstáculos enfrentados para a sua funcionalização e para os seus usuários.

Para obter o objetivo (geral) exposto, empregou-se como recurso metodológico, a pesquisa bibliográfica, realizada a partir de uma análise de materiais obtidos através de publicações na literatura e artigos científicos divulgados nos meios eletrônicos.

O texto final foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como: Gadotti (2004), Cangussú (2010), Silva (2014), Pacheco (2009), Silva (2012), entre outros.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Historicamente as políticas públicas de lazer no Brasil são caracterizadas por serem excludentes, pois se verifica que somente uma parte da sociedade tem acesso ao lazer, outro fator observado é de que é uma política pública setorial, ou seja, apenas uma secretaria é tida como responsável por desenvolver espaços e acesso de lazer a população, não vinculando aos demais setores a responsabilidade pela área, observou-se também que ocorre uma desvalorização do lazer pela sociedade, pois ele é visto como algo não produtivo e que não deve ser valorizado e muito menos custeado pelos órgãos públicos, porém sabe-se que o direito ao lazer está previsto na constituição de 1988 inserido junto

aos direitos sociais, sendo um direito da população o estado é obrigado a fornecer tais direitos previsto por lei. Todavia, a realidade se torna diferente.

Para Nascimento:

A existência da lei por muitas vezes não é uma garantia de seu cumprimento, principalmente quando nos deparamos com a descaracterização das ações voltadas para o acesso da população aos seus direitos, que em alguns casos se configuram em serviços de baixa qualidade, ou acabam tendo que optar entre um direito ou outro. Seja pela desigualdade social que proporciona condições de vida paupérrimas, não havendo possibilidade de se garantir o básico para a sobrevivência, seja pelo desconhecimento dos direitos, ou até mesmo pela ineficiência das ações por parte dos gestores(NASCIMENTO, 2014, p.32).

Para Bonalume (2011) as ações conjuntas favorecem o entendimento do esporte e lazer como sendo direito dos cidadãos, como dimensões da cultura, com vasta potencialidade de afinidade com outras áreas de conhecimento e ação, por estarem em conjunto mais perto do entendimento de totalidade para essas políticas serem de fato efetivas é necessário atender: o aspecto multidisciplinar dos personagens envolvidos; a diferença e diversidade de preferências das culturas de lazer, dentre eles o esporte; a grande preocupação e super estimação do tempo livre, a mobilidade e organização dos indivíduos, a atual compreensão de que apara além da simples ocupação; a capacidade de mobilização e organização das pessoas; o entendimento atual de que a ação conjunta dos setores deixa de ser uma sugestão de gestão e passa a suportar uma condição primordial na concepção de políticas públicas.

Amaral e Santos (2010) analisam as condições em que o lazer vem sendo tratado pelo estado brasileiro e a razão pelo tal tratamento, entrando em divergência sobre a política de estado e política de governo. O lazer ou não está presente nas políticas que têm como elemento a cultura, ou quando aparece nas políticas sociais está atrelado à saúde, educação esporte, segurança e previdência social, como um todo, geralmente introduzido a outra área como uma forma de compensação, como se não houvesse sentido e conteúdo nele mesmo, apenas como sendo um caminho para outras políticas públicas alcançarem as suas finalidades.

Para Carvalho (2010) as políticas públicas de lazer surgem em crescente nas exigências da sociedade pela procura de uma boa qualidade de vida. A popularização dos projetos municipais propõe a se ter uma gestão mais maleável, constituindo que os projetos sociais tornem-se situados de fato nas condições de vida nas comunidades e de dos indivíduos que nela habitam, ou seja, elaborar-se projetos que irão favorecer a

população daquela área específica levando em consideração a necessidade dos indivíduos.

Ribeiro (2013) diz que, de acordo com a história, as políticas públicas de lazer no Brasil são marcadas na sua maioria pela exclusão, fragmentação e funcionalidade. Outra particularidade das políticas públicas de lazer é pelo aspecto de serem setoriais ordenadas e elaboradas por uma única divisão ou secretaria, com escassa ou qualquer articulação com outras organizações municipais. O autor acredita que o lazer é uma área que requer a junção com os demais setores para a sua funcionalidade por ser uma área multidisciplinar tanto na área de estudos como na sua operação. Portanto, requer planejamento e implementação com os demais setores da esfera municipal.

Mascarenhas e Flausino (2012) retratam que o esporte e lazer são legitimamente amparados como sendo direitos sociais pela Constituição Federal de 1988. Contudo, a concretude em que abrange a solidificação desses direitos é totalmente adversa ao que é apontado na Carta Suprema, pois os tais não alcançaram a sua concretização em virtude do regresso da atuação do Estado frente aos progressos das políticas neoliberais, separando os direitos sociais, os convertendo em direitos de consumo e mercadoria.

Rechia (2005) faz uma análise sobre as políticas públicas de lazer, a autora diz que é necessário se fazer um reconhecimento de tempo/espaço do lazer como uma prática social, que abrange a grandeza humana e de particular relevância à comunidade. Enfatiza-se também a atribuição de se considerar na preparação de políticas públicas de lazer e esportes a formação constante dos agentes sociais abrangidos tanto com as interferências práticas, como com a elaboração de ambientes e aparelhamentos para tais experiências. Observa-se uma semelhança entre o que dizem os autores sobre as políticas públicas de lazer, dando seguimento a abordagem geral deste artigo adentra-se nesse momento do texto a criação dos CEU's como uma proposta de lazer para os municípios do país.

3. CRIAÇÃO DOS CEU's

Este estudo investigou históricos sobre o Centro Educacional Unificado desde o processo de sua criação, elaborado pela Prefeitura do Município de São Paulo, durante 2001 a 2004 no período da gestão da prefeita Marta Suplicy, e durante os anos de 2005 até 2009, na gestão do prefeito Gilberto Kassab.

Gadotti (2004) ao analisar os princípios para a criação dos CEU's esclareceu que a concepção e implantação dos CEU's em São Paulo manifestou-se de um histórico de

tentativas de construção de projetos pedagógicos de atendimento às classes populares. Gadotti (2004) ainda alega que os CEU's compreenderam com experiências anteriores. Não escondendo sua admiração com o espetáculo educacional promovido na gestão Marta Suplicy entre 2001 a 2004.

Para Cangussú (2010) destaca que oficialmente Os Centros Educacionais Unificados foram criados pelo Decreto Municipal nº 42.832,6 de fevereiro de 2003, sendo complexos educacionais únicos subordinados, administrativamente, pela Secretaria Municipal de Educação e à Coordenadoria de Educação posta em cada Subprefeitura. Em 30 de novembro de 2004 foi aprovado o Regime Padrão dos CEU's sendo publicado no Diário Oficial do Município em 1 de dezembro de 2004, posteriormente a análise da Indicação CME, aprovada em 27 de novembro de 1997, que determinou as diretrizes para elaborar o Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio do Sistema de Ensino do Município. Após essa análise e levando-se em consideração a diferença apresentada nos Centros Educacionais Unificados concluiu-se que deveriam ter um Regimento Padrão, em perspectiva de administração diariamente através da participação popular, que contemplasse suas principais especificidades. O combate à exclusão passou pelo reconhecimento da necessidade de prover nas áreas de maior vulnerabilidade social com políticas públicas que propiciassem a inclusão e a ruptura com o ciclo de pobreza.

Segundo Silva (2014) o projeto CEU passou por distintas administrações e continua em vigor, mantendo suas atividades desde a gestão da prefeita Marta Suplicy de 2000 a 2004 até atualmente. O projeto fora concebido para solucionar o quadro de escassez e exclusão social que existe nos bolsões de pobreza e foi pensado a partir de diretrizes educacionais, as quais inspiraram os seus demais princípios norteadores.

Para Pacheco (2009) os CEU's tornaram-se ligados à Secretaria Municipal de Educação (SME) e deveriam seguir os princípios da Rede Municipal de Ensino elaborado na Gestão Marta Suplicy de 2001 a 2004. O CEU seria administrado pela Secretaria Municipal de Educação, mas buscava ações articuladas com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEME), Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social (SMCIS) e as restantes secretarias que constituiriam o Grupo Técnico Intersecretarial (GTI). Cada CEU deveria atender suas escolas e creches, as crianças e jovens, além de adultos que frequentam os cursos de suplência, deveriam também atender às escolas do seu entorno. Apresentariam ainda

atividades para a comunidade em geral por meio de esportes, cursos, espetáculos e outras atividades. As áreas para construção dos CEU's foram escolhidas onde existia a presença de maior desigualdade social e exclusão, foram escolhidos terrenos em torno de 13 mil metros quadrados para sua construção.

Segundo Silva (2012) o CEU criou uma rede de equipamentos públicos com excelência, tornando-se acessível e democratizando o acesso aos bens culturais com qualidade social, onde regiões pobres e excluídas culturalmente passam a ter o direito garantido de frequentar um espaço social público que lhe possibilita fazer, ocupar, mostrar e desenvolver sua cultura local e fruir os bens culturais produzidos pela cidade. O projeto humanizou as relações hierárquicas e ainda, possibilitou à sua elite cultural reconhecer que São Paulo escondia nas periferias a necessidade de políticas públicas de qualidade; que os bairros pobres precisam, além de moradia, saneamento básico, escola e posto de saúde, também necessitam de lazer e cultura. Depois de muita crítica e resistência da elite paulistana, que menosprezavam o CEU, o programa finalmente se tornou aceito pelos paulistas. Dessa forma, possibilitou a criação dos Centros Educacionais Unificados dentro de São Paulo em sua primeira fase, nos lugares onde os índices mostravam falta da presença do poder público e qualidade social. Assim, o projeto contribuiu para construir uma rede de proteção social e percorrer o caminho de cidade educadora, compreendendo que todos os espaços educam.

4. FUNCIONAMENTO E PRINCIPAIS OBSTÁCULOS.

Silva (2014) diz que existe nos CEU's um Conselho Gestor que oficializa a condição da gestão, tendo por finalidade reunir membros da região onde está localizado para que possam acompanhar e interferir no que ocorre dentro dos CEU's. Composto por funcionários públicos do município, dos pais, dos alunos e integrantes das organizações de dentro das comunidades, que objetivam promover a participação, a organização e assessoria social de todos os instrumentos de execução das políticas públicas educacionais que estejam disponíveis nos CEU's, constituindo instância consultiva e deliberativa em relação à organização e seu funcionamento, respeitando o poder público municipal e a legislação em vigor, para que todos os setores possam conduzir a gestão do dispositivo.

Além disso, os Centros Educacionais Unificados possuem uma equipe de profissionais especializados em áreas distintas, cabe aos profissionais do dispositivo

organizar a rotina dos CEU's tornando-a acessível para todos na sociedade. Isso porque o mesmo tem por objetivo que qualquer pessoa interessada em frequentá-lo possa usufruir do seu espaço e das atividades, independentemente de o interessado ser aluno regular das unidades escolares do dispositivo ou não. Por tanto, o dispositivo não atende exclusivamente os alunos matriculados nas escolas regulares situadas no complexo, os CEU's devem atender, sobretudo, aos moradores da região onde estão localizados.

De acordo com Dória (2007) os princípios que conduzem os CEU's e o funcionamento de suas unidades dependerão da participação comunitária em sua gestão, bem como da apropriação desses equipamentos pelos cidadãos que moram na região em que cada centro foi instalado. Por isso seus conselhos gestores prevê em maior participação de membros da comunidade do que de representantes das próprias unidades escolares. Dessa forma, o Conselho Gestor possibilita meios da gestão dos CEU's de tomar as decisões de forma coletiva, a participação da população em eleições diretas, além de acompanhamento e avaliação processual da unidade educacional unificada. Assim, a maneira como os CEU's funcionam é o resultado de um conjunto de normas propostas por diversos fatores sociais, e essa afirmação exclui a ideia de que as decisões políticas devem ser tomadas exclusivamente pelos representantes institucionais do dispositivo.

Gadotti (2004) por sua vez esclarece que os centros possuem o Conselho Gestor e a Assembleia Geral. Dessa forma, o Conselho Gestor formado por funcionários públicos do município, pela comunidade local e por membros de entidades não-governamentais sediadas na comunidade, que promovem organização, a participação e o controle social sobre a execução das políticas públicas nos CEU's constituindo uma instância deliberativa em relação à maneira como o CEU's se organiza e como funciona, respeitando as competências do poder público municipal e a legislação. Já a Assembleia Geral é formada pelos três segmentos representados no Conselho Gestor e reúnem-se para tratar das ações dos centros unificados, avaliam o Plano Educacional do ano anterior, avaliam e aprovam planos de aplicação de recursos, opinarem quanto às mudanças na estrutura dos espaços, dos equipamentos, objetivos e finalidades consignados na legislação específica, discutir propostas de alteração do Regimento Interno e formar a lista tríplice para escolher o novo gestor. Dessa forma, a gestão democrática ocorre de forma coletiva, o Gestor tem a responsabilidade de coordenar e articular a participação dos diferentes colegiados e

instâncias. Na Assembleia Geral O Gestor é eleito para mandato durante dois anos, cujo processo eleitoral é coordenado pela Coordenadoria de Educação da Subprefeitura.

Gadotti (2004) continua dizendo que a estrutura administrativa dos CEU's privilegia as relações horizontais, como projetos estratégicos de integração, respeitando-se a autonomia de seus núcleos, unidades e espaços como o Núcleo Educacional, o Núcleo de Ação Cultural, o Núcleo de Esportes e Lazer, o Centro de Educação Infantil (CEI), a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), entre outros. A equipe de docentes é composta por 2,667 professores e a equipe técnica totaliza 189 profissionais, nos cargos de Direção e Coordenação Pedagógica das Unidades Escolares (cria assim 8,400 empregos diretos nos 21 CEU's). Para o seu funcionamento fora criado por volta de 6,600 empregos, sendo: 2,667 cargos de Professores Regentes, 63 Auxiliares de Direção, 189 técnicos para a Direção e Coordenação Pedagógica das Unidades Escolares, 186 para profissionais administrativos, 945 na área cultural e 372 relacionados às atividades de esporte e de lazer. Outros 2,185 profissionais prestam serviços gerais, sendo 1,301 para limpeza e manutenção, 378 para cozinha, 424 para segurança e 82 para monitoramento aquático.

Um dos principais obstáculos no CEU's para Pacheco (2009) é a certa acomodação por parte da coordenação geral de investir na formação, os coordenadores e professores dos núcleos não são ouvidos sobre haver a necessidade de uma formação continuada de qualidade. As possibilidades de auto-formação e participação em cursos e eventos externos parecem ser ainda menos estimuladas. Deve-se destacar que à medida que não há projetos internos de formação continuada, ao menos deveria ser estimulada a busca por formação em outras instituições externas. Um dos maiores problemas para a atuação profissional dos responsáveis pela programação das unidades é o fato de seus cargos estarem atrelados a decisões político-partidárias. Há uma grande dificuldade em manter profissionais bem treinados, bem remunerados e motivados para o desenvolvimento de programação qualificada e integrada. Os profissionais dos núcleos que mais se sentem prejudicados em relação à falta de clareza quanto ao seu papel profissional e sua identidade são os professores especializados no núcleo de esporte e lazer.

Além disso, Pacheco (2009) percebeu que não há uma discussão sobre as possibilidades do lazer como prática educativa. Observou que o lazer acaba sendo desconsiderado como veículo e como objeto de educação, que pouco se educa por meio

do lazer e para o seu usufruto. Mostra como a falta de proposta pedagógica e de projetos dificulta uma utilização mais efetiva de todos os espaços. Essa falta de proposta parece estar relacionada, sobretudo, à falta de discussão sobre as potencialidades educacionais do lazer. A própria estrutura institucional responsável pela política de lazer no município não desenvolve projetos específicos com as escolas. Observou-se que dentro da concepção do CEU's não houve uma discussão sobre o planejamento do lazer e seu uso enquanto instrumento educacional.

5. DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

Sabe-se que todo e qualquer projeto implementado seja ele de instituição privada ou pública possuem obstáculos, seja de gestão ou funcionamento com os CEU's não seria diferente, e todos esses desafios devem ser entendidos para que assim haja um aperfeiçoamento do projeto dito isso dentre o acervo pesquisado encontram-se algumas das melhorias apresentadas pelos autores que possa fazer com que esses centros sejam ainda mais benéficos aos seus usuários.

Pacheco (2009) sustenta que é imprescindível instituir desígnios de atuação dos órgãos públicos ao que diz respeito às ações integradas nas áreas da educação, lazer, cultura e esportes, levando em conta que a escola é um tem um aparato “integrador”, contanto que os desígnios de atuação sejam ordenados com nitidez e fundamentados com base em estratégias de governo. Seria indispensável para que isso ocorra um investimento em educação continuada de trabalhadores de carreira, reformular carreiras já vigentes, elaborar processos intersetoriais e estimar antes de mais nada os trabalhadores que prestam serviços à população.

Gadotti (2004) conclui que os CEU's possuem características transformadoras e modernas no ponto de vista educacional e encara problemas para ter sua emancipação financeira e da democracia direta compactuada com a concepção de democracia representativa.

Cangussú (2010) afirma que os centros oferecem diversos serviços e é constituído por diversos grupos de trabalhos provenientes de diferentes campos como: (educacional, cultural, esportiva, de segurança, de saúde e de assistência social). Esta distinção de diversos setores é magnânima na concepção da heterogeneidade, porém encontra dificuldades na concepção e na constituição da identificação do aparelhamento. Por tanto a estima de que nas passagens de administração exista uma inquietação vinda dos

encarregados das Secretarias abrangidas em aprimorar o que já vem sendo executado e não dar início as outras atuações, rejeitando o que já foi concretizado. O mesmo autor afirma que é necessário conhecer a realidade das comunidades em que é implementado o projeto para que haja sucesso.

Lemos (2012) diz com relação às bibliotecas presentes nos centros educacionais unificados que é necessário tirar a imagem que se tem vinculada a padrões culturais, visto como de classe alta e incorporar o processo de cultura nos espaços periféricos, tornando possível a aproximação e troca de conhecimentos com outras áreas da cidade tendo assim um espaço de compartilhamento de conversas, negociação, interatividade, debates elaboração da amplitude cultural. Outrora desviarem-se forças políticas que possam ser operacionalizados com a alegação de melhoramento sócio político e de aumento econômico, contudo que torne a atuação um meio de controle social. Julga-se ser esse o empecilho mais árduo a se sobrepujar.

Por fim, Sanches (2014) diz que é necessária uma reestruturação concreta de uma política intersetorial para que assim se tenha possibilidade de melhoramento na eficácia do serviço dos órgãos no que abrange a cultura, esportes e lazer. A concentração dos serviços prestados na secretaria municipal corroborou para que a entidade fosse apenas vinculada a visão de educação escolar, esquecendo do esporte, cultura e lazer, assim deturpando a concepção inicial dos CEU's.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluiu-se que os Centros Educacionais Unificados surgiram de uma iniciativa inovadora que trouxe a possibilidade de proporcionar espaços de cidadania, atendendo aos objetivos mais amplos de inclusão social e diminuição das diferenças sociais. Seu modelo de gestão é democrática, sua localização segue o mapa de exclusão social, e sua arquitetura agrega valor aos processos educativos. Seus objetivos estão diretamente relacionados com a inclusão social das camadas mais carentes das cidades.

Contudo, se torna vulnerável às mudanças de governo em aspectos técnicos e econômicos, sua sustentabilidade e continuidade dependem de ações coletivas por parte da sociedade e de ações pontuais por parte do poder público, portanto é de extrema importância que a população entenda seus direitos como o de lazer para que cobrem dos

órgãos públicos serviços de qualidade entendendo que lazer assim como educação e saúde também são prioridades.

São necessárias que políticas públicas como os Centros Educacionais Unificados estejam sempre em funcionamento visto que eles atendem uma parte da população muitas vezes esquecida pelos órgãos competentes e que não possuem acesso a serviços de lazer de qualidade ou muitas das vezes a nenhum serviço de lazer, por estes aspectos percebe-se a necessidade de sua implementação nos demais municípios existentes em nosso país.

7. REFERÊNCIAS

BONALUME, Cláudia Regina. **O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer**. LICERE-Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer, v. 14, n. 1, 2011.

CANGUSSÚ, Lilian Cristina Pereira. **Centros Educacionais Unificados de São Paulo: Implementação e continuidade numa nova gestão política**. 2010. Dissertação (Programa de Pós - Graduação em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

DA CRUZ SANTOS, Flávia; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais**. Pensar a Prática, v. 13, n. 3, 2010.

DE CARVALHO, Regimênia Maria Braga; VARGAS, Ângelo. **O contexto histórico das políticas públicas de lazer no Brasil**. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 13, n. 4, 2010.

DÓRIA, O. Roberto. **Educação, CEU e cidade: breve história da educação pública brasileira nos 450 anos da cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, 2007.

FLAUSINO, Michelle da Silva; MASCARENHAS, Fernando. **O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação**. Licere (Online), 2012.

GADOTTI, Moacir; Perez, Maria Aparecida. Prefácio: o projeto educacional dos CEUs. In: PADILHA, Paulo Roberto; SILVA, Roberto da. **Educação com qualidade social: a experiência dos CEUs de São Paulo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004.

LEMOS, Charlene Kathlen de; OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **Bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEUs): a construção de uma cultura comum**, 2013.

NASCIMENTO, Oromar Augusto dos Santos et al. **As políticas públicas de lazer e esporte no município de Aruanã-GO**. 2014.

PACHECO, Reinaldo Tadeu. Boscolo. **O espetáculo da educação: Os Centros Educacionais Unificados do Município de São Paulo como espaços públicos de**

lazer. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RECHIA, Simone. **Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba.** Movimento, v. 11, n. 3, p. 49-66, 2005.

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. **Um estudo das políticas públicas de lazer de Brotas/SP.** LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 16, n. 3, 2013.

SANCHES, Ydeliz Coelho de Souza. **A gestão do Centro Educacional Unificado (CEU) da cidade de São Paulo.** 2014. 336 f. Diss. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Susete. Rodrigues da. **O Pensamento vivo de Mário De Andrade: Dos parques infantis aos CEUs da cidade de São Paulo.** 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Artes para obtenção do título de Mestre em Artes) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.

SILVA, Naiene. Sanchez. **Sobre a invenção dos próprios fins: Gestão híbrida nos Centros Educacionais Unificados (CEUs).** 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.



Capítulo 4

UM PROJETO DE BALÉ CLÁSSICO NA REGIÃO DA AMAZÔNIA PARAENSE: um Relato de Experiência

DOI: 10.29327/552573.1-4

Marcos Vinicius Mota Pinto
Victor Makoto Assunção Souza



UM PROJETO DE BALÉ CLÁSSICO NA REGIÃO DA AMAZÔNIA PARAENSE: um Relato de Experiência

Marcos Vinicius Mota Pinto

mv_mota33@hotmail.com

Victor Makoto Assunção Souza

victormakotoa31@gmail.com

RESUMO

A preocupação básica deste estudo é mostrar um projeto de dança que foi integrado em uma escola de ensino fundamental pública, cujo foco principal é promover a vivência de uma dança clássica (Balé) e refletir quais as vantagens que o mesmo ofereceu para a sociedade. Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e benefícios encontrados no projeto de dança. Foi realizado uma pesquisa de relato de experiência considerando as contribuições de autores como Portinari (1989), Morandi (2006), Gaspari (2005) e Pereira (2007). Procurando enfatizar a importância da Dança (Balé). Conclui-se que é possível inserir a dança no âmbito escolar, basta o apoio do corpo docente e a profissionalização adequada do professor.

Palavras-chave: Dança. Balé. Projeto. Escola.

ABSTRACT

The basic concern of this study is to show a dance project that was integrated into a public elementary school, whose main focus is to promote the experience of classical dance (Ballet) and reflect the advantages that it offered to society. This article aims to analyze the challenges and benefits found in the dance project. An experience report research was carried out considering the contributions of authors such as Portinari (1989), Morandi (2006), Gaspari (2005) and Pereira (2007). Trying to emphasize the importance of Dance (Ballet). It is concluded that it is possible to insert dance in the school environment, all that is needed is the support of the teaching staff and the adequate professionalization of the teacher.

Keywords: Dance. Ballet. Project. School.

1. INTRODUÇÃO

A finalidade desta pesquisa é mostrar a dança no âmbito educacional, para isso é importante lembrar os primórdios da sociedade, onde os gregos ressaltavam a importância da dança, no qual se manifesta em forma de mitos, cerimônias, lendas e na literatura (PORTINARI, 1989).

Segundo Morandi (2006) a dança como processo de reconhecimento dentro da educação ainda é muito recente (século XX). Pois, a Educação Física e a Arte, ainda

levam consigo marginalização que historicamente impossibilitaram sua inclusão como uma área de conhecimento específica.

Nos últimos anos, os autores destacam que, no meio de inúmeros motivos para que a dança esteja ausente ou inexistente dentro das escolas, está ligado ao fato de que o ambiente escolar secundarizou a dança e deu ênfase as modalidades esportivas. Da mesma forma que não há uma compreensão da dança como área de conhecimento, existe uma carência no planejamento dos conteúdos por parte dos professores. O preconceito ao gênero, nenhum interesse dos alunos, sexismo e a falta de formação do professor de educação física problematizam ainda mais a integração da dança como conteúdo na escola. Desta forma GASPARI (2005) propõe que o mesmo tempo voltado para as atividades esportivas (lutas, ginástica e esportes), seja o mesmo para a Dança.

PEREIRA (2007) afirma que a dança no Brasil é encontrada em espaços como: academias, clubes, escolas de dança, escolas particulares, públicas quando o professor inclui nas suas aulas.

Já o processo de proposta pedagógica para o ensino da Dança na escola, tem como objetivo o desenvolvimento do aluno, para que ele possa ter a capacidade de criar, compreender, escolher, questionar, transformar o espaço. Já que, a dança escolar não tem de favorecer a aplicação de movimentos corretos e técnicos que geram competitividade dos alunos e sim partir da hipótese que o movimento é a forma que o aluno tem de se expressar, de se comunicar para que ele se torne um cidadão crítico, responsável, capaz de desenvolver a autoexpressão e se expressar em várias línguas.

Desta forma Scarpato (2004) diz que:

Por efeito da ausência da Dança na aula de Educação Física, aparecem indecisões por parte do professor de como aplicar esse conteúdo. Embora seja uma temática ampla, só é vista quando surgem festas escolares ou quando é necessário apresentar para a população, eventos como por exemplo, festas do dia das mães, festa junina, entre outros (SCARPATO, 2004, p. 70).

A prática da dança deve ser refletida além de movimentos, ela deve ir mais adiante da ação pela ação, dessa forma que ocorre o entendimento de sua construção e história. “Quais assuntos estão dentro do movimento dançante?”, “Quais características motivaram a escolha desses movimentos, sabendo que a dança não é somente uma compilação e sim uma maneira artística de se expressar?” Marques (2012) responde para

que a dança tenha um potencial de agir sobre o mundo, deve-se englobar a mesma, não somente como recopilação, mas também, como uma expressão artística. Em síntese, por meio de métodos de ensino da dança, pode-se contribuir para a formação de alunos afetivos, mais críticos, que tenham um olhar pro mundo mais desenvolvido, qualificados para fortalecer sua própria dança.

Garaudy (1980) descreve que na Itália, durante o século XV o balé nasceu do cerimonial da corte, pois no mundo do Renascimento em vias dos tempos, as artes, que estavam até então em função da Igreja, passaram-se a ser símbolo de riqueza e poder. O autor também cita que o século XIX, era da Revolução Industrial, é a idade de ouro do balé como arte de evasão da realidade.

Diante disso o objetivo geral deste trabalho é relatar a experiência de um projeto de balé clássico no âmbito de uma escola pública. Já os objetivos específicos são:

- Verificar quais as contribuições que o balé proporcionou para a formação das alunas;
- Desenvolver as manifestações artísticas e culturais das alunas;
- Apresentar a dança clássica como atividade escolar.

O estudo das artes nas instituições de ensino se tornou imposto com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 20/12/1996, n. 9 294, todavia, somente após um ano da aprovação da lei, a dança foi inserida como uma parte da disciplina de artes, divulgação feita através dos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ainda que a dança, seja uma atividade obrigatória não está incluída dentro do PPP – Projeto Político Pedagógico da escola, tendo em conta, que ela só é vista de forma extracurricular, porém é inapropriado, pelo fato, de que a dança como disciplina apresenta várias vantagens aos discentes, por exemplo, tomadas de consciência na ação motora, compreensão dos sentidos, inúmeras experimentações de si.

Grande parte das escolas no Brasil se limitam no ensino das artes plásticas, não dando valor ao aprendizado da dança que está contida nas artes visuais, desconsiderando a cultura corporal e suas expressões, todavia, Marques (2012) diz que a escola é um espaço beneficiado para que a dança ocorra de maneira padronizada, com responsabilidade e comprometimento. Além de não ser um ambiente voltado somente

para a docência, ela também, tem a função de gerar um indivíduo crítico e reflexivo para a sociedade.

A aprendizagem da dança, no âmbito escolar pode colaborar com essa conversa, procurando uma sociedade com mais princípios e direitos iguais, sobrando para a escola a função de “integrar o conhecimento do fazer dança, ao pensá-la na vida em sociedade” (MARQUES, 2012, p. 5), e para que isso seja possível é de suma importância que os profissionais procurem se preparar com uma formação específica e que não reflitam a dança como meras repetições e criação de movimentos encontrados na imprensa ou de coreografias montadas, mas que pensem nela de modo crítico.

Geralmente, nas escolas, a dança é aplicada como uma mera repetição de repertórios que já existem, particularmente, as mais vistas nos meios de comunicação, desconsiderando toda a composição histórica da sociedade, transformando-se em uma simples reprodução de passos repetitivos.

Diante desta circunstância, é relevante entender a percepção da dança em cada movimento, gesto e interpretação expressada pelo corpo. A reprodução de passos repetitivos, impossibilita o lado criativo do aluno, sendo assim, é muito importante assegurar a criação individual para manter um equilíbrio no plano de aula.

Assim, afirma Marques (2012, p. 17)

Na maioria das instituições de ensino onde é aplicada a dança, alunos de diferente faixa etária, permanecem memorizando os conteúdos, isto é, compreendendo as composições da dança de maneira fútil, vaga, superficial através de transcrições de coreografias de passos já reproduzidos. Mesmo que uma coletânea seja rica em seu contexto, tal como, “as composições das danças brasileiras”, se for repassada de maneira superficial e de forma repetitiva, a maioria dos alunos não compreenderá de forma correta, não os tornando cidadãos críticos.

A dança deve ser refletida muito além de movimentos repetitivos, ela tem que ir além da ação pela ação, essa é a forma correta de entender toda sua construção e sua história da gênese. “Quais conteúdos estão dentro do conceito movimento dançante?”, “Quais características levaram a compreensão desses movimentos, sabendo que eles não são somente uma recopilação e sim uma maneira de um artista se expressar?”. Marques (2012) afirma que para a dança ter o poder de agir sobre o mundo deve ser englobada não só como um mero repertório, mas também, compreendida como linguagem artística.

Em síntese, por métodos de ensino da dança, o mesmo, pode contribuir para a formação de alunos que sejam ativos na sociedade, preparados para compreender sua própria dança e ter uma visão mais crítica.

A aplicação da dança, acontece em inúmeras formas, não tem apenas um modo único, porém, torna-se essencial olhar para o cenário, para a relação, mundo e a própria instituição de ensino. O vínculo professor – aluno, é uma maneira de que os pais contemplem a dança em seu recinto, são pontos de vista que consideramos relevantes para a criação do programa de ensino, que englobe os tópicos específicos do movimento, uma adequada abertura para um estímulo, conversação e reflexão com o corpo docente e os responsáveis dos alunos. “A prática da dança exige do professor um compromisso com a aparição de um programa com um alto nível de excelência e a consciência que a dança é uma atividade indispensável no ensino dos alunos”.

Sabendo dessa afirmativa, a dança pode ser considerada como razão que contribui para esse progresso coletivo, dessa forma fica a critério dos pedagogos procurar maneiras que influenciam os alunos a olharem a dança como forma de aumentar suas habilidades como todo e olharem o mundo de forma diferente.

O foco principal da dança no âmbito escolar não deve ser visto somente como uma parte tecnicista, ou seja, de olhar a mesma como passos coreografados e movimentos repetitivos, mas também, tentar levar ao aluno a entender que ela também serve para respeitar e conhecer seu corpo, aprender e conhecer o corpo do outro, atuando como uma ponte que guia um artista a se expressar. A prática da dança permite levantar e aproximar sonhos e a expressão de modo que a ludicidade esteja como foco, de maneira que a comunicação seja agradável e isso em qualquer idade, e como o enfoque é a escola é provável alongar os ambientes para que os discentes consigam:

Falar os pontos afetivos, gnosiológico e sociais do movimento dançado no seu determinado cenário, os discentes dificultam e modificam as ideias a respeito da dança e da atuação do corpo na mesma, através de estruturas que concedem inovações dele mesmo e do mundo que o cerca. Dessa forma, eles têm a vantagem de reconsiderar dualismos a favor de um grupo composto e ativo nas práticas. (BNCC, 2017, p. 1993)

Obtendo como suporte para efetuar as aulas, que serve como guia a BNCC (2017, p. 201), no qual é enfatizado que a prática da dança tem que acompanhar as próximas instruções:

- (EF15AR08) vivenciar e contemplar moldes diferentes em exhibições da dança presentes em distintos enredos, criando a parte fictícia, a aptidão de personificar, interpretar e um acervo corporal;
- (EF15AR09) definir vínculos entre as porções do corpo e desta movimentação dançante com toda a parte corporal;
- (EF15AR10) praticar diversos modos de ensinamentos no espaço (deslocação, planos, sentidos e vias) arranjos de movimento (devagar, mediano e acelerado) na montagem dos movimentos dançados;
- (EF15AR11) elaborar e inventar movimentos dançantes de forma solo, grupo e colaborativo, tendo em conta os pontos fundamentais, significativos e dinâmicos dos tipos de componentes característicos do movimento, com embasamento nos códigos de dança;
- (EF15AR12) debater sem preconceito e com educação, as suas próprias experiências e grupal em dança experimentada na escola, dando origem a fabricação de coreografias e as nomenclaturas.

Analisou-se que é um assunto numeroso e com bastante informação, apontando a relevância de mostrar a dança dentro do âmbito educacional público. A evolução de ser um aluno criativo, a forma de se expressar através da dança e dos movimentos do seu corpo, a diferença e as analogias da dança e a música, todas essas práticas e muitas outras são características, que por meio dessa experiência que o aluno pode ter ele pode transformar o espaço que reside.

2. DESENVOLVIMENTO

O surgimento do Balé iniciou-se na Itália, no século XVI, a dança nasceu durante o renascimento, onde as apresentações serviam de entretenimento para a nobreza. De fato, o Balé se desenvolveu na França em 1548 quando houve o casamento de Catarina e Duque de Orléans (LANGENDONCK, s/d p. 6). Catarina, depois que se tornou rainha, veiculou o balé pela corte francesa. Por volta de 1581 ela solicitou uma apresentação que passou a se chamar “Balé Cômico da Rainha”, elaborado por Balthasar de Beaujoyeux. (STEVENS apud AMARAL, 2009, p. 2)

Desta maneira, o Balé se popularizou por toda a Europa e Balthasar de Beaujoyeux continuou atuando na dança e se consagrou mestre coreógrafo.

Em 1638, no reinado de Luiz XIV o “Balé Cômico da Rainha” passou a ser chamado balé da corte, só por volta de 1661 surgiu a “Academia Real de Dança” tendo como mestre coreógrafo Pierre Beauchamps, esse local servia para bailarinos que tinha objetivo de se tornarem profissionais de dança (AMARAL, 2009, p. 03).

Por volta de 1927, no Rio de Janeiro, Maria Oleneva criou a primeira Escola de Danças Clássicas do Teatro Municipal no Brasil, que aos poucos a modalidade foi propagada pelo resto do país, formando diversos bailarinos profissionais de dança.

A grande parte das escolas no Brasil, encontradas ou não em subúrbios, encontra desafios para dar conta da educação escolar e suas problemáticas, conflitos pessoais e sociais, que muitas vezes é levada a escola por meio dos estudantes.

Apesar de que tais questões não seja o centro desta pesquisa, é de extrema importância ter uma breve conversa a respeito desses aspectos educacionais, sociais e políticos que inclua a vida dos estudantes, tendo em conta, que o comportamento em sala de aula, prejudica na formação do aluno em diversas áreas do conhecimento, englobando a dança. Analisou-se:

- A degradação estrutural familiar;
- O desemprego e baixa renda;
- Uma elevada taxa de prostituição infantil;
- A falta de interesse da família no acompanhamento escolar do filho;
- Uma grande relação dos jovens no mundo das drogas;
- Alta taxa de natalidade com as adolescentes e nenhuma expectativa de futuro.

O tipo de estudo feito pela professora para a análise dos indivíduos foi a qualitativa, que consente numa pesquisa de particularidades de condutas e hábitos. A metodologia partiu da pesquisa ação, uma vez que este estudo,

Verifica as objeções e suas prováveis respostas, caracterizando uma interferência. Usa-se para erguer componentes para alicerçar modificações e fortalecer de fato a prática didática no âmbito escolar. Estudo como esse, pretende, sempre, colocar algum ato que provenha a um aperfeiçoamento para a equipe em estudo. Para isto, requer uma função ativa do indivíduo que está em função de pesquisador na análise das problemáticas, na assistência e nas opiniões fomentadas em colocação da questão. (GRESSLER 2003, p. 63)

Desta forma, ocorreu uma inquietação por parte da professora e surgiu uma dúvida, de que forma ela poderá contribuir para transformar essa situação? Mas antes de responder tais perguntas, é de extrema importância abordar um pouco da trajetória da professora como pedagoga e licenciada em dança, roteiro esse que se inicia no PARFOR.

O PARFOR, é o Plano Nacional de Formação de Professores que, conforme diz a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes):

É um feito segundo a Capes que pretende impelir e estimular a proposta da educação do ensino superior, de qualidade e franco, para aqueles profissionais do magistério que estejam ativos na educação pública básica que não dispõem de uma formação típica no campo em que se encontra lecionando. (CAPES 2010)

A decisão partiu do Governo Federal com a colaboração dos Municípios, Estados e o Distrito Federal, o PARFOR, procurou a partir da sua origem, no ano de 2009, o ensino de professores em todo o Brasil, é importante salientar a sua relevância para a educação, visto que, vários profissionais foram qualificados, possibilitando um maior nível de instrução para os discentes de inúmeras instituições de ensino no território nacional, auxiliando de modo expressivo para a educação básica.

Durante seu período como discente no PARFOR, pode-se destacar que o curso de licenciatura em dança, modificou a maneira de olhar da professora, em razão de que ela olhava a prática da dança dentro da escola de uma forma diferente, vendo a mesma exclusivamente voltada para a melhora da qualidade de vida e bem-estar. Não possuindo toda a base teórica e prática para poder ministrar as aulas aos alunos, mesmo tendo uma graduada em educação física.

Enfatizando que não está menosprezando o curso de educação física, porém nesse curso, a dança é ensinada como um assunto que pertence ao componente curricular, não englobando de maneira convincente todo o universo da dança.

Depois que a professora adentrou no curso de Licenciatura em Dança, ela conta que teve a oportunidade de experimentar diversas experiências que ajudaram para a sua formação em dança, ela afirma que teve como disciplina que mais colaborou para a criação do projeto “Escola de Dança I” na qual, o primeiro assunto abordado foi o balé clássico, as suas características, o seu contexto histórico e os seus princípios teóricos e

práticos, além dessa disciplina, outras, também, por exemplo, composição coreográfica, escola-dança-educação, improvisação, metodologia e didática. O convívio com essas experiências instauraram o desejo nela de criar um projeto de dança dentro de uma instituição de ensino pública, isso expandiria a aprendizagem de diversas alunas.

A matéria história da dança, a professora conseguiu obter a experiência de entender a dança no decorrer dos anos, com início no período pré-histórico no qual os homens dançavam como forma de celebrar a chuva, o alimento, o fogo. Até a dança contemporânea, de uma forma geral de assimilar a dança no mundo contemporâneo, anular padrões belos e buscando numerosos métodos de criação.

Em aprendizagens anátomo-cinéticas aplicadas a dança, onde a professora estudou muito sobre a performance e estrutura do corpo, algo interessante na dança é que o corpo exercita de forma total o corpo, desta maneira temos que entender sobre o mesmo. A escola de dança e educação, essa disciplina apresentou como a dança pode ser praticada no ambiente escolar.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sabe-se que a dança é um meio que pode ajudar esse real cenário, pois a mesma proporciona uma integração sociocultural e um aumento em vários aspectos físicos, como, por exemplo: coordenação motora, lateralidade, melhoria postural, concentração, disciplina, atenção, percepção e também auxilia na formação crítica dos alunos.

O projeto iniciou-se no de 2018, foi preciso que a professora fizesse uma reunião com os pais ou responsáveis, junto com o corpo docente da Escola pública de Ensino Fundamental, no qual foi apresentado os objetivos do projeto e como iria funcionar no decorrer do ano letivo. Após o diálogo, logo iniciaram-se as inscrições onde tiveram que preencher um formulário com os dados de identificação das alunas junto com a assinatura do responsável. Inicialmente o projeto obteve 30 inscrições de alunas entre 4º aos 7º ano do turno da manhã e tarde.

O mencionado projeto modificou a rotina da escola, visto que ao iniciar o trabalho, os professores, funcionários e estudantes não o valorizavam, porém, no decorrer da metodologia, a prática foi ganhando relevância, com vários pedidos para que o projeto continuasse. Sabe-se que o balé é uma dança distinta das que são apresentadas nas escolas, no final de cada exposição observava-se o prazer das alunas em realizar uma ótima apresentação e era notório a alegria de quem estava prestigiando.

A infraestrutura das escolas públicas, não são adequadas para adotar o ensino da dança, pois, não é encontrada nem uma sala específica e muito menos equipada com piso de madeira, som, barra e espelho. Desta maneira a professora não deixou se abalar, partiu para a criatividade de buscar espaços alternativos para realizar as suas aulas de balé.

As aulas eram ofertadas aos feriados e sábados para não “prejudicar” o ensino das demais disciplinas.

A professora faz uma crítica ao Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, pois mesmo que a dança faça parte da Base Comum Curricular – BNCC a maioria das escolas públicas não inserem a dança como uma disciplina.

Com a inexistência de uma sala para praticar o balé na escola, as aulas eram feitas no auditório e na quadra, isso dependia da disponibilidade dos horários. Inúmeros problemas foram surgindo no decorrer do projeto, como, por exemplo: ausência da barra e a inexistência de um espaço específico. Desta forma, a professora usou a cadeira para substituir a barra, além de utilizar a própria sala de aula como sala de dança.

A barra é uma importante ferramenta do balé usada como apoio para ajudar as alunas a manter o equilíbrio, segurança, contribui para distribuir corretamente o peso do corpo, além de auxiliar nos exercícios que aquecem os músculos e melhoram a flexibilidade. Exercícios esses que a cadeira a qual foi usada como material alternativo, não consegue desempenhar o mesmo papel, pois a mesma não possui a mesma altura da barra e com isso pode gerar algum acidente, porém foi a única maneira encontrada para a realização da aula.

Eram as próprias alunas que organizavam as carteiras para usarem como barra, diversas vezes as mesmas limpavam o chão da sala para poder iniciar a aula. O que era usado como sala de aula para as disciplinas de matemática, português, história, etc. Foi modificado em uma sala de dança, fazendo as alunas perceberem que usando a criatividade e materiais alternativos pode transformar o espaço.

Outro fato que foi percebido no projeto é questão da falta da roupa para o balé (meias, sapatilhas, saias e o collant), muitas alunas não tinham condições financeiras para obter o material adequado, desta forma a maioria ia para as aulas descalças e com roupas inadequadas para realização das aulas, várias vezes a professora teve que levar elásticos e grampos para poder realizar um simples coque (prender o cabelo), uma vez que as alunas não tinham em casa e não havia quem fizesse algumas vezes nas aulas e outras nas apresentações.

É importante destacar também, que poucas alunas tinham contato com o balé em outros espaços, todavia, a maioria delas não possuía a vivência com a dança. Portanto, a professora decidiu manter as alunas iniciantes e as que já tinham experiências juntas por falta, principalmente de uma infraestrutura adequada (sala de dança).

Foi analisado, que uma só turma de balé dificultava o progresso das aulas, porque as poucas alunas que já tinham a vivência com as técnicas do balé, mostravam que não queriam reviver a parte de iniciação do balé, por exemplo, as principais posições do balé. A maneira que a professora encontrou para solucionar o problema, foi de incentivar aquela minoria que já entendia as técnicas do balé a ajudar as outras que não sabiam. Isso ajudou tanto a professora a realizar as aulas, quanto as alunas que tinham dificuldades em realizar os movimentos.

A relação professora-aluna apresentava de modo afetivo e respeitoso, sempre atuando no sentido coletivo, sem precisar impor uma liderança exagerada, pois todas respeitavam as desigualdades corporais, isso quando se fala no nível de experiência da dança.

A professora seguia uma ordem para realizar a aula, era uma sequência que iniciava com alongamentos livres, em seguida os exercícios, como:

- Plié – a palavra plié significa “dobrado”, no balé esse movimento requer a flexão de ambos os joelhos;
- Tendu – o significado é “esticado”, para execução do movimento a aluna deve se manter na posição inicial e em seguida esticar o pé dominante para frente, para o lado e para trás. Esse movimento, auxiliará no trabalho de ficar nas pontas dos pés e se equilibrar em apenas uma perna;
- Jetés – significa “atirado ou lançado”, a dinâmica do movimento é como se fosse uma flecha, após ter sido deslizado é elevado do chão e a dinâmica do jeté é mais forte, é como se empurrasse o ar com a perna totalmente esticada.

Inicialmente a professora envolveu as alunas participantes de uma forma mais espontânea, incentivando-as ao procedimento criativo que desenvolva a linguagem corporal. Além das aulas, também integrou roda de conversa, direções, noção de espaço, etc.

Ao decorrer das aulas, a professora percebeu a relevância de implementar as noções básicas de dança, para isso ela criou alguns circuitos que as alunas deveriam fazer, movimentos dos níveis baixos, médios e altos. As atividades inicialmente foram

demonstradas pela professora e em seguida cada aluna pode escolher o movimento que iriam realizar, desde que cumprisse o nível que foi estabelecido.

O intuito do projeto não foi atingir o nível competitivo, porém, ele não se limitou somente as aulas de dança. No decorrer do ano letivo, o projeto realizou muitas apresentações, tanto dentro quanto para fora da escola.

A primeira apresentação que o projeto de dança realizou foi a coreografia denominada “flores” representando uma data importante, dia das mães, utilizaram como instrumento um arco de flores confeccionados pelas mães e alunas. Incluir as mães nessa ação, foi muito importante, pois, a dança é um meio de descobertas e encontros afetivos, sensoriais e técnicos.

Acredita-se que a inclusão das mães no processo de fabricação dos acessórios, foi um momento notável para perceber que a dança não se prende somente a coreografia, mas sim, a um processo de fabricação de trajes, equipamentos, ferramentas e muitas vezes feitos com materiais alternativos.

Desta forma, a escola tomou uma providência, utilizando dinheiros do PDDE – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA, para produção dos trajes das alunas. Isso foi de extrema importância, visto que, grande parte dos responsáveis das alunas tinham baixo poder aquisitivo. É importante salientar que a escola não pôs dificuldades para a implementação e realização do projeto, ela sempre estava presente e servindo para que o programa continuasse.

A criação da primeira apresentação, flores, teve um tempo de 5 (cinco) minutos, foi usado como música principal “Valsa das flores” de Tchaikovsky, o intuito deste espetáculo foi homenagear as mães. A roupa utilizada foi adquirida pela escola para as alunas e a mesma foi usada durante o ano letivo e nos eventos externos.

Outro espetáculo que o projeto desenvolveu foi nomeado “Jardim Encantado” ele surgiu através de um diálogo da professora com as suas alunas, durante a reunião a professora fez as seguintes perguntas: “o que há em um jardim? Como imaginar um jardim encantado? Existem coisas ruins nesse jardim?” Depois das respostas, fizeram a separação das alunas em equipes. É importante frisar cooperação das meninas definição do tópico para a construção da apresentação.

Na peça, Jardim Encantado elaborado na imaginação das alunas morava a rainha do jardim, princesas das flores, princesas das borboletas, princesas das fadas, e bruxas que prejudicariam o jardim, porém, no final da peça as bruxas se converteriam ao lado do

bem. A parte da trama foi produzida em companhia das alunas, que a todo momento providenciava sugestões de movimentos para a peça.

Era no auditório ou na quadra que os ensaios aconteciam, aos feriados e sábados, pois nesses dias, a escola encontrara vazia, assim não havia intervenção externa e todas as alunas poderiam participar da aula. A escolha da música e a pesquisa foi feita pela professora, tendo em média de duração trinta minutos e as cenas eram divididas nas seguintes etapas:

1. Entrada da rainha do jardim (solo);
2. Apresentação da rainha das borboletas (solo) e grupo com corpo de baile das borboletas;
3. Aparição da rainha das flores (solo) em seguida o corpo de baile das flores;
4. O dueto das bruxas e conjunto com o corpo de baile, logo após dupla de fadas com o corpo de baile;
5. Chegada da rainha do jardim e por último, todas as rainhas junto com o corpo de baile.

O corpo de baile era um grupo que participava com o mesmo traje em diferentes cenas, visto que não havia capital suficiente para a compra das roupas para diferenciar cada momento. Desta forma, este grupo utilizava o mesmo figurino até o final da peça.

Foram ao todo vinte e nove alunas, contendo 7 rainhas e 22 no corpo de baile, a peça aconteceu no dia 14 de dezembro no ano de 2018 às dezoito horas no auditório da escola, no início a entrada era com o número ilimitado de pessoas, entretanto pelo fato do auditório ser reduzido, era permitido exclusivamente para os pais das alunas poderem comparecer durante a apresentação.

Um caso relevante sobre o projeto, foi a indicação ao Prêmio Professor Brasil, onde o projeto teve o privilégio de sair vencedor, ganhando importância ao nível estadual na categoria quarto a quinto ano do ensino fundamental, este prêmio foi notório, em virtude de que a premiação busca “identificar o serviço dos docentes das escolas públicas que, na função da tarefa do professor, colabora de modo significativo para qualidade da Educação Básica Brasileira” (MEC, 2019).

No ano 2005, foi criado pelo Ministério da Educação com parcerias de instituições, o programa Prêmio Professores do Brasil, a partir desse ano vários

professores foram gratificados e obtiveram a recompensa pelos serviços oferecidos na educação pública no Brasil.

No mesmo ano que se iniciou o projeto, a professora propôs indicar para o prêmio e por felicidade consagrou-se recompensada com o título estadual, este fato foi memorável para todo o corpo docente e as discentes.

Em função disso, ambas professoras e alunas receberam um convite para participar de um programa na TV local, além disso, foram premiadas com certificado pelo Governo do Estado do Pará, na capital Belém.

Para que projeto fosse submetido no mencionado prêmio, a ideia ocorreu depois da disciplina de Metodologia da Pesquisa Aplicada a Dança. Essa matéria foi de extrema importância para a aplicação deste projeto dentro da escola.

Por esse prêmio ter relevância nacional, inúmeras pessoas se beneficiarão com o acesso do mesmo, percebendo que é possível produzir um projeto de dança, com ou sem material adequado dentro da escola pública. Basta o professor buscar maneiras criativas, usando materiais alternativos para que possa ser aplicada determinadas atividades.

4. CONCLUSÃO

Embora, existiram diversas dificuldades, por exemplo, falta de materiais adequados, espaço apropriado para a prática das atividades, realização das aulas de balé fora do cronograma escolar. Mesmo com todas as problemáticas apontadas no decorrer da pesquisa, segundo a professora o projeto ofertou vários benefícios tanto para as alunas, quanto para a comunidade.

Além das adversidades, a realização deste projeto de dança, ofertou as alunas o convívio com o balé, não só elas, mas também todo o corpo docente atuando diretamente ou indiretamente no mesmo.

A prática das aulas promoveu um crescimento específico, observou-se também um avanço no aprendizado fora da dança, uma vez que era importante as alunas manterem boas notas nas demais disciplinas.

É importante salientar que durante a aplicação desse projeto, ocorreu uma melhoria no aspecto social e cultural. Havia uma solidariedade por parte das alunas, uma ajudava a outra, e notório que é possível ministrar a dança na escola.

Outro fator importante mencionar, foi o interesse por parte da comunidade ao decorrer das apresentações, tanto alunos, professores, funcionários tinham o prazer de assistir aos espetáculos.

Conclui-se que o projeto foi um sucesso, a prática do balé é viável nas instituições de ensino público, para isso ocorrer precisa que o corpo docente, os profissionais da educação, os políticos disponham a introduzir o programa dentro da escola, é preciso também uma vontade por parte dos professores para perceber que a dança é importante para o desenvolvimento das alunas.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, Jaime. Das danças rituais ao ballet clássico. **Revista Ensaio Geral**, Vol. 1, n1. 2009.

BRASIL, SEB. MEC. Base nacional comum curricular. **Brasília, DF, SEB/MEC**, 2017.

CAPES. Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

GASPARI, T. C. Educação física escolar e dança: uma proposta de intervenção [dissertação]. **Rio Claro (SP): Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências**, Rio Claro. 2005.

GARAUDY, Roger. Dançar a Vida. 6ª. Ed. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 1980.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à Pesquisa Projetos e Relatórios**. Edições Loyola, São Paulo, 2003.

LANGENDONCK, Rosana van. **História da dança**. s/d. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/55489143/Linha-Do-Tempo-Historia-Da-Danca>> Acessado em: 1 de set. de 2021.

MARQUES, I. **Dança na escola: arte e ensino**. Revista Salto para o futuro. Ano XXII – Boletim 2. 2012

MORANDI, Carla; STRAZZACAPPA, M. O ensino de dança nas escolas: introdução. **Entre a arte e à docência: formação do artista da dança**, p. 71-76, 2006.

PEREIRA, Mariana. **A formação acadêmica do professor de Educação Física**: em questão o conteúdo da Dança. Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade), 2007.

PORTINARI, Maribel. **História da Dança**. Edição 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SCARPATO, Mata. A formação do professor de Educação Física e suas experiências com a Dança. Acessado em: MOREIRA, E. C (.Org). **Educação Física escolar**: desafios e propostas. SP: Fontoura, 2004.

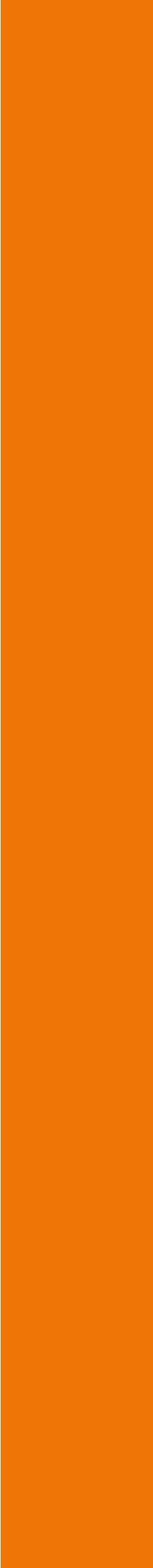


Capítulo 5

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ESPORTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ

DOI: 10.29327/552573.1-5

Bismarke Tocantins dos Santos



POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ESPORTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ

Bismarke Tocantins dos Santos

RESUMO

As políticas públicas surgem na metade do século XX nos Estados Unidos como área da ciência política com o objetivo de analisar e discutir sobre as ações dos governantes e na garantia do bem-estar social. No Brasil alguns autores afirmam que as políticas públicas surgem a partir dos anos 1930 com alguns direitos garantidos institucionalmente, por exemplo, a criação da Justiça Eleitoral e em 1977, com a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), as políticas públicas passaram a ser melhor discutidas no âmbito acadêmico. Já as políticas de esporte iniciaram de maneira institucional no ano de 1937 através da Lei nº 378 de 13/03/37. Esse estudo analisa as políticas públicas de esportes e lazer através da Secretaria da Juventude e Esporte – SECJUVENTUDE de Tucuruí. O método escolhido teve uma abordagem qualitativa incluindo como instrumento o relato de experiência. Os resultados mostram como é feita a gestão de políticas públicas no município e qual a função do secretário a respeito dos recursos que lhe são disponibilizados.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte; Gestão.

ABSTRACT

Public policies emerge in the middle of the 20th century in the United States as an area of political science with the objective of analyzing and discussing the actions of governments and ensuring social well-being. In Brazil, some authors affirm that public policies arise from the 1930s with some rights guaranteed institutionally, for example, the creation of electoral justice and in 1977, with the foundation of the National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (Anpocs), public policies began to be better discussed in the academic sphere. On the other, sports policies began institutionally in 1937 through Law No. 378 of 03/13/37. This study analyzes the public policies of sports and leisure through the Secretariat of Youth and Sport - SECJUVENTUDE of Tucuruí. The chosen method had a qualitative approach including experience reporting as an instrument. The results show how public policy management is made in the municipality and what the secretary's role is regarding the resources made available to him.

Keywords: Public Policies; Sport; Management.

1. INTRODUÇÃO

Dentre várias áreas em que a formação em Educação Física exige atenção, como: a saúde, as lutas, esportes, o lazer, a formação cultural na vida das pessoas, entre outras. Também se incluem as políticas públicas, que tem um papel fundamental e abrange de modo geral as áreas anteriormente citadas, tais políticas que surgem para tentar superar os anseios da sociedade, porém, ao longo do caminho enfrenta dificuldades como o

direcionamento de recursos financeiros, por depender da administração municipal, estadual e federal. Nessa perspectiva analisaremos a proposta ao lazer e ao esporte através da Secretaria da Juventude e Esporte – SECJUVENTUDE de Tucuruí.

A importância de políticas públicas para a prática de esportes para a população é essencial, pois, os exercícios físicos que são inseridos neles são principal fator para a prevenção de doenças e/ou comorbidades como: Hipertensão, Diabetes, obesidade, complicações cardiorrespiratórias, além de outras associadas ao sedentarismo. Além de patologias físicas, os exercícios também são benéficos para a saúde emocional dos praticantes por serem responsáveis pela liberação de hormônios do prazer durante as práticas.

O esporte é um fenômeno social praticado por pessoas de diferentes classes e idades, sendo assim constatado em todo o mundo. Seu conceito sofreu transformações ao longo dos últimos anos, deixando de ser visto apenas como um simples lazer ou competição. Através do esporte que também é visto como uma atividade econômica obtém-se benefícios em diversos segmentos da vida, como, por exemplo, no aspecto biológico, psicológico e social da saúde (ALVES, J. A. B.; PIERANTI O. P., 2007).

No entanto, definir as políticas públicas é um trabalho complexo, pois, nas diversas áreas em que ela está inserida, apresentam um tipo de necessidade específica, sejam elas nas políticas públicas de saúde, lazer, esportes, acessibilidades para pessoas com deficiências, políticas públicas para pessoas com baixa renda, entre outras. Ela também, está relacionada diretamente com ações governamentais que são os representantes políticos eleitos para atender as necessidades da população de modo geral, isso quer dizer que as políticas públicas seriam na prática aquilo que os políticos prometem durante as suas campanhas eleitorais através de seus projetos apresentados e até mesmo na escolha de seus secretários.

Existem várias outras definições, mas todas vêm enfatizar o papel da política pública na solução de problemas. Problemas esses que, de certo modo, não conseguiram ser resolvidos pelo desenvolvimento natural da sociedade, precisando ser combatido de maneira direcionada, sendo necessária a atenção concentrada do Estado.

Desse modo a política pública para Souza (2006, p. 26) visa “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).”

Segundo Bracht e Almeida (2003) Dois pensamentos nortearam o esporte no Brasil a intervenção do Estado no setor esportivo das últimas décadas: o esporte como propulsor de ação política no plano internacional, ou seja, o esporte competitivo; e o pensamento de que a prática esportiva é promotora da saúde e de uma melhor qualidade de vida da população, sanando os problemas que provém da vida urbana crescentemente modernizada, assim sendo, o Estado de bem-estar social.

A partir dessa última visão sobre o esporte é que foram se consolidando a maioria das políticas públicas relacionadas ao setor esportivo no Brasil, uma vez que, a prática de esportes passou a ser considerado um direito do cidadão e um dever do Estado, começando a aparecer como matéria na legislação brasileira (BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q., 2003).

Assim sendo, o esporte e lazer são direitos garantidos pela legislação federal, temos como exemplo, a Lei 9.615, de 24 de março de 1998, comumente conhecida como Lei Pelé.

Também temos como exemplo, o Artigo 217 da constituição Federal, que diz: É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um (Brasil, 1998, p. 60).

Objetivo Geral dessa pesquisa é analisar a gestão de políticas públicas de esporte e lazer da secretaria municipal de Tucuruí.

O objetivo específico é revisar historicamente as políticas públicas e como elas surgiram de forma institucionalizada.

2. METODOLOGIA

Este estudo se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo, a pesquisa foi feita através de entrevista.

A pesquisa qualitativa é como a análise do discurso e a análise da prática discursiva. Para tanto, fornece informações sobre como a pesquisa qualitativa como produção de conhecimento, representante da categoria das análises, como, a implementação e organização do processo de interpretação construtiva das informações. Os pesquisadores participam de modelos de pesquisa qualitativa de reflexão epistemológica e processos de reflexão teórica, ao invés de simples coleta de dados. Assim, fazendo uma melhor interpretação sobre o que se está sendo pesquisado. (GONZÁLEZ REY, 2005).

Na entrevista foram abordadas as vivências da professora e temas como a formação e tempo de atuação como professora de Educação Física e suas especializações. Também foi abordado na entrevista um pouco sobre a carreira profissional da professora no que se refere à gestão em esportes e quais as políticas públicas são aplicadas através da secretaria de juventude e esporte do município de Tucuruí e quais dessas políticas públicas são municipais, estaduais ou federais. Contudo, também foi relatada quais são as maiores dificuldades que se encontram para fazer políticas públicas na secretaria e quais obstáculos precisam ser superados para se desenvolver uma boa gestão.

Participou da entrevista a professora de Educação Física e secretária municipal da Juventude e Esporte – SECJUVENTUDE de Tucuruí, com o consentimento do direcionamento das informações fornecidas da entrevista.

3. SURGIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas nasceram nos Estados Unidos por volta da metade do século XX com o objetivo de superar consequências da Guerra Fria e a valorização da tecnocracia, assim, sua dependência é a ação dos governos.

Na Europa era o contrário onde o foco é nos estados. O Estado não tinha capacidade de resolver os problemas do indivíduo de caráter nacional e os governos que teriam essa obrigação social. Os Estados Unidos acabaram influenciando outros locais dizendo que, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade importam.

De acordo com Souza (2006), as políticas públicas surgiram de alguns pressupostos, como uma subsidiária da ciência política no mundo acadêmico.

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações (SOUZA, 2006).

Robert McNamara em 1948 com a proposta de aplicação de métodos científicos, as formulações e as decisões do governo sobre problemas públicos, se expande depois para outras áreas da produção governamental inclusive para a política social.

Sobre o governo dos Estados Unidos Souza (2006) relata que Robert McNamara incentivou a criação da RAND Corporation, organização não-governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos think tanks.

Temos a seguir os quatro fundadores das políticas públicas: Harold Lasswell, Hebert Simon, Charles Lindblom e David Easton.

Harold Lasswell foi um dos primeiros autores, em 1956, a tentar estabelecer/formular o conjunto de etapas de desenvolvimento do processo político, introduz pela primeira vez a expressão policy analysis (análise de políticas públicas), afirmando a análise do processo político como objeto de estudo alternativo aos objetos tradicionais da ciência política, isto é, alternativo ao estudo das constituições, legislaturas, grupos de interesse, elites e questões clássicas do poder. Sua obra contribui de forma decisiva, em primeiro lugar, para a estruturação do campo de análise das políticas públicas como uma ciência social aplicada e, em segundo lugar, para lançar as bases do que virá a ser o modelo de análise sequencial ou das etapas do processo político (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017, p. 11-35).

Araújo e Rodrigues (2017, p. 11-35), apontam que Hebert Simon em 1950, faz análises dos processos de decisão nas organizações, desenvolve e amplia o conceito de “racionalidade limitada dos decisores políticos” (bounded rationality). A capacidade de lidar com problemas de forma racional.

Souza (2006) Percebeu que para Lindblom (1959; 1979) as políticas públicas necessitam de outros elementos para sua formulação e análise além de questões de racionalidade, como: o papel das eleições, burocracias, partidos e dos grupos de interesse.

Agum, Riscado e Menezes (2015) Relataram em seus estudos "David Easton (1953) descreveu as políticas públicas como a manifestação do processo político, logo transformando inputs em outputs. Leia-se, apoios ou demandas transformados em ações práticas ou mesmo decisões tomadas"

4. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O início das ciências sociais no Brasil que mais tarde ganhariam estudos específicos sobre as ações do Estado sobre a qualidade de vida da população. A partir disso, seriam conhecidas como políticas públicas, que no Brasil alguns autores dizem que começou a partir de 1930, época conhecida como Era Vargas (1930-1945), esse nome se deu pelo fato de Getúlio Vargas ser o presidente nesse período. Porém, de fato, só foram efetivadas a partir do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

É nesse período que surgem leis importantes que Leite Junior (2009, p. 23-25), mostra que surgiram leis, como: aprovação do código eleitoral; direito do voto feminino e voto secreto; a jornada de trabalho de 8 horas e a criação do salário-mínimo; aprovação da lei de sindicalização; criação da Justiça Eleitoral; dentre outras conquistas para o setor público brasileiro.

Após a era Vargas, tivemos outro marco na história do país e que também foi grande propulsor para criação de novas políticas para o Brasil, a tomada do poder dos militares que ficou conhecida como ditadura militar e perdurou de 1964 até 1985 e que com o seu fim tivemos a nova constituição federal de 1988.

Hochman et al. (2007) afirmam em seus estudos que as políticas públicas se estabelecem no Brasil no fim dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980 com a transição do autoritarismo dos militares para a democracia e voto popular, que então ficou marcado nessa época também como um importante avanço das ciências sociais, em 1977, com a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

Sobre os autores anteriormente citados, esse processo com a democratização abriu portas para debates acadêmicos e de pesquisas relacionadas às políticas públicas, juntamente com associações científicas e atividades de pós-graduação, ganhando assim, força no meio acadêmico e no questionamento das ações dos governantes.

Sendo assim, a partir de 1980 que foi um ano marcado pela reformulação do sistema de proteção social que é consequência do autoritarismo ou das políticas individuais (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007).

A Constituição Federal de 1988 veio garantir direitos dos cidadãos Madrigal (2015) afirma que “Em especial os artigos 198, 204 e 206 da constituição deram origem a criação de conselhos de políticas públicas no âmbito da saúde, assistência social e educação nos três níveis de governo”, e, portanto, essas experiências levaram ao aumento de conselhos em outras áreas com o tema das políticas públicas a nível de governo.

Veremos a seguir o que dizem estes artigos e alguns incisos, respectivamente:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - Participação da comunidade (BRASIL, 1988).

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988).

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - Garantia de padrão de qualidade;

VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988).

As políticas públicas além de terem uma grande relevância nos diversos setores, como a saúde, a educação, na assistência social. Têm também, uma grande importância para o incentivo da prática de esportes que além da promoção da saúde para a população,

ajuda o indivíduo a ter disciplina, no respeito com os adversários que vai para além dos esportes e serve para a vida em sociedade. Também contribui para evitar a evasão escolar dos alunos. Além de agir como forma preventiva aos problemas que ocorrem na adolescência como o consumo de bebidas alcoólicas e que muitas vezes esses jovens caem no mundo das drogas, então, acaba por se tornar um problema social e de saúde pública.

Para a Enfermagem, o estudo sobre o comportamento dos adolescentes perante as drogas é de fundamental importância, uma vez que é de nosso conhecimento o fato de que tanto as medidas preventivas como as estatísticas disponíveis em nosso País são insuficientes para tratar e dimensionar a problemática. Como enfermeiros, cuidadores e promotores da saúde, devemos nos aproximar da realidade dos nossos jovens a fim de conhecer o problema e elaborar políticas públicas e programas de prevenção e tratamento para o uso/abuso de álcool e drogas, visando sempre à manutenção de uma boa qualidade de vida desses adolescentes longe das drogas (CAVALCANTE; ALVES; BARROSO, 2008).

5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTES NO BRASIL

Assim como as outras políticas públicas se tornaram essenciais e passaram a ser melhor garantidas por lei a partir da constituição federal de 1988, também, ganharam melhor visibilidade as políticas públicas de esportes e passou a ter incentivo de sua prática tanto para a promoção de saúde como forma não medicamentosa e também, como forma preventiva de doenças causadas pelo sedentarismo da vida contemporânea e até mesmo no tratamento de pessoas com vícios ao uso de substâncias químicas, pessoas com quadros de transtornos psicológicos, ou até para a prática de esportes no que se refere ao lazer da população ou para atletas profissionais de alto rendimento.

Ciolac e Guimarães (2004) Na biologia, a prática dos esportes pode trazer uma série de benefícios comprovados fisiologicamente para seus praticantes. O exercício físico habitual pode promover a saúde, sendo diagnosticado em quase todos os sistemas do corpo humano, portanto, esta prática tem sido recomendada por diferentes associações de saúde em todo o mundo para a prevenção e reabilitação de doenças cardiovasculares e outras doenças crônicas. O exercício físico tem efeito benéfico na prevenção e tratamento

da hipertensão, resistência à insulina, diabetes, dislipidemia, obesidade, complicações cardiopulmonares e diversas outras patologias.

Enquanto aos aspectos psicológicos Antunes et al. (2006) Dados epidemiológicos mostram que, em comparação com pessoas sedentárias, pessoas moderadamente ativas têm menor risco de serem acometidas por transtornos mentais, o que indica que realizar séries de exercícios físicos é benéfico para os domínios físico e mental, e que pessoas fisicamente ativas podem ter mais rapidez no processamento cognitivo.

Já na construção social o esporte para além da formação de atletas para de Aquino (2016) diz “estamos auxiliando na formação de pessoas, e que participamos ativamente do desenvolvimento global destas crianças e jovens no que se refere aos aspectos físicos, psicológicos e emocionais.”

Além das práticas esportivas serem fundamentais na promoção de saúde e lazer, também é importante para a preparação de atletas amadores ou de alto rendimento, porém, na sua trajetória pelo Brasil seu ministério foi criado muito tempo depois comparado ao da saúde, por exemplo. Assim, veremos a trajetória do esporte no Brasil no que diz respeito a sua institucionalização e do esporte como secretaria até se tornar ministério e atualmente transformado em secretaria novamente.

No Brasil o esporte iniciou institucionalmente, segundo Brasil (2021) no ano de 1937 através da Lei nº 378 de 13/03/37. Nesse contexto ocorreu a DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA do Ministério da Educação e Cultura. Em 1970, essa separação virou o DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, ainda vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Já em 1978, o departamento virou SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO, ligado ainda ao mesmo ministério e perdurou até 1989. O presidente Fernando Collor de Melo, em 1990, colocou fim na secretaria vinculada ao Ministério da Educação e criou a SECRETARIA DE DESPORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, após a saída do referido presidente o esporte volta a fazer parte do Ministério da Educação com a SECRETARIA DE DESPORTOS até 1995, ano esporte ganha maior prioridade. Assim, o presidente Fernando Henrique Cardoso, cria o MINISTÉRIO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DO ESPORTE. O cargo foi dado ao ex-jogador de futebol, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, que administrou de 1995 a 1998, pertencente à Secretaria de Desportos do Ministério da Educação.

Ainda sobre Brasil (2021), em março de 1998, a secretaria virou o INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, desvinculado do MEC e pertencente

ao Ministério Extraordinário do Esporte. Já em dezembro de 1998, criou-se no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso o Ministério do Esporte e Turismo, através da Medida Provisória nº 1.794-8, o então presidente já no seu segundo mandato. O INDESP passa a ser incluído a este órgão. Logo, no ano 2000, o INDESP terminou e foi trocado pela SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, separou as duas pastas, tornando o esporte com seu ministério próprio. Agnelo Queiroz, assumiu o então recém-criado MINISTÉRIO DO ESPORTE em janeiro de 2003. Em janeiro de 2019, iniciou o governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, o Ministério do Esporte novamente vira o que é hoje, a Secretaria Especial do Esporte, dentro do novo Ministério da Cidadania. Foi nomeado Marco Aurélio Costa Vieira para o cargo de secretário especial do Esporte no dia 15 de janeiro do mesmo ano.

Um bom exemplo de lei que garante as práticas esportivas como política pública e garantia de bem-estar social é a lei popularmente conhecida como Lei Pelé, a Lei federal número 9.615, de 24 de março de 1998, que incentiva a prática do desporto em vários aspectos:

Art. 3º - O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hiper competitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

Desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

Desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país e estas com as de outras nações (BRASIL, 1998, p. 2).

6. RESULTADO DA PESQUISA QUALITATIVA

Martins (2004) apresenta uma importante vertente da metodologia qualitativa é a heterodoxia na análise de dados. Vários materiais obtidos qualitativamente requerem que

os pesquisadores tenham capacidades analíticas e abrangentes. Desse modo, a seguir as análises de acordo com o relato de experiência:

”Tenho 25 anos de graduação em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física.”

“Antes de ser secretária, fui coordenadora municipal de Educação Física há 8 anos.”

“Sou especialista em Pedagogia do Movimento Humano, Administração Escolar e em Gestão Pública.”

“Políticas públicas existentes na secretaria, são na área do Esporte, Lazer e Saúde.”

“Na verdade, todas as ações da Secretaria de Juventude e Esporte são direitos constitucionais. Foi implantada e consolidada as políticas públicas de lazer visando o desenvolvimento da cidadania de maneira que atividades físicas, o desporto passa a fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas por meio de atividades ofertadas no complexo esportivo municipal de Tucuruí.”

“A falta de autonomia de recursos próprios. Uma cultura limitada de décadas em relação a oferta de eventos de diversos esporte.”

“Sem recursos próprios, é difícil ofertar políticas públicas eficientes para suprir as necessidades coletivas das comunidades periféricas e trabalhar de acordo com os interesses da sociedade.”

Através da gestão e autonomia dada aos representantes políticos é que se torna possível a criação de projetos que venham agregar para a melhoria de políticas públicas, pois, são esses políticos eleitos através do voto popular e sua equipe gestora de escala municipal, estadual e federal que irão criar e votar projetos de lei que irão refletir diretamente na vida cotidiana da população brasileira. No entanto, caso haja imprevistos que impactem financeiramente algum dos setores públicos ou de contingenciamento e/ou corte de desses recursos se torna muito mais complicada a gestão e desenvolvimento dos projetos, sejam eles de governos passados ou atuais.

Ao se referir aos esportes no que diz as leis, Galindo (2010) enfatizou a importância do investimento no equilíbrio zeloso ao analisar o papel dos gestores públicos do esporte, visando atender às necessidades relacionadas às três manifestações (esportes de rendimento, esportes participativos e esportes educacionais). Nesse sentido, se a administração pública (municipal, estadual e federal) deseja promover o pleno

desenvolvimento social por meio da participação em atividades esportivas, deve integrar o governo aos campos da educação, esporte, lazer, saúde, cultura e ação social.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema levantado nas falas sobre a gestão de políticas públicas aos esportes e ao lazer abordados na pesquisa qualitativa através da entrevista, leva a algumas conclusões.

A dificuldade de desenvolver políticas públicas de esportes e de lazer no município é uma delas, pois, para que elas sejam executadas e trabalhadas é necessária a liberação de recursos que são aprovados e liberados por cargos superiores ao da secretária e isso acaba sendo o lado burocrático no momento da atuação desse gestor, que como outros, precisam prestar contas de onde serão investidos os recursos que lhes foi concebido.

As políticas públicas de esporte e lazer ganharam grande espaço no município, essas políticas que interferem diretamente na vida da população, são elas que se tornam agentes importantes na formação do cidadão, na prevenção de doenças e nas oportunidades da prática esportiva lúdica ou profissional que abrange o complexo esportivo municipal. Porém, enfrenta dificuldades ao ofertar mais dessas políticas públicas em zonas periféricas, pela falta de autonomia de recursos próprios ou do investimento de empresas em parceria com a prefeitura para levar aos diversos bairros do município.

Na questão institucional, todas as políticas públicas de esportes e lazer existentes no município são ministradas pela Secretaria de Juventude e Esporte, sejam elas municipais, estaduais ou federais. Assim, sendo responsável por desenvolver as políticas públicas nas áreas do esporte, lazer e saúde, que se unem através dos exercícios físicos para a promoção do bem-estar social e da cultura dos esportes desenvolvidas no município.

8. REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo. et al. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**. 2018, Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/328887366 Politiclas_Publicas_Conceitos_e_Analise_em_Revisao_Public_policy_analysis_from_the_technical_to_ideas](https://www.researchgate.net/publication/328887366_Politiclas_Publicas_Conceitos_e_Analise_em_Revisao_Public_policy_analysis_from_the_technical_to_ideas)

ALVES, J. A. B.; PIERANTI O. P. **O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil.** RAE-eletrônica, São Paulo, v. 6, n. 1, art. 1, jan./jun. 2007.

ANTUNES, Hanna K.M. et al. Exercício físico e função cognitiva: uma revisão. Revista Brasileira de Medicina do Esporte [online]. 2006, v. 12, n. 2 [Acessado 1 de Outubro 2021], pp. 108-114. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-86922006000200011>>. Epub 07 Maio 2007. ISSN 1806-9940. <https://doi.org/10.1590/S1517-86922006000200011>.

ARAÚJO, Luísa et al. Modelos de Análise das Políticas Públicas, *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 83 | 2017, posto online no dia 06 fevereiro 2017, consultado 02 outubro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/spp/2662>

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. **A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física.** *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio, 2003.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **A história institucional do Esporte no Brasil**, Secretaria Especial do Esporte, disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/cie/52-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/historico>

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil: edição administrativa.** Brasília, Senado Federal, 1988.

CAVALCANTE, Maria Beatriz de Paula Tavares, Maria Dalva Santos, Alves e Barroso, Maria Grasiela Teixeira. Adolescência, álcool e drogas: uma revisão na perspectiva da promoção da saúde. Escola Anna Nery [online]. 2008, v. 12, n. 3 [Acessado 2 de Outubro 2021], pp. 555-559. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-81452008000300024>>. Epub 26 Nov 2009. ISSN 2177-9465. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452008000300024>.

CIOLAC, Emmanuel Gomes e Guimarães, Guilherme Veiga Exercício físico e síndrome metabólica. Revista Brasileira de Medicina do Esporte [online]. 2004, v. 10, n. 4 [Acessado 2 de Outubro 2021], pp. 319-324. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-86922004000400009>>. Epub 09 Nov 2004. ISSN 1806-9940. <https://doi.org/10.1590/S1517-86922004000400009>.

Decreto-Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, edição 57, Seção 1, p. 1-7, mar, 1998.

GALINDO, A. G. **Administração de políticas públicas de esporte**: um ensaio sobre os fundamentos da ação do gestor. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, n. 144, ano 15, maio, 2010. <http://www.efdeportes.com/efd144/administracao-de-politicas-publicas-de-esporte.htm>

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

HOCHMAN G, Arretche M, Marques E, . **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 398 pp.

MADRIGAL, Alexis. **Os Conselhos de Políticas Públicas à luz da Constituição Federal de 1988**. Junho, 2015, disponível: <https://jus.com.br/artigos/40415/os-conselhos-de-politicas-publicas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa** [online]. 2004, v. 30, n. 2 [Acessado 2 Outubro 2021] , pp. 289-300. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>>. Epub 01 Out 2004. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>.

SOUZA, Celina. (2006, jun/dez) **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. *Revista Sociologias*, 16, 20-46.

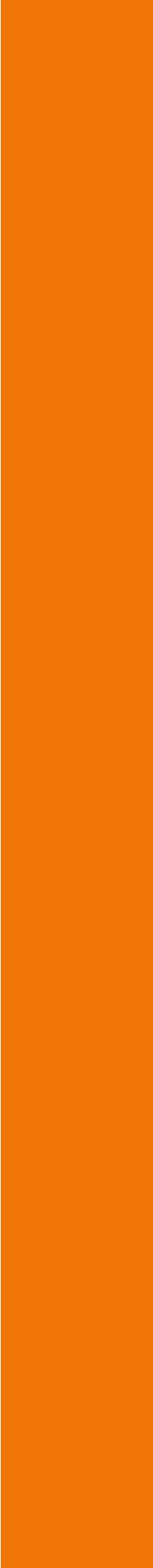


Capítulo 6

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: OLHARES ALÉM DAS CARTILHAS

DOI: 10.29327/552573.1-6

Alexandre Souza Cardoso
Dimas Melo Cardoso



PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: OLHARES ALÉM DAS CARTILHAS

Alexandre Souza Cardoso

alexsouza.ffff@gmail.com

Dimas Melo Cardoso

cardosomelo72@gmail.com

RESUMO

Os temas voltados a questões políticas educacionais em nosso país trazem consigo em seus contextos históricos enormes pressões sociais por situações melhores para o crescimento do ensino no Brasil. Este trabalho tem como objetivo realizar uma discussão acerca dos artigos sobre o Programa Mais Educação, correlacionando com os depoimentos de técnicos que trabalhavam no projeto. Para tanto se utilizou metodologia qualitativa, exploratória e investigativa mediante estudo documental, relatos de experiências, revisão de literatura e uso de questionário. Através deste estudo permitiu-se a compreensão dos obstáculos para se efetivar essa política de educação, algo nada novo dentro de nossa realidade no Brasil. Além colaborar com material teórico existente a pesquisa dá a possibilidade de o leitor ter uma visão reflexiva sobre a efetiva implementação desse programa nas escolas, que se quer possuíam estruturas físicas e pedagógicas para executar as propostas das inúmeras atividades oferecidas em meio aos Desafios e Dificuldades. Esse estudo pôde concluir a respeito da grande necessidade de se ter uma política de educação integral e em tempo integral, baseada em elementos sólidos e fundamentais na melhoria da qualidade da educação básica.

Palavras chave: Mais Educação. Educação Integral e em tempo integral. Implementação. Desafios e dificuldades.

ABSTRACT

Themes focused on educational policy issues in our country bring with them, in their historical contexts, enormous social pressures for better situations for the growth of education in Brazil. This work aims to carry out a discussion about the articles about the More Education Program, correlating them with the testimonies of technicians who worked on the project. For that, a qualitative, exploratory and investigative methodology was used through a documental study, experience reports, literature review and the use of a questionnaire. Through this study, it was possible to understand the obstacles to implement this education policy, something nothing new in our reality in Brazil. In addition to collaborating with existing theoretical material, the research allows the reader to have a reflective view on the effective implementation of this program in schools, which either had physical and pedagogical structures to carry out the proposals of the numerous activities offered in the midst of Challenges and Difficulties. This study was able to conclude about the great need to have a comprehensive and full-time education policy, based on solid and fundamental elements to improve the quality of basic education.

Keywords: More Education. Integral and full-time education. Implementation. Challenges and difficulties.

1. INTRODUÇÃO

Os temas voltados a questões políticas educacionais em nosso país trazem consigo em seus contextos históricos enormes pressões sociais por situações melhores para o crescimento do ensino no Brasil. Dentro deste seguimento a educação integral foi concebida em nosso país.

A educação integral ganha referencial através da Educação Nova da década de 30, destacando os ideais de uma instituição pública que alcance inúmeras dimensões no contexto de formação humana.

Mediante essas ações, as discussões sobre a escola em tempo integral geram proporções políticas e pedagógicas por meio das Escolas-Parques, criadas por Anísio Teixeira, em trabalhos realizados no Rio de Janeiro, Bahia e em seguida em Brasília, levando assim seus ideais a Darcy Ribeiro outro pioneiro destas ideias e que acaba criando os (CIEP's) Centros Integrados de Educação Pública.

Diante de novas ideias as escolas de turnos passam a ser contestadas com base em ideais de formação completa visando o crescimento formativo em áreas lúdicas, físico-motor, cognitivas, éticas, entre muitas outras da criança, onde o “tempo escolar” blindasse com forte significado, tanto na amplificação como na recriação do cotidiano diário escolar.

Percebe-se que esta temática é posta em regra dentro dos contextos históricos por época e de acordo com interesses políticos, onde em determinados períodos passa a ser desconsiderado.

A partir de 80, no Brasil, o tema entra em pauta novamente em decorrência de pressões a favor da redemocratização do ensino, destacando experiências de iniciativas distintas em diferentes municípios.

O então atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2007, por intermédio da Portaria Interministerial nº 17/2007, lança o Programa Mais Educação (PME), programa este gerador para a política de educação integral que estabelece como objetivos promover a intersetorialidade entre os demais ministérios. Similarmente previa-se a jornada escolar ampliada, dentro do contexto do (PPP) da escola e no currículo, objetivando a garantia da aprendizagem e reinventando a organização dos tempos, espaços e as lógicas que orientavam os processos da escola, desenvolvendo saberes e sentidos acerca das práticas escolares. Através de avaliações e monitoramentos, o

Ministério da Educação e órgãos de financiamentos, realizaram pesquisas com objetivos de verificar a qualidade do PME com referencial aos anos de 2008 a 2011. Tais resultados foram mostrados no ano de 2015, com enormes desempenhos negativos nas escolas avaliadas nas disciplinas de português e matemática e também aumento de evasão escolar, considerando os índices do IDEB.

Com isso o Ministério da Educação através da Portaria Interministerial nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, divulga o novo formato para o Programa Mais Educação, denominado Programa Novo Mais Educação, destacando o objetivo de crescimento da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental.

O Programa visa o aumento da jornada na escola para os alunos, com o acréscimo da carga horária de cinco ou quinze horas semanalmente no turno e contra turno, havendo o monitoramento pedagógico nas disciplinas de Português e Matemática e de outras atividades ligadas a áreas da arte, cultura, esporte e lazer.

Os ideais de ampliação do tempo da jornada na escola não podem ficar atrelados com a educação integral, haja vista que a redução de uma na outra pode gerar impactos aos envolvidos. A ampliação do tempo de permanência na escola pode sim favorecer a melhora na qualidade do aprendizado e das interações de convívio em meio à sociedade, mas não é garantia de melhorias no ensino e nem na aprendizagem e menos ainda o crescimento das crianças e dos jovens está agraciado nas supostas práticas da educação integral.

2. EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL E MAIS EDUCAÇÃO.

O termo educação integral já vem sendo discutido desde muito antes da criação do programa mais educação. Pestana (2014) já dizia é possível observar que diversos autores fazem estudos aprofundados a respeito da educação integral, de forma contemporânea, convicções de educação integral ganham novos desdobramentos a cada período da história. Ganhando melhor destaque a partir do fortalecimento de políticas voltadas a ampliação do tempo escolar.

A origem da educação integral assenta-se em diversos movimentos educacionais ao longo da História da Educação Brasileira, que, embora tenham em seus ideais, algumas concepções divergentes, entendem que a educação integral é o protótipo que mais se aproxima do desenvolvimento completo do ser humano multidimensional. (POSSER; ALMEIDA; MOLL, 2016, P.1)

Dito isso e perceptível fazer-se um apanhado histórico de como a idealização de uma educação integral para todos se propagou pelo Brasil. Com o propósito de entender como se difundiu a ideia de criar o Programa Mais Educação (PME).

O Programa Mais Educação é um programa criado em 2007 que visa levar a educação integral às redes estaduais e municipais do Brasil, com foco na construção de uma grade escolar de tempo integral, que trará as escolas públicas um leque de atividade que irão complementar a formação educacional e social das crianças e jovens da rede pública. Desde muito tempo já se era debatido a respeito de educação integral, na antiguidade o filósofo Aristóteles já debatia sobre a “educação integral”, para Aristóteles, era a educação que desabrochava todas as potencialidades humanas. O ser humano é um ser de múltiplas dimensões que se desenvolvem ao longo de toda a vida. Outros educadores também defendiam a educação integral como recurso indispensável e que deve decorrer ao longo de toda a vida é o caso do francês Célestin Freinet (1896-1966) e do suíço Édouard Claparède (1873-1940), mestre de Jean Piaget (1896-1980).

Na história da educação integral brasileira, dois essenciais educadores batalharam incansavelmente pelos ideais de que exclusivamente só uma educação pública de qualidade era capaz de promover as mudanças fundamentais para alcançar um Brasil igualitário.

Um deles era Anísio Teixeira um educador que em 1930 fazia parte de um grupo de intelectuais nominados como Pioneiros da Escola Nova, que tinham como objetivo trazer a renovação do ensino a partir de aspectos políticos e sociais da época. Com a intenção de converter a educação que antes era voltada apenas para a burguesia, para uma educação que fosse acessível a todos, priorizando essencialmente a qualidade de ensino. Esse pensamento se concretizou em 1951 quando Anísio Teixeira inaugurou na Bahia, o Centro Carneiro Ribeiro que na época foi à primeira experiência pública de Educação Integral no Brasil.

Como relata Eboli (1969) citado por Valentini e Zucchetti (2017, p.5).

O Centro era composto por dois espaços físicos separados, as Escolas-Classe e Escola-Parque. As Escolas-Classe eram organizadas para a evolução das aprendizagens de cunho intelectual, nela os alunos eram separados por idade/série, seguindo os pressupostos das escolas tradicionais no que tange à organização e carga horária. No período oposto ao da sala de aula, os alunos frequentavam a Escola-Parque que se localizava no centro da cidade. Assim, os alunos oriundos das Escolas-Classe eram transportados, de ônibus, para a continuidade das atividades que abordavam diferentes aspectos da vida humana: trabalho (artes aplicadas, industriais e práticas), educação física (jogos, recreação e ginástica), atividades sociais (grêmio, jornal, rádio escola,

banco e loja), expressão artística (música instrumental, canto, teatro e dança), extensão cultural e biblioteca (leitura, estudo, pesquisa) (EBOLI, 1969).

Porém com o passar do tempo os ideais de Teixeira, de levar uma educação igualitária para todos priorizando principalmente à qualidade do ensino fornecido, foram distorcidos. Assim como Gadotti (2009, p.16) aborda “[...] Dois anos depois, o próprio professor Anísio Teixeira (1962) reconhecia que o projeto havia sido desfigurado: dando prioridade ao aumento da matrícula [...]”. Essa ação desvalorizou a ideia inicial de Teixeira, uma vez que ao priorizar o aumento das matrículas houve uma queda drástica na qualidade do ensino estabelecido pelas escolas.

Dando seguimento, Darcy Ribeiro um renomado educador, que em 1980 atuava como Secretário de Educação no Rio de Janeiro, visava a necessidade de mudanças no sistema educacional, tendo Anísio Teixeira como exemplo, buscou por uma educação de qualidade reverente ao desenvolvimento ético e democrático dos cidadãos brasileiros. Devido aos fracassos alusivos às escolas da cidade do Rio de Janeiro Darcy Ribeiro demonstrou grandes preocupações devido à quantidade desproporcional de alunos que não prosseguiram para a segunda série.

Tendo em vistas tais adversidades, Ribeiro lutou constantemente por investimentos na educação é em 1980, no Estado do Rio de Janeiro, ele elaborou uma proposta de escola integral cujo propósito era transpor os espaços da sala de aula e do ensino tradicional, prestando propostas e espaços físicos qualificados possibilitando aos alunos uma educação para a vida. Focando no desenvolvimento moral e social dos estudantes, tendo em mãos os conhecimentos fundamentais de seus direitos e deveres como cidadão. Os deixando preparados para as adversidades e sócio-políticas que poderiam vir futuramente.

Dessa forma em 1981 foi criado os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Que apresentavam como objetivo a ampliação da jornada escolar para, no mínimo, seis horas diárias divididas entre aulas que compunham o currículo escolar acompanhadas de propostas de atividades que envolviam diversos conhecimentos, dentre eles, esporte, cultura e artes. (VALENTINI E ZUCCHETTI 2017, P.05)

[...] a proposta pedagógica, elaborada por Darcy Ribeiro, inclui a não reprovação.

A reprovação sistemática no ensino público é considerada elitista. As provas anuais foram sendo substituídas por outras formas de avaliação. Ao invés de provas, os alunos são avaliados por objetivos. Os objetivos que não forem alcançados pelos alunos num ano, continuarão sendo trabalhados pelo professor no ano seguinte, sem reprovação. (GADOTTI 2009, P.16)

Ao investigar o projeto estabelecido por Darcy Ribeiro (Cieps), Lúcia Velloso Maurício (2004, p. 43) assegura que

[...] o horário integral aparece como essencial no processo de aprendizagem, e a diferença de um semi-internato por ter justificativa estritamente pedagógica: a educação integral prevê a socialização, a instrução escolar e a formação cultural, vista como parte essencial do processo de aprendizagem e não como adereço, tornando-se a escola espaço social privilegiado para a formação do cidadão.

Entretanto devido às inúmeras críticas voltadas ao projeto, devido ao alto capital financeiro investido e até mesmo em relação à composição da proposta pedagógica. Em 1995, o Dr. Luiz Antônio da Cunha, formado em Educação e um renomado sociólogo, manifestou-se sobre os (CIEPs).

[...] mencionando que as instituições não tinham clareza quanto às orientações pedagógico/teóricas e que a preparação docente para a atuação nos Centros tornara-se fatigante. Nessa perspectiva, apontava a Educação Integral enquanto prática meramente assistencialista, afirmando que esse modelo de escola estava tomando para si a incumbência da resolução de temas sociais o que, segundo ele, era inconcebível. (ARANHA 2006, citado por VALENTINI E ZUCCHETTI, 2017, p.8):

Após várias frustrações em estabelecer um projeto de políticas públicas voltada a implementação de instituições de educação integral em tempo integral no Brasil. A efetuação dessa ideia se manteve estagnada, até o ano de 2007 quando é criado o Programa Mais Educação, tem como foco a ampliação da jornada escolar e reorganização curricular, visando uma educação integral, com um processo pedagógico que conecta áreas do saber à cidadania, ao meio ambiente, direitos humanos, cultura, artes, saúde e educação econômica.

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Em primeiro momento o PME tinha como proposta estabelecer a educação integral em tempo integral nas escolas, por meio de parcerias entre instituições de ensino

e comunidade, entretanto essa proposta não seguiu adiante devido a inúmeras divergências entre as propostas estabelecidas pelo governo e a realidade vivenciada pelas escolas adeptas do programa.

Por conta dessas e outras problemáticas enfrentadas durante o programa, as escolas tiveram muitas dificuldades para prosseguir com a execução do programa, em convergência essas dificuldades correram inúmeras instabilidades políticas, durante os anos a que se submeteu o programa, que acarretou na paralização do programa a partir do ano de 2014.

Até meados de 2015, onde por conta do baixo desempenho do rendimento escolar calculado pelo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), colocou em pauta novamente a proposta de educação integral em tempo integral nas escolas, devido a depressão da qualidade de ensino na área pedagógico das escolas, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Por conta disso o Programa Mais Educação foi reestruturado e renomeado como Programa Novo Mais Educação (PNME).

O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais noturno e contra turno escolar.

Nesse Novo Mais Educação a proposta tinha como foco a melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, tanto que essas atividades eram obrigatórias para as escolas, porém diferente do PME, aqui as escolas poderiam optar por não exercer as outras atividades ofertadas pelo PNME, focando apenas nas atividades de Letramento equivalentes a 5 horas semanas.

Com essa flexibilidade de escolha os gestores poderiam decidir se adotariam a 5 ou 15 horas semanais, e caso elas optassem por adotar 15 horas, poderiam decidir quais atividades iriam aderir em suas escolas, com essa versatilidade elas teriam livre escolhas para optar por ofertas que melhor se adequassem as suas necessidades, o que não era possível no PME, uma vez que as atividades ofertadas já vinham pré-determinadas para as escolas.

Em contrapartida mesmo com tantas facilidades, ainda se mantiveram algumas dificuldades antigas como e o caso, das escolas que ainda não se disponibilizavam de um local apropriado para a realização das atividades em conta turno. O que era essencial para que as atividades realizadas não atrapalhassem os exercícios regulares das escolas.

3. IMPLEMENTAÇÃO, DESAFIOS E DIFICULDADES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.

Nas palavras de Hill e Hupe (2009), a implementação é um dos componentes mais difíceis, bem como indispensáveis no gerenciamento das políticas públicas, é neste momento que as políticas se confrontam com a veracidade dos fatos e criam soluções e efeitos fundamentais para sanar, atenuar ou precaver das dúvidas das quais levaram a sua criação. Isso inclui a implantação de políticas e metodologias novas ou reformuladas.

Os procedimentos de interligações entre objetivos e atos para atingir determinadas ações podem ser considerados uma implementação. Silva (2009) afirma que isto consiste no planejar e no organizar do mecanismo administrativo, humano, financeiro e tecnológico essencial para realização de uma boa política.

Segundo Viana (1988) o processo decisório de execução de uma política pública é visto como implementação.

O estudo acerca da literatura sobre a política pública de implementação foi criado na década de 70, por Pressman e Wildavsky em seu livro “Implementação”. A implementação é uma fase da política pública que serve para mostrar o momento que essa política foi executada.

Para o alcance de implementação de uma política pública existem estágios como a Agenda, momento que são escolhidas as prioridades; a Formulação, momento em que são apresentadas as resoluções; a Implementação, fase de acontecimentos de execução da política pública; a Avaliação, momento em que as ações são tomadas.

É nessa fase de Implementação que vamos falar como o Programa Mais Educação foi implementado no Brasil e nas escolas. Os processos para adesão, formação de turmas, Estudantes inscritos no programa, Monitores, Macrocampos e atividades, Escolha das atividades, Acompanhamento Pedagógico-obrigatório.

O Programa Mais Educação (PME) se iniciou em 2007 sobe auxílio de diversos dispositivos legais que estabeleceram o objetivo da ampliação da jornada escolar. Com o

intuito de combater inúmeras adversidades existentes nas escolas em diferentes municípios brasileiros aos quais foram selecionados no decorrer dos anos seguintes.

Essa proposta surgiu com abrangência nacional visando a indução da educação em tempo integral/educação integral no sistema escolar público brasileiro com os seguintes objetivos: estender a jornada escolar e melhor atender às necessidades de cada aluno; reduzir a reprovação e a distorção idade/série; combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência; desenvolver habilidades cognitivas; promover a cultura e a prática esportiva; aproximar famílias, escola e comunidade. (SOARES; BRANDOLIN; AMARAL, 2017, p. 02).

Porém segundo Miguel (2015, p. 42) o Programa Mais Educação não alcançou todas as escolas públicas, pois os critérios de seleção são pré-determinados e também estão correlacionados a indicações do MEC. Que por sua vez é executada on-line, dentro da plataforma PDDE interativo, ferramenta criada pelo MEC, feita com o intuito de amparar a gestão escolar. Em cooperação com secretarias de educação cadastradas no censo escolar de 2013. Que primeiramente se encontrava alocado no Simec.

Com tudo foi somente em 2009 que o PME começou a ser implementado nas escolas públicas, de início foram apenas às escolas de Ensino Médio dos 10 primeiros estados com o menor nível de Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foram favorecidas, junto das escolas de ensino fundamental.

“Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino”. (PORTAL DO MEC, 2018)

Segundo o manual operacional os critérios para adesão ao PME de 2009:

- Termo de Compromisso Todos pela Educação assinado pelo Estado ou Município;
- Regularidade junto ao Programa Dinheiro Direta na Escola-PDDE, conforme Resolução CD/FNDE nº 04, de 17/03/2009;
- Unidades escolares estaduais ou municipais onde foi iniciado o Programa em 2008;
- Unidades escolares estaduais ou municipais localizadas nas cidades de regiões metropolitanas ou no entorno das capitais com mais de 100 mil habitantes, com IDEB, apurado em 2007, baixo em relação à média do município e com mais de 99 matrículas no Censo Escolar de 2008;
- Unidades escolares estaduais ou municipais localizadas em municípios com mais de 50 mil habitantes em estados de pouca densidade populacional que atuarão como pólos locais; Unidades escolares estaduais e municipais localizadas em municípios atendidos pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça (BRASIL, 2009).

A partir de 2009 o PME sofreu diversas alterações nos critérios de adesão nos anos que se decorreram, uma vez que a cada exemplar fornecido uma adequação foi incluída na proposta. Entre as principais mudanças nos critérios de adesão encontram-se:

QUADRO 1: Principais mudanças nos critérios de adesão ao Programa Mais Educação.

ANO	Principais mudanças nos critérios de adesão ao PME.
2010	O Ensino Médio Foi retirado do PME, ouve também uma ampliação no número de habitantes dos municípios, de 50 para 90 mil e as escolas em zonas de vulnerabilidade social também foram inclusas no programa, porem apenas alguns estados e cidades metropolitanas foram contemplados.
2011	A adesão contempla todos os estados da Federação, sem limite de habitantes para os municípios participantes dos anos anteriores, no entanto, os municípios recém incorporados ao programa, mantiveram o corte pelo número de habitantes enganchado à participação no Programa PDE/Escola. Também foi anexando uma nota de corte no Ideb.
2012	O programa Foi ampliado para as escolas localizadas nos territórios do Plano Brasil Sem Miséria, contando também com a participação dos estudantes do Programas Bolsa Família e Escola Aberta. Além disso, o Mais Educação incluiu as Escolas do Campo em seu programa.
2013	Não ouve mudanças nos critérios de adesão para as escolas urbanas, as principais modificações ocorreram para as escolas do campo, concedendo a participação de um número maior de escolas. Ocorreu também a inclusão de dois programas no PME. As escolas Interculturais de Fronteira e o Mais Educação para Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental.
2014	Não ocorreram mudanças nos critérios de adesão ao PME durante esse ano.

Fonte: Manual de Educação Integral. Organizado pelos autores.

Como se pode perceber desde 2009 até 2013 os critérios de adesão ao PME sofreram várias mudanças a cada versão no decorrer dos anos que seguiram. Permitindo agregar cada vez mais escolas as suas extensões, uma vez que seus objetivos era alcançar a meta do PNE, contendo cerca de 50% das escolas públicas com educação integral agrada ao currículo.

Como nos critérios de adesão, ocorreram diversas alterações nos macrocampos e atividades a cada versão fomentada, facilitando assim o processo de implantação da educação integral. Cada ajustamento mostrou-se necessário a cada versão observando os aspectos de cada região e respeitando suas heterogeneidades culturais, levando em consideração a melhora das ofertas formativas para acrescentar uma educação integral de qualidade para as instituições de ensino.

Vale ressaltar que os macrocampos Acompanhamento Pedagógico a obrigatoriedade se manteve para todas as unidades escolares nas versões seguintes.

Inicialmente, em 2009, as escolas optavam por dez atividades em três macrocampos diferentes. De acordo com o MEC, não era possível ter um resultado pedagógico satisfatório com essa quantidade de atividades, assim, reduziu-as para cinco e colocou como opcional uma sexta atividade até o ano de 2013. Em 2014, passou para quatro, permitindo a quinta atividade, Esporte na Escola, antigo Programa Segundo Tempo (PST), apenas para as escolas que

participaram do PME em anos anteriores. A atividade de acompanhamento pedagógico continuou sendo obrigatória. (MIGUEL, 2015, P. 46).

No manual em 2009, podia-se observar o subtítulo descrito como “Quais os macrocampos para implementação da educação integral (currículo da educação integral)”. Nos anos seguintes essa nomenclatura foi alterada para “das ofertas formativas do Programa Mais Educação/Educação Integral”. Tais modificações mostraram-se cruciais para a compreensão da educação integral como um processo formativo, que vai além de apenas uma prática de atividades associadas a temas convergentes.

A partir da mudança de nomenclatura em 2010 os macrocampos tiveram inúmeras modificações nos anos seguintes, respeitando as diversidades culturais existentes nos municípios participantes do programa. Dentre as alterações de nomenclatura nos macrocampos encontram-se:

QUADRO 2: Alterações nas atividades e nomenclatura dos macrocampos e ofertas formativas do Programa Mais Educação.

Ano	Macrocampos e ofertas formativas.
2010	Estando com a nomenclatura de ofertas formativas, a escola deveria dispor de cinco a seis atividades, podendo escolher de três a quatro macrocampos disponibilizados pelo PME. Neste mesmo período o PST, atualmente Esporte na Escola, do Ministério do Esporte, podiam se inscrever na sétima atividade somente as escolas que aderiram ao programa durante o ano de 2009 ou que em 2010 avia-se inscrito até 150 alunos ou mais nas instituições de Ensino Fundamental (vale ressaltar que o Ensino Médio ainda continuava a fazer parte do PME até 2012), no macrocampo esporte e lazer.
2011	O PST integrou o rol das atividades do macrocampo Esporte e Lazer, o que expandido a cota do Ministério do Esporte no PME, assim reduzindo quantidade de atividades realizadas pelas escolas, durante esse período o macrocampo Meio Ambiente foi alterado para Educação Ambiental.
2012	Com o surgimento do Programa Mais Educação nas Escolas do Campo, houve uma reestruturação no PME, pois foi necessário criar macrocampos e atividades específicas para o campo devido as suas particularidades. Para as escolas urbanas, a quantidade de atividades permaneceu a mesma dos anos anteriores. Porém ocorreram diversas alterações nos seguintes macrocampo: Cultura e Artes se integraram com Educação Patrimonial, que passou a ser conhecido como Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Educação Econômica obteve o tópico de Educação Criativa; Direitos Humanos em Educação foram adaptados para Educação em Direitos Humanos; Educação Ambiental foi transfigurada para Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.
2013	Não havia mais informações a respeito das articulações necessárias para a implementação do PME nas ementas dos macrocampos. Havia uma restrição dos dados com relação às caracterizações das atividades que deviam ser apresentadas, era explícito a importância das atividades permanecerem vinculadas ao projeto pedagógico das escolas.
2014	Não sofreu nenhuma mudança significativa nas atividades, somente alguns reajustes em nomenclaturas e agrupamentos de atividades relacionadas aos mesmos macrocampos, houve também o corte de atividades por escolas e foi reforçado a importância da articulação entre as atividades selecionadas e o currículo.

Fonte: Manual de Educação Integral. Organizado pelos autores.

Como se pode notar foi necessária a articulação de diversas alterações no manual institucional do PME a cada versão implementada nas escolas, com o intuito de respeitar as discrepâncias culturais e particularidades de cada região. Com a exclusão da redação

do Ensino Médio, o PME deixou específico que seu campo de atuação era exclusivo para o Ensino Fundamental.

Vale destacar o manual de 2012, período onde ocorre a expansão do PME para os diversos territórios brasileiros, e necessários designar estratégias que colaborem na eminência de ofertas de uma educação de qualidade, apropriadas para os costumes diversificados, para aquelas populações identificadas com o campo. Para isso foi necessário criar critérios de implementação específico para as escolas do campo.

Segundo o manual institucional do PME 2012 é preciso:

Considerando a expansão do Programa Mais Educação nos diversos territórios brasileiros, vemos a necessidade de definição de estratégias que contribuam para a oferta de uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo – agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, povos da floresta, caboclos, dentre outros. Uma educação que afirme o campo como o lugar onde vivem sujeitos de direitos, com diferentes dinâmicas de trabalho, de cultura, de relações sociais, e não apenas como um espaço que meramente reproduz os valores do desenvolvimento urbano. (Conforme documento produzido por GT em 2009 tratando sobre Educação Integral do Campo) sendo assim, as atividades do Programa Mais Educação dentro desta proposta, não poderão descaracterizar a realidade do campo, as concepções pedagógicas deverão considerar a realidade local, suas especificidades ambientais e particularidades étnicas, devendo embasar seus eixos nas categorias TERRA, CULTURA E TRABALHO, sendo estas fundamentais na matriz formadora humana (BRASIL, 2012).

Olhando dessa forma as propostas de implementação parecem excelentes, porém ocorreu que, em diversas escolas houve problemas no momento de aderir ao programa devido ao despreparo das escolas em acolher o PME em suas instituições. Isso acarretou em exigências do MEC por atas de não adesão por parte das escolas, as atas deveriam estar em acordo com as comunidades.

Com a pressão por parte do MEC, as escolas não tiveram escolha a não ser aderir ao programa. Pois era preferível aceitar os critérios do PME, do que causar uma desavença com a comunidade. Porém devido à incapacidade da gestão em estabelecer as atividades do PME muitas escolas se encontraram com seus recursos inertes em conta devido ao medo de utilizá-lo de forma indevida.

“Essa atitude reflete a insegurança e o despreparo de nossos gestores escolares, uma vez que pensam que não há problema em ficar com o dinheiro, rendendo juros sem movimentação e não empregá-lo no fim para que foi destinado”. (MIGUEL, 2015, P. 72).

Miguel (2015, p.72) ainda destaca que:

Embora muitos discordem, a educação e a economia caminham juntas e, por mais que se evite o assunto, sempre penderá para o aspecto financeiro, ficando o pedagógico em segundo plano, como algo à parte na gestão educacional. Haja vista o destaque que é dado ao Fundeb e a importância de cadastrar o aluno de educação integral no Educacenso, esse ato corresponde a um acréscimo de 0,30% por aluno no repasse por parte do governo federal. Por conta desse aumento no Fundeb, as Secretarias recomendam que as escolas participem dos programas de educação integral e, como consequência, encontramos escolas sem estruturas para comportarem alunos em jornada ampliada.

De acordo com Parente e Azevedo (2010, p.12) cabe destacar o esforço empreendido pelo grupo de gestores do Programa que, mesmo não tendo todo o aporte necessário para desenvolver uma educação integral de maior qualidade, assumiram o Programa como um desafio diário e cotidiano.

Porém mesmo com os esforços dos grupos de gestão escolar, os empecilhos para a não adesão ao PME eram significativos nas escolas. Como veremos na tabela abaixo:

Tabela1–Justificativas apresentadas pelas escolas para não adesão ao Programa Mais Educação.

Justificativas apresentadas pelas escolas	Total	%
Insuficiência de espaço físico	779	35,69
A escola já participa de outros projetos/programas	355	16,26
PME não teve apoio da comunidade escolar para ser implantado	202	9,25
Dificuldade de encontrar monitores voluntários	178	8,15
Participa do Proemi	150	6,87
Problema de transporte–alunos não podem ficar no contraturno	139	6,37
Escola vinculada	63	2,88
A Unidade Escolar está em reforma e sem previsão de término ou em processo de reforma	56	2,57
Falta de funcionários	46	2,11
Escola já é de tempo integral (ETI e PEI)	45	2,06
Não há tempo hábil para desenvolver as atividades do PME (ano escolar atípico com Copa do Mundo)	44	2,00
Alunos participam de outras atividades fora da Unidade Escolar	24	1,11

Problemas financeiros coma APM	20	0,93
Alunos não podem ficar no contraturno porque trabalham	18	0,82
Escola localizada em área de alta vulnerabilidade–alunos não podem ficar no contraturno	16	0,73
Perda de credibilidade no programa. Fez a adesão em ano anterior e não recebeu verba	11	0,51
Escola exclusiva de Ensino Médio a partir de 2014	11	0,51
Ainda possui verbas de anos anteriores	10	0,46
A maior parte dos professores possui acúmulo de cargo	8	0,38
Divide espaço com escolas da Prefeitura	5	0,25
Experiência insatisfatória com frequência dos alunos	2	0,09
Total	2182	100,00

Fonte: MIGUEL (2015, p.83).

De acordo com as atas disponibilizadas pelos gestores das escolas muitas das justificativas apresentadas eram um tanto vagas, era possível notar que algumas escolas tinham pouco interesse em assumirem a responsabilidade de trabalhar o PME. Com tudo com a adesão ao programa foi possível observar que durante a implementação das atividades aquelas justificativas mais utilizadas pelas escolas tornaram-se um grave empecilho para a continuidade do PME. Problemas como insuficiência de espaço físico, a falta de apoio da comunidade escolar para ser implantar o PME e dificuldade de encontrar monitores voluntários, foram alguns dos problemas que se mostraram muito fortes durante os anos que se seguiram.

A dificuldade de encontrar monitores voluntários mostra por si só a fragilidades do programa devido ao baixo valor da remuneração disponibilizado para o ressarcimento dos monitores, que acarretava na dificuldade das escolas em achar monitores interessados em atuar no programa.

Dentre tais dificuldades a que mais atrapalhou as escolas, foi à falta de estrutura física para realização das atividades, uma vez que cada escola oferecia dois turnos e implementava o Programa Mais Educação com mais 50 crianças em cada contra turno, dessa maneira era um desafio aplicar as atividades sem interferir nas atividades curriculares da própria escola.

“[...] o que significa esforços para encontrar espaços para a realização de oficinas, e oficinas que não *atrapalhem* as demais atividades do ensino regular concomitante [...]”. (PARENTE, 2016 p.6).

A comunidade também não facilitou os processos de implementação do PME. Devido às dificuldades que alguns familiares asseguravam em relação à participação dos filhos no programa, onde relatavam que os mesmos tinham outros afazeres mais importantes, outros diziam que seus filhos não necessitavam participar do projeto ou simplesmente pelo fato de alguns monitores não terem uma formação adequada.

Há aquelas escolas em que é grande a disputa pela participação no programa. Contudo, há aquelas em que é preciso uma grande tarefa de convencimento dos alunos e das famílias para a participação. Há um conjunto de variáveis, a depender de cada contexto, que explica ora o entusiasmo pelo programa, ora sua baixa popularidade, dentre eles: o perfil e o vínculo dos monitores/oficineiros voluntários, muitos sem formação pedagógica, aspectos frágeis que podem ocasionar descontinuidades às oficinas; a ausência de articulação entre o ensino regular/currículo comum e as oficinas do Programa Mais Educação, ainda não interpretadas como parte do projeto político-pedagógico da escola; a pouca articulação entre os profissionais da escola, principalmente entre monitores e professores. (PARENTE, 2016 p.6).

4. MATÉRIAS E MÉTODOS

Consideramos as escolas do Município de Tucuruí-Pa como parâmetro de análise da implantação do Programa Mais Educação (PME). Trabalhamos nesta pesquisa de maneira reduzida, pois não tínhamos dados suficientes de como os gestores atuaram na implementação do programa em suas escolas. Estudos mais circundantes fazem-se necessários para que se tenha uma boa análise a respeito da implantação do PME.

Fez-se necessário entrar em contato em primeiro momento junto à Secretaria de Educação para ter acesso as escolas e ajuda para realização do estudo. Através deste acesso conseguimos obter informações de quais escolas realizavam o programa nas escolas.

Uma grande maioria destas instituições, baseado nos materiais coletados junto ao setor de projetos Semec, fizeram adesão ao Programa Mais Educação nos anos de 2012 e 2013. As escolas da zona urbana e do campo passaram a ser atendidas pelo Programa Mais Educação por ordenação em 2012.

Primeiramente recebemos uma listagem que continham 29 escolas que ofereciam o PME entre escolas da zona urbana e do campo. Observamos que a dimensão da rede de ensino no município é de 41 escolas e, cerca de 70,7% deste total desenvolviam o PME

em 2014. Partindo deste referencial, notamos que havia uma grande variação entre a cobertura do programa nas escolas.

Escolhemos como instrumento para a coleta de dados, a utilização de questionário composto por 05 questões de cunho subjetivo, todas obrigatórias. Que teve a participação de 29 escolas sendo 18 escolas municipais urbanas (62,1%) e 11 escolas municipais rurais (37,9%). Como resultado obtivemos as respostas de 13 escolas públicas do município de Tucuruí.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Tendo como base o questionário aplicado para as escolas da área, seguem as análises e discussões. Na 1ª pergunta, os gestores responderam se eles atuam em alguma escola que trabalhou o programa mais educação.

Quadro 3: Você já atuou em escolas que trabalharam o Programa Mais Educação. Quanto tempo funcionou?

ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I	
04 (quatro) disseram “SIM”	
1(uma) disse por 04 anos	
1 (uma) disse por mais de 05 anos	
1 (uma) disse por 01 ano e 6 meses	
1 (uma) disse não trabalhou mais educação.	
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II	
04 (quatro) disseram “SIM”	
1(uma) disse por 03 anos	
1 (uma) disse por 05 anos	
1 (uma) disse por 01 ano	
1 (uma) disse por 02 anos	
ESCOLAS DE DO CAMPO	
05 (cinco) disseram “SIM”	
2 (duas) disse por 03 anos	
1 (uma) disse por 04 anos	
1 (uma) disse por 08 meses	
1 (uma) disse por 02 anos	

Fonte: Organizado pelos próprios autores.

Para essa pergunta se levou em consideração o fato de que as gestões atuais eram recentes naquelas escolas. Fatos gerados por conta de interesses políticos. Essa rotatividade acaba acontecendo a cada troca de governo, dificultando assim um bom desempenho de alguns gestores durante suas passagens por essas instituições.

E como essa pesquisa ocorreu após a pandemia da COVID-19 que teve início no ano de 2020, não foi possível entrar em contato com os antigos gestores da época em que se trabalhava o PME nas escolas. O que dificultou a comunicação com os gestores atuais que muitas vezes não tinham como responder as perguntas devido ao fato de não ter sido

trabalhado o PME na sua gestão. Esse rodízio de gestores de certa forma acarretou em algumas dificuldades mais a frente no programa dentro das escolas.

Na 2ª pergunta, os gestores responderam em relação à quantidade de alunos que participavam do programa mais educação.

Quadro 4: O programa atingia quantas crianças aproximadamente?

ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I
1 (uma) disse 150 crianças
1 (uma) disse 800 crianças
1 (uma) disse 100 crianças
1 (uma) disse 200 crianças
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II
1 (uma) disse 60 crianças
1 (uma) disse 350 crianças
1 (uma) disse 400 crianças
1 (uma) disse 120 crianças
ESCOLAS DE DO CAMPO
1 (uma) disse 250 crianças
1 (uma) disse 100 crianças
1 (uma) disse 120 crianças
1 (uma) disse 100 crianças
1 (uma) disse 60 crianças

Fonte: Organizado pelos próprios autores.

Segundo o manual operacional foram estabelecidas 100 vagas para as crianças participarem do PME, que deveriam ser distribuídas entre o contra turno das atividades regulares, durante a adesão dos manuais seguinte esse número foi atualizado acrescentando mais vagas para os participantes do programa.

Porém houve escolas onde esse número de vagas ultrapassou o limite estipulado pelo PME. Devido a uma grande demanda de matrículas e de crianças que necessitavam da participação no programa, conseqüentemente isso gerou uma superlotação nos contra turnos das escolas, portanto com uma demanda ainda maior de alunos também a uma demanda maior de recursos o que gera problemas futuramente.

Na 3ª pergunta, os gestores responderam sobre a quantidades de projetos existentes durante o programa mais educação.

Quadro 5: Quantos projetos a escola tinha em execução durante o Programa Mais Educação?

ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I
1 (uma) disse 02 projetos
1 (uma) disse não tinha projetos
1 (uma) disse ter 03 projetos

1(uma) disse ter 07 projetos
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II
1 (uma) disse ter 02 projetos
1 (uma) disse ter 08 projetos
1 (uma) disse ter 03 projetos
1 (uma) disse ter 04 projetos
ESCOLAS DE DO CAMPO
3 (três) disseram ter 04 projetos
1 (uma) disse ter 05 projetos
1 (uma) disse ter 02 projetos

Fonte: Organizado pelos próprios autores.

Além do PME as escolas dispunham de outros projetos implementados nas escolas, que vinha de contrapartida com o programa, pois as escolas deveriam lidar com as adversidades dos outros projetos enquanto tentavam implementar o programa.

Com a falta de compreensão por parte dos gestores devido ao despreparo para acolher o PME nas escolas. Ocorreram divergências no momento de correlacionar as atividades formativas com os outros projetos existentes nas escolas.

Na 4ª pergunta, os gestores responderam quais as maiores dificuldades encontradas durante a adesão do Programa Mais Educação.

Quadro 6: Quais as maiores dificuldades durante a implantação do Programa Mais Educação?

ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I
3 (três) disseram a falta de espaços.
1 (uma) disse a falta de engajamento de professores, família dos alunos e treinamento adequado de voluntários.
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II
1 (uma) disse ser os valores disponíveis para pagar monitores.
1 (uma) disse motivar os alunos e evitar evasão.
2 (duas) disseram falta de espaço, merenda escolar, monitores e falta de diálogo com os pais.
ESCOLAS DE DO CAMPO
2 (duas) disseram que foi contratar os profissionais por conta dos valores pagos, transporte e merenda escolar.
2 (duas) disseram ser a falta de espaço adequado.
1 (uma) disse ser o contra turno que não funcionava.

Fonte: Organizado pelos próprios autores.

Como foi falado anteriormente houve várias escolas que relataram motivos para a não adesão ao PME. Onde foi feita diversas justificativas que pareciam pouco coerentes com a realidade das escolas, entretanto algumas dessas justificativas mostraram-se relevantes no decorrer dos anos.

Como foi o caso da indisponibilidade de espaços acessíveis para a execução do projeto, o que gerava muitos transtornos aos monitores já que as aulas práticas tinham

que ser realizadas junto às atividades regulares das escolas. Como relata Parente e Azevedo (2010, p.10) “existe uma carência em relação ao espaço destinado às atividades. Espaços como pátio nem sempre são viáveis tendo em vista a proximidade com as salas de aulas [...]”.

Não podemos esquecer também o lado mais frágil do programa, a carência de monitores adequados e falta de engajamento por parte dos monitores voluntários que permaneciam nas escolas apenas para completar a carga horária sem ter qualquer envolvimento significativo com o programa, na contratação de profissionais não era muito diferente, pois muitos deles tinham pouco interesse em atuar dentro do programa devido ao baixo valor da renda disponibilizado para o ressarcimento desses profissionais.

Outros problemas como falta de diálogo com os pais que muitas vezes se ressentiam em ceder seus filhos para participarem das atividades no contra turno das escolas, por acharem perda de tempo ou por que os filhos tinham que realizar as tarefas da casa.

Parente e Azevedo (2010, p.10) expõem que por conta da ampliação da jornada escolar os profissionais responsáveis por amparar o programa (merendeiras, porteiros e zeladores, por exemplo), sentiam sobrecarregados com as atividades diárias, gerando desconforto, frustrações e precariedades em relação ao Programa.

Na 5ª pergunta, os gestores responderam se nas escolas manteve algum projeto após o término do Programa Mais Educação.

Quadro 7: Após o término do Programa Mais Educação quais projetos a escola manteve?

ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I
2 (duas) disseram manter o programa mais alfabetização.
1 (uma) disse manter o programa mais alfabetização e o saúde na escola
1 (uma) disse não saber pois saiu de licença na época.
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II
1 (uma) disse manter apenas a Feira Literária.
1 (uma) disse manter o Reforço de Língua Portuguesa, Matemática e Leitura e Escrita.
1 (uma) disse manter Língua Portuguesa e Matemática, dança e cine clube.
1 (uma) disse manter apenas a Futsal.
ESCOLAS DE DO CAMPO
1 (uma) disse manter apenas a horta escolar.
2 (duas) disseram não ter continuidade de nenhum projeto.
1 (uma) disse manter horta escolar e dança.
1 (uma) disse manter apenas o SISALFA.

Fonte: Organizado pelos próprios autores.

Após a paralização e término do PME poucas escolas mantiveram as atividades do programa em funcionamento, a maioria manteve apenas os programas mais distintos,

com exceção do letramento que trabalhava o Reforço escolar de Língua Portuguesa e Matemática visto que ele era obrigatório dentro dos critérios de adesão do PME e tinha uma melhor disponibilidade de profissionais para a continuidade do projeto.

Devido ao corte de recursos do PME, as escolas optaram por encerrar as atividades, uma vez que não havia mais os repasses de verba do governo e não poderiam mais subsidiar as despesas com programa.

Entretanto há escolas que se sobrepuseram ao termino do programa, e deram continuidade com alguns projetos, essas atividades normalmente eram condizentes com a condição da escola como e o caso de algumas escolas do campo que mesmo após o termino do PME mantiveram a horta escolar, uma atividade dentro do macrocampo-Meio Ambiente, além de dança, futsal e o cine clube todas elas oferta formativas disponibilizadas no manual operacional pelo Programa Mais Educação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que o processo de implementação de um projeto vai além de boas palavras e uma cartilha bem escrita, se faz necessário observar os parâmetros de cada instituição, objetivando suas características e diversidades para cada grupo a quem for ser estabelecido respeitando suas divergências a fim de extrair o máximo de cada uma delas.

Inclusive o monitoramento por si só é de grande importância, porém ele tem que se dá por parte dos dois lados, tanto das gestões escolares quanto do governo, pois só assim é possível estabelecer quais serão as barreiras a serem quebradas e quais seriam as melhores alternativas para superar tais dificuldades.

Porém sem os recursos apropriados é quase impossível se sobrepôr as divergências encontradas durante a execução dos projetos, pois se torna inviável a continuidade dos processos de implementação de uma educação integral de qualidade. Um local apropriado para realização das atividades é crucial para a valorização do ensino, pois estas escolas muitas vezes acabam não dando conta, devido à grande demanda inevitável para mediar todos esses alunos no contra turno escolar.

“[...] O que podemos perceber é a escassez e a provisoriedade de recursos, falta de preparo de muitos docentes e gestores e o mau uso do tempo disponível nas escolas, pois expandir o tempo de permanência dos alunos não garante maior qualidade de ensino [...]”. (FERNANDES, 2018, p.07)

E inegável a necessidades de implementarmos a educação em tempo integral no Brasil, pois é fato os diversos benefícios que ela traz, com tudo e preciso reformar o modo com que a educação integral e exercida no país, uma vez que ela e vista apenas como uma ampliação do tempo escola ela perde todo a essência que deveria ter. A educação integral é a melhor maneira para elevar a qualidade de vida de nossos estudantes e reduzir a vulnerabilidade social que inúmeras famílias ainda vivenciam no Brasil.

Portanto mesmo com todas as desavenças é possível a implementação de uma educação em tempo integral no Brasil, desde que haja uma cooperação mútua entre governo e gestão priorizando os parâmetros de cada instituição, para que se possa sobrepor os desafios e dificuldades encontradas. Tornando a escola o instrumento necessário para conversão do Ensino e do modo de vida em nosso país.

7. REFERÊNCIAS

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. *Escola pública de horário integral*: demanda expressa pela representação social. Tese (Doutoramento) – Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001.

Hill, Michael, e Peter Hupe (2009), *Implementing Public Policy, An Introduction to the Study of Operational Governance*, Londres, Sage.

SILVA, E. G. **Desempenho Institucional**: a política de qualificação dos docentes da UESB. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado) – UNEB / Departamento de Ciências Humanas, Salvador.

VIANA, L.A. **Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno nº 05. 1998.

MIGUEL, Katia Cristina Deps. **Programa Mais Educação: uma análise do projeto pedagógico** São Paulo 2015.

Portaria Interministerial nº 17, de 24/04/2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contra turno escolar. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817. Acesso em: 19/09/21.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Gov.br/mec**, © 2018. Página inicial > IBGE. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acesso em: 19 de set. De 2021.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Educação Integral** – exercício de 2009. Brasília: MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Educação Integral** – exercício de 2010. Brasília: MEC, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Educação Integral** – exercício de 2011. Brasília: MEC, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Educação Integral** – exercício de 2012. Brasília: MEC, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Educação Integral** – exercício de 2013. Brasília: MEC, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Educação Integral** – exercício de 2014. Brasília: MEC, 2014.

FERNANDES, Deise Birk. **Programa Mais Educação: Desafios para Implementação na Rede Pública de Ensino**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 08, Vol. 05, pp. 103-115, agosto de 2018. ISSN:2448-0959 BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n. 1.144*, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Disponível em:<<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php>> Acesso em: 19 setembro. 2021.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós- **Programa Mais Educação e modelos de educação em tempo integral** São Paulo 2016.

POSSER, Juliana, ALMEIDA, Lia Heberlê de, MOLL, Jaqueline - **Educação Integral: Contexto Histórico na Educação Brasileira** Rio grande do Sul 2016.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós, AZEVEDO, Érica do Nascimento- **Monitoramento do Programa Mais Educação: Educação Integral em Construção** Sergipe 2010.

VALENTINI, Camila Altmayer, ZUCCHETTI, Dinora Tereza- **A Educação Integral no Brasil: das Experiências Históricas ao Programa Mais Educação** Novo Hamburgo-RS 2017.

GADOTTI, Moacir- **Educação Integral no Brasil: Inovações em Processo** São Paulo 2009.

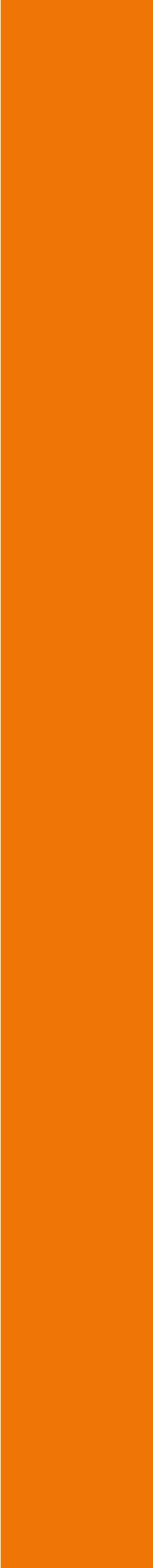


Capítulo 7

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO PARÁ: uma análise sobre os programas Bolsa Talento E Talentos Esportivos da SEEL

DOI: 10.29327/552573.1-7

Wollace Bruno dos Santos Oliveira



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO PARÁ: uma análise sobre os programas Bolsa Talento E Talentos Esportivos da SEEL

Wollace Bruno dos Santos Oliveira

Brunno.ifpa2015@gmail.com

RESUMO

Observando o cenário Brasileiro referente às políticas públicas, este artigo foi escrito com o intuito de ressaltar a importância do esporte no Estado no Pará, com enfoque na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. É válido destacar que o objetivo desta pesquisa é salientar a importância dos programas Bolsa Talento e Talentos Esportivos, expondo sua história, o que fazem e como realizam essa ação na sociedade. Teve como metodologia a pesquisa bibliográfica utilizando pesquisas na internet sobre os artigos referentes ao esporte e políticas públicas no Pará e após as leituras foi decidido focar na SEEL. Nota-se, que nos resultados é destacado que os programas Bolsa Talento e Talentos Esportivos são de extrema importância para atletas, técnicos, guias e a comunidade, mas observa-se também as dificuldades enfrentadas por estes. Diante disso, é sabido este artigo mostra as melhorias que o governo Estadual procura implementar e somar na vida de diversas pessoas, porém é imprescindível que haja mais investimentos e criações de projetos, os quais possam ajudar a amparar cada vez mais as pessoas que gostam da prática esportiva, para que eles saibam obter conhecimento, respeito e a serem bons cidadãos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Bolsa Talento. Talentos Esportivos. Secretária de Estado de Esporte e Lazer.

ABSTRACT

bserving the Brazilian scenario concerning public policies, this article was written to highlight the importance of sports in the State of Pará, focusing on the State Secretariat of Sports and Leisure. It is worth mentioning that the purpose of this research is to highlight the importance of the programs Bolsa Talento and Talentos Esportivos, explaining their history, what they do, and how they perform this action in society. It had as methodology the bibliographical research using searches in the internet about articles referring to sport and public policies in Pará and after the readings it was decided to focus in the SEEL. It is noticed, that in the results it is highlighted that the programs Bolsa Talento and Talentos Esportivos are extremely important for the athletes, technicians, guides and the community, but it is also observed the difficulties faced by them. Therefore, it is known that this article shows the improvements that the State government seeks to implement and add to the lives of several people, but it is essential that there are more investments and creation of projects, which can help to support more and more people who enjoy the practice of sports, so that they know how to get knowledge, respect and be good citizens.

Keywords: Public policies. Scholarship Talent. Sports Talents. State Secretary of Sports and Leisure.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco apresentar as políticas públicas de esporte no Pará, e assim, analisar os programas Bolsa Atleta e Talentos Esportivos da Secretária de Estado de Esporte e Lazer, visto que, esses programas incentivam muitos atletas a continuar na competição esportiva.

Nota-se, que as políticas públicas de modo geral, atenuam ou solucionam problemas da sociedade, por meio de ações do Governo. Existem diversas definições para política públicas, mas a de Peters (1996) é bem conhecida, ele diz que a política pública é um somatório das atividades do governo, que atua de forma direta ou através de delegação, e que afeta a vida dos cidadãos de maneira geral.

Desse modo, o esporte é muito importante como política pública, pois assume um papel essencial perante problemas sociais, como a violência, a marginalização, a evasão escolar, o desrespeito, e assim, ajuda as pessoas no entendimento das regras, normas e respeito da vida em sociedade. Além disso, o esporte auxilia na prevenção de doenças e melhora da saúde, ou seja, colabora para uma formação integral dos cidadãos, pois auxilia no aspecto social, fisiológico e psicológico.

Assim, não só o governo do Estado do Pará, mas todo o Brasil tem investido no esporte, pois

O esporte é visto como instrumento de ação política no plano internacional, ou seja, o esporte competitivo; e a prática de esportes é promotora da saúde e de uma melhor qualidade de vida da população, compensando os problemas advindos da vida urbana crescentemente modernizada, em outras palavras, o Estado de bem-estar social (BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q., apud OLIVEIRA 2011).

Neste contexto, o objetivo principal deste estudo é conceituar e analisar as políticas públicas de esporte no Estado do Pará, mas especificamente os programas Bolsa Talento e Talentos Esportivos da Secretária de Estado de Esporte e Lazer (Seel).

Ademais, o estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, realizada a partir de uma avaliação de materiais publicados anteriormente na literatura e artigos publicados em plataforma de dados.

Para a obtenção das informações, utilizou-se a Revista Motrivivência, o site da Secretária de Estado de Esporte e Lazer (Seel) e sites na internet. O termo usado para a pesquisa foi: “políticas públicas de Esporte no Pará”. Assim, iniciou-se a análise de

conteúdo, que segundo Triviños (2009) se organiza da seguinte maneira: pré-análise, descrição analítica e interpretação.

2. BOLSA TALENTO

O programa Bolsa talento foi criado pela Lei Nº 7.119, de 31 de março de 2008 pelo Governo do Estado do Pará. Este programa tem como objetivo o financiamento de atletas, técnicos e guias, e dessa forma estimulá-los a competição esportiva. Assim, segundo o Art. 1º da Assembléia Legislativa do Estado do Pará

Fica instituída a Bolsa Talento, destinada aos atletas, pára-atletas, técnicos e guias (T11) com o objetivo de que os mesmos atinjam índices competitivos para disputas locais, nacionais e internacionais, nas modalidades constantes no Anexo II desta Lei, com o propósito de incentivá-los na prática esportiva.

Nota-se, que a importância do programa Bolsa Atleta vai além do auxílio financeiro, ela oportuniza um avanço na carreira desses atletas, eles tornam-se mais confiantes, por representar seu Estado em competições pelo Brasil e por ter o apoio do Governo. Assim, o Bolsa Atleta estimula o desenvolvimento físico, psicológico e social de atletas em diferentes modalidades, sejam olímpicas, paralímpicas e amadoras, além de incitar crianças, adolescentes e jovens à prática do esporte.

Esse programa do Governo do Pará, corresponde a valores mensais que sofrem reajustes segundo o índice de correção dos vencimentos dos servidores públicos estaduais. Adiante, para o atleta ser beneficiado pelo programa Bolsa Atleta é necessário diversos requisitos como: estar classificado nas modalidades individuais entre os três primeiros colocados na principal competição estadual, para pessoas com deficiência entre os seis primeiros; estar classificado nas modalidades individuais entre os seis primeiros colocados na principal competição nacional, para pessoas com deficiência entre os seis primeiros; não ser menor de doze anos; se em idade escolar, estar matriculado em escola pública ou privada; estar vinculado a uma entidade esportiva; não estar penalizado pela Justiça Desportiva ou pela Justiça Comum; não ser beneficiário de outros programas; não receber salário de entidade prática desportiva não receber patrocínios.

O Bolsa Atleta beneficia 37 modalidades esportivas, sendo elas: atletismo, atletismo (pessoas com deficiência), basquetebol, basquetebol (pessoas com deficiência), boliche, boxe, canoagem, capoeira, ciclismo, futsal, ginástica rítmica desportiva, ginástica

artística, handebol, jiu-jitsu, judô, karatê, kendô, esgrima, kung-fu, lutas, nado sincronizado, natação, natação (pessoas com deficiência), patinação (pessoas com deficiência), remo, saltos ornamentais, skate, sumô, surf, taekwondo, triathlon, tênis de mesa, tênis de mesa (pessoas com deficiência), tênis de quadra, vôlei de praia, voleibole xadrez.

Ademais, as bolsas do programa Bolsa Atleta são concedidas mensalmente no período de um ano, com valores são variados. Para atletas e atletas com deficiência da categoria estadual a bolsa é de 500,00 reais; para atletas e atletas com deficiência da categoria nacional a bolsa é de 750,00 reais; técnicos recebem o valor de 600,00 reais e atletas guias recebem o valor de 500,00 reais. E os atletas, técnicos e atletas guias decidem como e onde vão investir esse valor, seja na alimentação, vestimentas, alimentação ou transporte.

Dessa maneira, o Bolsa Atleta estimula os atletas a aumentarem seus esforços nos treinos diários para representarem o Pará, em competições internacionais, nacionais e regionais. Porém, esse valor do programa é pequeno e muitos atletas das diversas modalidades passam por dificuldades, pois é proibido o patrocínio (um dos critérios para a concessão da bolsa), além do fator que o Governo do Estado não custeia passagens e hospedagens no período de competições. Dessa maneira, muitos atletas trabalham para ajudar nos requisitos anteriormente mencionados, e pagar suas contas de casa, resultando em uma jornada diária difícil que prejudica seu desempenho na prática esportiva e que dificilmente fará esses atletas alcançarem um nível alto de competição.

3. PROGRAMA TALENTOS ESPORTIVOS SEEL

Percebe-se que, no Estado do Pará, existem políticas públicas importantes para o crescimento das pessoas, assim como, a inclusão e obtenção de conhecimentos básicos, os quais ajudam na evolução interna e externa de cada indivíduo. A Secretaria do Esporte e Lazer foi implementada com o intuito de investir nas políticas públicas no Pará, a mesma ressalta a importância de vivenciar o esporte de todas as formas respeitando a individualidade de cada ser, assim como, a sua idade, já que a faixa etária é de 07 aos 49 anos.

Os programas e projetos aparecem no Brasil com destaque no cenário das práticas educativas da década de 1990, tendo como objetivo promover o exercício da cidadania. São implementados e fomentados por entidades que se caracterizam como organizações não governamentais (ONG), entidades filantrópicas, associações comunitárias, fundações e outros. (BORGES, 2009)

Observa-se que investir no esporte, ultimamente, é contribuir na estimulação de oportunidades para crianças, jovem e adulta, as quais são de extrema importância, como: reconhecimento e valorização do espírito esportivo, ampla visão social e integração, restabelecimento e renovação.

Percebe-se que ao falar sobre mudanças, destacamos que muitos alunos vêm de uma realidade totalmente diferenciada da qual as pessoas de classe média ou alta não estão acostumadas a vivenciar, por exemplo, as crianças de regiões afetadas pela marginalização são culturalmente moldadas de outra forma e, muitas vezes, afastadas dos meios esportivos e pode-se afirmar que essa prática abrange a integração, a amizade, o coletivo e um ser crítico, com isso, muitos jovens são gratos pelo amparo esportivo do programa, pois ajudam, inclusive, no ambiente escolar e no familiar.

Sabe-se que o programa é dividido em núcleos e dependendo do local, tal esporte é aplicado, isto é, desenvolvendo uma melhor organização. As aulas e atividades são repassadas duas vezes na semana ou três e cada aula tem uma hora, comparando com alguns projetos é o horário inicial dos mesmos. O seguinte projeto na prática é composto por professor, técnico em gestão e o coordenador, cada um desses responsáveis precisam atuar da forma mais educativa e com mais responsabilidade.

Ademais, é válido ressaltar que o programa não cobra nenhuma taxa sequer, tudo é ofertado para dar o melhor às pessoas, uma vez que tanto as crianças quanto jovens e adultos são amparados e, esses cidadãos têm que contribuir apenas com o comprovante de residência, uma cópia do registro geral ou sua certidão de nascimento, junto com um exame médico e por último uma foto 3x4.

Convém mencionar, ainda, que muitos jovens possuem suas individualidades e seus dons, mas infelizmente não tem oportunidade de mostrá-los ao mundo. O Brasil destacou-se entre os países nas olimpíadas de 2020, a qual veio ao ar em 2021 por conta da pandemia, então se pode afirmar que os atletas obtiveram um bom resultado mostrando que todos são capazes não muito diferente do Estado do Pará, uma vez que ocorrem pelos

seus municípios diversas práticas de torneios esportivos e que se fossem investidos mais, iriam ter diversos atletas com seus talentos sendo valorizados.

O Pará tem um atleta com um grande nome chamado: Lucas Gomes de Souza Mazzo, de 27 anos e que nasceu em Belém, o mesmo participou da marcha atlética, ou seja, é importante ressaltar a importância dos atletas paraenses, por isso, é imprescindível investir nesse programa, pois é visível que apoiando e amparando todas essas pessoas, buscando verbas, investindo no “Talentos Esportivos” é provável que o Pará possa ter uma maior visibilidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto aos resultados, detectou-se nas pesquisas que os programas Bolsa Talento e Talentos Esportivos da Secretária de Estado e Esporte e Lazer são imprescindíveis para os atletas, técnicos, guias e a população em geral, da região metropolitana e do interior do estado. Esses programas trazem diversos benefícios para a população, sejam eles, físicos, psicológicos e sociais.

É notório que nos aspectos físicos esses programas são de suma importância quando relacionados à Educação Física. Além de ajudar no desenvolvimento motor, o qual está ligado ao ser humano independentemente da sua idade, uma vez que os indivíduos estão sempre em evolução. Ultimamente, a sociedade está muito conectada e dependente da tecnologia, deixando de lado a prática esportiva, o que resulta em várias doenças, menor qualidade de vida e maior taxa de mortalidade.

Ademais, é válido ressaltar os benefícios que o esporte traz para a área psicológica e social do indivíduo, pois quando as pessoas estão tristes e cheias de problemas, buscam a fuga na prática esportiva, já que realizando essas atividades o indivíduo está produzindo hormônios da felicidade e da alegria, ou seja, as pessoas podem ter várias dificuldades, mas ao estar em um ambiente inclusivo, respeitoso e interativo, estará abrindo vagas além de do conhecimento, mas para a melhoria na questão psico-social.

Adiante, percebe-se que o programa Bolsa Talento é um investimento tanto na vida de atletas, técnicos e guias, como do Estado, pois sucede prestígio social e reconhecimento nacional e internacional. Todavia, vale ressaltar as dificuldades enfrentadas pelos atletas, pois esse programa auxilia, mas não soluciona todos os problemas. Desse modo, os atletas sofrem com o atraso das bolsas, pelo baixo valor e pela dificuldade de permanecer recebendo o benefício, pois são muitos requisitos a serem

cumpridos. Assim, esses atletas necessitam conciliar trabalho, treinos e estudos, ocasionando baixo desempenho nos treinos.

5. CONCLUSÃO

Pela observação dos dados expostos, fica evidente que os projetos esportivos ofertados pela Secretaria do Estado de Esporte e Lazer (SEEL) deve ser mais valorizado e deve obter investimento com mais seriedade referente à parte das políticas públicas esportivas, pois é um programa imprescindível para a comunidade Paraense.

A Bolsa Talento busca dar oportunidade para a população paraense, a qual nunca teve a chance de competir ou mostrar seu esporte por falta de apoio financeiro e o Talentos Esportivos tem como foco a maior amplitude de pessoas que querem desenvolver seus talentos e descobrir novas maneiras de praticar o que gosta.

Diante disso, é fulcral que haja parceria entre o Governo Estadual e Municipal para ampliar os projetos sociais de políticas públicas com foco no SEEL ou aprimorá-lo e investir para que haja incentivos na área esportiva, trazendo novos alunos e amparando aqueles que já frequentam, assim, com esse apoio e junto às mídias para divulgar nas redes e nas áreas metropolitanas do município, sendo assim, existirá melhorias e aprimoramentos nos projetos Bolsa Talento e Talentos Esportivos no Pará.

6. REFERÊNCIAS

CANCIO, Bianca Brabo; SANTOS, Adnelson Araújo dos. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO PARÁ: um diagnóstico sobre o Programa Bolsa Talento. Disponível em: <<https://bibi3.files.wordpress.com/2016/03/cancio-bianca-brabo-polc3adticas-pc3bablicas-de-esporte-e-lazer-no-parc3a1-diagnosticos-sobre-o-programa-bolsa-talento-2016.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2021.

DE OLIVEIRA, Pedro Ferreira Alves et al. A importância do esporte como política pública no Brasil. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires. Novembro de 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/MaurilioDutra/publication/320811785_A_importancia_do_esporte_como_politica_publica_no_Brasil/links/59fb9f480f7e9b9968bac7e7/A-importancia-do-esporte-como-politica-publica-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

[Incentivados Pelo Bolsa Talento, Mesa-Tenistas Se Preparam Para Disputar A ‘Copa Brasil’](#). Secretária de Planejamento e Administração. 2021. Disponível

em:<<https://seplad.pa.gov.br/2021/07/07/incentivados-pelo-bolsa-talento-mesa-tenistas-se-preparam-para-disputar-a-copa-brasil/>>. Acesso em: 12 set. 2021.

JUNIOR, Adriano José Rossetto; BORIN, Marisa do Espírito Santo. Políticas públicas de esporte no Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos. **Revista Gestão Do Esporte**. 2017. Disponível em: <http://revistagestaodoesporte.com.br/pluginfile.php/491/mod_resource/content/2/4%20-%20Políticas%20publcas%20de%20esporte%20no%20Brasil%20e%20os%20nexos%20com%20os%20megaeventos%20esportivos.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

LINS, Raquel Guimarães. Atividade Física como objeto das políticas públicas. **Revista EF de Esportes**. 2007. Disponível: <<https://www.efdeportes.com/efd111/atividade-fisica-como-objeto-das-politicas-publicas.htm>>. Acesso em: 13 set. 2021

MATOS, Lucília da Silva; BAHIA, Mirleide Char. Política Pública, memória e diversidade nas práticas de esporte e lazer no Estado do Pará. **Paka Tatu**. 2019. E-book (204 p.). Disponível em: <<https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/810>>. Acesso em: 10 set. 2021.

MOREIRA, Fátima De Souza; DA SILVA, Luciano Pereira. A política de esporte no estado do Pará no período de 2012 a 2013. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 1-21, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/71682>>. Acesso em: 12 set. 2021.

PARÁ. Lei 7.119, de 31 de março de 2008. Cria o Programa Bolsa Talento e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Belém, 01 de abr. 2008. Disponível em:<http://www.seel.pa.gov.br/sites/default/files/lei_7.119_-_bolsa_talento_0.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.



Capítulo 8

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO GOVERNO FEDERAL: Uma Análise Dos Artigos (2019 A 2021) Da Revista Brasileira De Estudos Do Lazer

DOI: 10.29327/552573.1-8

Irena Marta da Silva Aragão
Ruth Ferreira Rodrigues da Silva



POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO GOVERNO FEDERAL: Uma Análise Dos Artigos (2019 A 2021) Da Revista Brasileira De Estudos Do Lazer

Irena Marta da Silva Aragão

irenamarta200@gmail.com

Ruth Ferreira Rodrigues da Silva

rutthyruchell2016@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse estudo é analisar os artigos da RBEL sobre políticas públicas de lazer, desenvolvida pelo Governo Federal. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, considerando projetos de lazer desenvolvidos pelo Governo Federal. Foi utilizado como base de pesquisa periódicos de educação física e site do governo federal. constatou-se, a existência de diversos projetos escritos no papel e registrados. Outro ponto são as barreiras no processo de desenvolvimento das políticas públicas de lazer, destacando o pouco investimento, a falta de participação do público alvo e um volume de projetos que nunca foram implementados.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Lazer.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, realizou uma análise com a temática, Políticas Públicas de Lazer do Governo Federal. Abordando, desde a elaboração de projetos à execução das políticas públicas de lazer em meio social. Robinson, Lopes da Silva e Patreze (2017) constataram que, para se obter bons resultados de legados sociais, há a necessidade de uma gestão adequada e políticas públicas que permitam o acesso aos espaços e equipamentos de esporte e lazer.

Nesta linha de raciocínio, elaborou-se, questões que norteiam este estudo:

- Quais os debates sobre políticas públicas de lazer de 2019 a 2021?
- Quais os objetivos das pesquisas, que abordam a temática referente a políticas públicas de lazer do Governo Federal, da revista brasileira de estudos de lazer no período de 2019 a 2021?

A temática dessa pesquisa, destaca que, a política pública de lazer é uma importante ferramenta, utilizada pelos entes públicos federais, para gerar e proteger os direitos das pessoas através de projetos, iniciativas ou escolhas, que abranjam aspectos

sociopolíticos, econômicos, sociais e culturais. É importante destacar que existem diferentes meios de Políticas Públicas, podendo assim, ser analisada de modo com que, estabeleça conhecimento. Existem então, as políticas de alocação, financiadas por orçamentos públicos. Existem, as políticas constitutivas, que estipulam como a sociedade participa de determinadas ações; e as políticas regulatórias que são básicas porque, criam e fazem cumprir regras que regem o interesse público da sociedade; e algumas políticas de redistribuição que podem ser utilizadas como ferramenta de distribuição de bens ou serviços em segmentos específicos do mercado.

As políticas públicas de lazer do Governo Federal numa sociedade, visam desenvolver projetos sociais que abranjam a sociedade no contexto geral. A quem compete a responsabilidade de elaborar, promover ou organiza-la? Analisando os diversos autores aqui estudados, que tratam do assunto, é perceptível que tal responsabilidade não esteja somente direcionado aos órgãos públicos federais, como também está direcionado, aos profissionais do lazer, empresas privadas e toda uma sociedade.

“Além disso, as barreiras impostas pelos preconceitos e pelas várias correntes ideológicas, verificadas no plano cultural, poderão ser relativizadas com mais facilidade, à medida que o lazer vá sendo convenientemente entendido em termos dos seus valores e funções” (MARCELLINO,2012, p.55).

Neste prisma, realizou-se uma análise do artigo da revista RBEL sobre (políticas públicas nos períodos de 2019 a 2021). Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da análise detalhada de artigos já publicados na literatura e artigos científicos divulgados no meio eletrônico.

O artigo final foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como: Pereira e Pereira da Silva (2021), Patrezes, Lopes da Silva e Uvinha (2019), Polo e Tavares (2019), Linhares, Ribeiro, Pedroso, do Carmo e Júnior (2019), Mayor, Bandeira, da Silva, Stoppa e Isayama (2020).

1. MATERIAIS E MÉTODOS

Aproveitando-se da definição de Triviños, esse estudo tem como abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 2009) Tratando-se dos seus meios, é uma pesquisa documental

indireta, pautada em análises bibliográfica de produção científica. (Marconi & Lakatos, 2005).

2. UNIVERSO E AMOSTRA

A plataforma de dados a qual foi escolhida, para adquirir o universo inicial tratou-se da Revista Brasileira de Estudo do Lazer-RBEL. Os termos pesquisados na primeira fase de estudos foram: “políticas de lazer”. Neste primeiro momento, todas as produções científicas que exibiam o termo no título, palavras-chave ou resumo foram selecionadas. Foram analisados estudos publicados nos anos de 2019, 2020 e 2021.

A busca resultou num total de 11 teses e dissertações de doutorado e mestrado (Revista Brasileira do Estudo do Lazer-RBEL). Destas amostras coletadas, foram eliminados trabalhos duplicados e publicações que não continham os critérios da análise de dados das publicações que antecedem ao ano de 2019. Com base nos critérios determinados destacam-se 9 teses e dissertações.

No decorrer do processo de seleção, foram verificados os títulos dos artigos, as sinopses dos estudos, com o intuito de analisar, quais estudos continham abordagens acerca das políticas públicas de lazer. Desta forma, a amostra ficou constituída de 11 documentos, dos quais foram retirados 9 artigos entre teses e dissertações, totalizando-se uma amostra final de 5 artigos, os quais foram analisados e extraídos dados da leitura e do seu resumo.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Foi feita uma análise de dados da temática proposta, cumprindo fases de pré-análise, descrição analítica e interpretação (TRIVIÑOS, 2009) As categorias estabelecidas para a pressuposição foram: o ano de publicação dos artigos científicos, os autores, o título da pesquisa, o objetivo, a metodologia e a conclusão. Verificou-se também, o conteúdo aplicado ao tema (políticas públicas de lazer).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa teve por base, uma análise científica, com um fator investigativo bastante presente na pesquisa. Foi feita a revisão bibliográfica dos artigos, no intuito de buscar fontes que levem ao conhecimento de políticas públicas de lazer, desenvolvidas

pelo Governo Federal, estabelecendo análises de estudos publicados nos anos de 2019 a 2021.

A fonte de dados analisados (Revista Brasileira do Estudo do Lazer-RBEL), teve o objetivo de organizar os artigos, teses e dissertações. Tendo como finalidade examinar e demonstrar, quais os projetos de políticas de lazer, estão sendo elaborados e executados pelo governo federal e o seu processo de desenvolvimento em meio a sociedade. Os documentos analisados, evidenciam a elaboração de políticas públicas e o seu alvo abrangente e idealizado foram: estudantes, mulheres e atletas.

Quadro I- Resumo dos estudos sobre políticas públicas.

Ano	Autores	Título	Objetivo	Método/Amostra	Conclusão
2021	Pereira, Pereira da Silva	Análise Das Políticas De Lazer E Esporte Nas Universidades Públicas Federais De Minas Gerais A Partir Dos Documentos Norteadores	Esta pesquisa, discutiu a importância das Universidades Públicas Federais da Minas Gerais na elaboração de políticas de lazer e de esporte nos campi. Por meio da pesquisa documental, de Plano Documental Institucional (PDI's) dos regulamentos e das normas conjuntas.	Através deste material de pesquisa as expressões, "lazer" e "Esporte", foram determinados estruturas em grupos de pesquisa, apontando o local destes, nos arquivos e a quais os discursos foram associados.	Somente quatro Universidades demonstraram entender de maneira ampla, contudo a parte associada de suas ações educativas em quanto direito constitucional que deve ser universalizado.
2019	Patreze, Lopes da Silva, Uvinha	Jogos Olímpicos 2016 E Políticas Públicas De Esporte E Lazer: Reflexões A Partir De Professores Universitários	A presente pesquisa, tem como objetivo verificar e constatar as argumentações de um grupo de uma classe de orientadores de Educação Física, sobre políticas públicas de esporte e lazer, levando em conta o sentido da execução dos Jogos Olímpicos.	Foi feito um estudo bibliográfico e de campo, no qual ocorreu como método a pesquisa semiestruturada. Foi realizada pesquisas com oito docentes de Educação Física que trabalham no ensino superior e na cidade do Rio de Janeiro.	Como conclusão, destaca-se que todos os docentes, relataram a carência de políticas públicas em ações referentes à Educação para o Lazer.
2019	Polo, Tavares	Políticas Públicas De Financiamento De Pesquisas: A Participação Das Mulheres No Âmbito Dos Estudos Do Lazer E Do Esporte	Esta pesquisa, visou apresentar o trabalho de mulheres em programas autorizados nos Editais Universal CNPq e Fapemig no campo no contexto de	Esse trabalho qualitativo, foi estruturado através de análise documental. Foram pesquisados trabalhos autorizados na	Com decorrência, 97 trabalhos são de composição masculina e 62 feminina de produção no total de dois campos (Esporte e Lazer). Com relação

			lazer e do esporte no espaço de 2010 a 2016.	chamada Universal com status deferido. Para a informação, foram pedidos bases no intervalo de 2010 a 2016, no espaço de Serviço de Informações ao Cidadão-(e-SIC) dos projetos, foram feitas, de maneira do filtro de gênero e com palavras chaves “Lazer” e “Esporte”, “Desporto; Esportiva (o)” o correu a aplicabilidade do desenvolvimento por duas análises, com fundamento.	aos trabalhos com termo “Lazer”, foram identificados 20 análises de pesquisadores, são oitenta análises aceitos, para homens com o tema “Esporte” e 42 aceitos, escritos por pesquisadoras.
2019	Linhares, Ribeiro, Pedroso, Gonçalo, do Carmo, Júnior	Análise Das Produções Sobre Formação E Capacitação Dos Agentes Públicos Que Compõem O Sistema Nacional De Esporte E Lazer (2009-2018)	Objetivou-se constatar nas elaborações de artigos científicos, teses e dissertações concretizadas no Brasil, quanto tem se formado o método de concepção contínua dos agentes que constituem o Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL), que agem nas políticas públicas.	Desta maneira, decidiu-se pelo uso do Estado do Conhecimento (EC), a basear-se dos seguintes fundamentos de pesquisa: Scielo, Scopus, Portal de Periódicos Capes e BDTD, no, no meio de um retalho temporal de 2009 a 2018, baseando-se das seguintes palavras-chave nos idiomas inglês e português: 1) habilitação and esporte and lazer; 2) desenvolvimento and agentes públicos and esporte and lazer.	Ao desempenhar a investigação, foram descobertas 175 produções, contudo, somente oito correspondem com o objeto indicado. Por consequente, as fontes arrecadadas foram avaliadas de caráter qualitativo, através de Apreciação Crítica. Foi constatado que o desenvolvimento contínuo dos agentes aconteceu por intermédio de programas governamentais.
2020	Mayor, Bandeira, da Silva, Stoppa, Isayama	Barreiras De Acesso Ao Lazer Das Mulheres Segundo Raça/Cor E Classe Social Nas Regiões Sudeste E Nordeste Do Brasil	Esta produção é um retalhe de uma análise mais extensa que visou averiguar o lazer da população brasileira a partir-se de três pontos básicos: o que o brasileiro faz em suas horas de lazer? O que adoraria fazer? E por que não executa?	Foram interrogados 2.400 indivíduos que convivem na jurisdição brasileira, bem-proporcionalmente distribuído em cinco macrorregiões do país, considerando todos os estados da	Como consequências totais da pesquisa observou-se que as barreiras de alcance ao lazer se faz especialmente à ausência de tempo e de dinheiro para os indivíduo experimentar o que gostaria. Designadamente

				federação e o Distrito Federal.	nesse texto, consideramos como estas barreiras se despontam em mulheres que convivem nas regiões sudeste e nordeste, assemelhando e cruzando os grupos cor/raça e camada social. Finalizamos que, além da ausência de tempo e de fundos financeiros serem mais registrados.
--	--	--	--	---------------------------------	---

Fonte: Autores

Pereira, Pereira da Silva (2021), realizou uma pesquisa, no intuito de demonstrar a importância da elaboração de políticas públicas de lazer, através de projetos elaborados nas universidades de Minas Gerais, visando o esporte e lazer, protocolando suas normas e regulamentos por meio de pesquisas documentais, que norteassem o desenvolvimento da pesquisa.

Patreze, Lopes da Silva, Uvinha (2019), desenvolveu-se, uma análise de políticas de lazer, observando um determinado grupo de professores e orientadores de Educação Física, avaliando o desempenho na orientação, e assim, analisa como está sendo elaborado os métodos desenvolvidos, para se obter um bom desempenho dos atletas, quanto aos jogos olímpicos.

Polo, Tavares (2019), teve como finalidade, apresentar projetos idealizados por mulheres, por meio da aprovação dos Editais Universal CNPq e Fapemig, financiando pesquisas no intuito de desenvolver projetos que estimulem as mesmas a participarem de projetos que incluam esporte e lazer.

Linhares, Ribeiro, Pedroso, do Carmo e Júnior (2018), o estudo objetivou-se em analisar, como é o processo de formação continuada para os agentes públicos que trabalham com o esporte e lazer, e para este estudo buscou-se em artigos científicos, teses e dissertações realizadas no Brasil.

Mayor, Bandeira, da Silva, Stoppa e Isayama (2020), o objetivo deste trabalho foi investigar o lazer da população brasileira analisando três questões: O que o brasileiro faz nos seus momentos de lazer? O que gostaria de fazer? E, porque não faz? Através dessas questões os autores buscaram respostas baseando-se no dia a dia do brasileiro.

Pereira, Pereira da Silva (2021), por intermédio desse material de pesquisa, as expressões “lazer” e “esporte” foram identificados na equipe, onde fez a pesquisa, identificando também a sua localização, no arquivo e nos conteúdos relacionados aos discursos.

Patreze, Lopes da Silva, Uvinha (2019), realizou-se, por meio desta, pesquisas bibliográficas e de campo, nas quais foram utilizadas, pesquisas semiestruturadas como método. O estudo foi realizado por oito professores de Educação Física que atuam no ensino superior e na cidade do Rio de Janeiro.

Polo, Tavares (2019), este estudo foi desenvolvido de forma qualitativa, sendo constituído por análise de arquivos. Procurou obras autorizadas com status atrasados em chamada geral. Para disponibilizar informações de 2010 a 2016, no espaço do serviço de informações ao cidadão (e-SIC) do projeto, foram desenvolvidos filtros de gênero e as palavras-chave “lazer” e “desporto; desportiva (a). Com base, a aplicabilidade foi analisada por duas vezes.

Linhares, Ribeiro, Pedroso, do Carmo e Júnior (2018), para a metodologia utilizou-se, do estado do conhecimento (EC), a partir das seguintes bases: scielo, scopus, Portal de periódicos capes e BDTB entre os anos de 2009 a 2018, seguindo as palavras chaves no idioma inglês português: 1) capacitação and esporte and lazer ;2) formação and agentes públicos and esporte and lazer.

Mayor, Bandeira, da Silva, Stoppa e Isayama (2020), diante da metodologia do artigo foram questionados 2.400 indivíduos que convivem no território brasileiro, divididos proporcionalmente em cinco macrorregiões do país, contemplando todos os estados da federação e o Distrito federal.

Pereira, Pereira da Silva (2020), observou-se, no entanto, que apenas quatro Universidades têm demonstrado amplo entendimento do direito constitucional de Universalizar partes relevantes de suas ações educacionais.

Patreze, Lopes da Silva, Uvinha (2019), observou-se, como conclusão da pesquisa, que a uma carência de políticas públicas, relatada pelos estudantes, nos quais se referem à Educação para o Lazer.

Polo, Tavares (2019), apresentou-se, como resultado, num total de dois campos (desporto e lazer), 97 trabalhos são masculinos e 62 femininos. Para os trabalhos com as palavras “lazer”, os pesquisadores identificaram em 20 análises, oitenta das quais

aceitaram a análise masculina com o tema “exercício”, e 42 foram aceites e escritas pelos pesquisadores.

Linhares, Ribeiro, Pedroso, do Carmo e Júnior (2018), ao buscar os resultados, foram encontradas 175 produções, mas apenas oito delas coincidiram com o objetivo da pesquisa. Dessa forma as fontes colhidas foram analisadas de modo qualitativo, através de uma análise crítica. Por fim foi identificado que a formação continuada desses agentes ocorre através de programas governamentais, porém quando a carência desses programas em municípios ocorre, ocasiona a falta de políticas de formação adequada para os agentes, trazendo a ausência de institucionalismo da mesma.

Mayor, Bandeira, da Silva, Stoppa e Isayama (2020), como resultados da pesquisa, identificou-se que as barreiras de acesso ao lazer se mantêm, pois, á uma falta de tempo e dinheiro para que as pessoas possam vivenciar o que gostaria. Especificamente no texto empenhou-se em analisar como estas barreiras se manifestam em mulheres que vivem nas regiões sudeste e nordeste comparado com o cruzamento das categorias, cor/raça e classe social, a investigação concluiu que mesmo com a falta de tempo e dinheiro serem citadas como impedimento ao lazer por mulheres e homens as limitações são maiores para as mulheres nordestinas de classe baixa, principalmente para brasileiras pretas nas duas regiões.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto que, ainda a muitas barreiras no decorrer do processo de formação e execução de políticas públicas de lazer desenvolvidas pelo Governo Federal devido à falta de investimento e a participação do público alvo. No entanto, numa esfera global, as políticas públicas de lazer são extremamente importantes para a sociedade. É válido destacar que, as políticas públicas de lazer, promovem o progresso social, cultural e econômico, visto que, influenciam diretamente na vida cotidiana de toda uma sociedade, promovendo o desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida.

6. REFERÊNCIAS

LINHARES, Wendell Luiz; RIBEIRO, Paulo Sérgio; PEDROSO, Bruno; DO CARMO, Gonçalo Cassins Moreira; JÚNIOR, Miguel Archanjo de Freitas. Análise das produções

sobre formação e capacitação dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de esporte e lazer (2009-2018). **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, n.3, p.1-22, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/16380/17634> . Acesso em: 25 Ago. 2021.

LOPES DA SILVA, C.; ROBINSON, T. M.; WALKER, M, B.; GARNET, R.; SILVA, W. M.; PATREZE, N. S. 2016 Olympic Games: social impacts for public parks goers. Rev. CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 9, n. 2, p. 1-10, 2017.

MARCELLINO, N. C. (org.). Estudos do lazer: uma introdução. 5. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação Física e esportes).

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; BANDEIRA, Marília Martins; DA SILVA, Igor Maciel; STOPPA, Edmur Antônio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Barreiras de acesso ao lazer das mulheres segundo raça/cor e classe social nas regiões sudeste e nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v.7, n.2, p.1-22, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/24235/20127> . Acesso em: 25 Ago. 2021.

PATREZE, Nathalia Sara; DA SILVA, Cinthia Lopes; UVINHA, Ricardo Ricci. Jogos olímpicos 2016 e políticas públicas de esporte e lazer: reflexões a partir de professores universitários. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, n.3, p.57-77, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/19162/17603>. Acesso em: 25 Ago. 2021.

PEREIRA, Brisa de Assis; DA SILVA, Luciano Pereira. Análise das políticas de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais a partir dos documentos norteadores. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v.8, n.1, p.67-87, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/27007/26836> . Acesso em: 25 Ago. 2021.

POLO, Maria Clara Elias; TAVARES Giselle Helena. Políticas públicas de financiamento de pesquisas: a participação das mulheres no âmbito dos estudos do lazer e do esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, n.2, p.56-71, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/16137/16719> . Acesso em: 25 Ago. 2021.

Capítulo 9

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE COM FOCO NO PROJETO AGITA SÃO PAULO - Uma revisão de literatura

DOI: 10.29327/552573.1-9

Guilherme Diniz Barboza
Tamires Sofia Cunha de Melo

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE COM FOCO NO PROJETO AGITA SÃO PAULO – Uma revisão de literatura

Guilherme Diniz Barboza

guilherme.barboza@aluno.uepa.br

Tamires Sofia Cunha de Melo

tamires.melo@aluno.uepa.br

RESUMO

O vigente estudo pondera sobre “Políticas Públicas de atividade física e saúde com foco no projeto agita São Paulo”, destacando o processo histórico de construção, apontando deste modo, abordagens que enfatizam a importância da atividade física para a sociedade e Atividade física na terceira idade. Objetiva, assim, realizar uma revisão das editorações das políticas públicas acerca dos descritores “atividade física” e “saúde”. Uma pesquisa qualitativa bibliográfica foi desempenhada, utilizando artigos, dissertações em plataformas de dados no período de 2002 a 2020. Após a seleção e filtragem dos artigos foram selecionados 13 periódicos, sendo 10 artigos, 1 jornal e 2 dissertações, levando a resultados que evidenciam os benefícios aos indivíduos que adotaram a prática de atividades físicas, prevenindo assim doenças e melhorando a qualidade de vida. Sabe-se que a ampliação de tais políticas ao público mais carente, permitirá grande melhora tanto em relação a saúde física, quanto mental. Assim, este estudo vem destacar os inúmeros benefícios a vitalidade, buscando atingir todos os públicos. Portanto, pesquisas e estratégias devem ser realizadas nesse contexto de desafios e impasses, para tentar chegar a índices melhores na sensatez com a saúde por meio da atividade física e suas compreensões.

Palavras-chave: Atividade física; Saúde; Políticas Públicas; Agita São Paulo;

ABSTRACT

The current study considers "Public Policies on physical activity and health with a focus on the project shakes São Paulo", highlighting the historical construction process, thus pointing to approaches that emphasize the importance of physical activity for society and Physical activity in the elderly. It aims, therefore, to carry out a review of the publishing of public policies about the descriptors “physical activity” and “health”. A qualitative bibliographic research was performed, using articles, dissertations in data platforms from 2002 to 2020. After selecting and filtering the articles, 13 journals were selected, being 10 articles, 1 journal and 2 dissertations, leading to results that show the beneficial to individuals who have adopted the practice of physical activities, thus preventing diseases and improving their quality of life. It is known that the expansion of such policies to the poorest public will allow for great improvement both in terms of physical and mental health. Thus, this study highlights the numerous benefits of vitality, seeking to reach all audiences. Therefore, research and strategies must be carried out in this context of challenges and impasses, to try to reach better rates in terms of health awareness through physical activity and its understandings.

Keywords: Physical activity; Health; Public policy; Stirs St. Paul;

1. INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que as políticas públicas nos estados brasileiros voltadas para a área da atividade física e saúde da população são extremamente importantes, por tanto este artigo abordará a história das políticas públicas voltadas para a atividade física e seus benefícios com o cuidado da saúde, apresentando o projeto “Agita São Paulo” voltado não só para o estado de São Paulo, mas para todo o país.

Nesse ponto de vista, foram incrementadas questões que são primordiais para esse estudo:

- Quais benefícios que as políticas públicas de atividade física e promoção da saúde podem proporcionar ao público idoso a partir da sua prática?
- Qual o objetivo do projeto “Agita São Paulo” para a população dos estados brasileiros?

As políticas de promoção de saúde visam amenizar os problemas detectado ao longo do tempo devido os processos de urbanização, além de outros como ambientais, culturais, sociais e econômicos. Essas transformações elevam os índices de pobreza e doenças causado agravantes para a saúde, provocando assim um afastamento dos indivíduos de seus postos de trabalho. Com isso revela-se a importância das políticas públicas de saúde somada com a conscientização da população na prevenção e combate de tais mazelas.

Sabe-se que o envelhecimento é um fenômeno natural dentre as espécies, acompanhada da perda da capacidade na realização de atividades ao longo da vida, devido a isso, elevado a importância da prática de atividades físicas por apresentar em resultados positivos quando realizados. Segundo Barros e Júnior (2005), "a prática de atividade física também promove a melhora da composição corporal, a diminuição de dores articulares, o aumento da densidade mineral óssea, a melhora da utilização de glicose, a melhora do perfil lipídico, o aumento da capacidade aeróbia, a melhora de força e de flexibilidade, a diminuição da resistência vascular".

O projeto “Agita São Paulo” vem com o objetivo promover saúde combatendo doenças cardiovasculares na população não só do estado de São Paulo, mas de todo o Brasil, com meta de 30 minutos de atividade física por dia, e sem a finalidade de lucro, pois como tem o apoio do estado e de várias outras instituições privadas, ele é considerado uma política pública de atividade física e saúde, oportunizando uma melhor qualidade de vida para os cidadãos de todo o país.

Nessa conjuntura, o desígnio primigênio dessa temática, por conseguinte é averiguar as produções científicas sobre políticas de atividade física e saúde nos estados brasileiros. Onde obteve, sua base na investigação minuciosa de materiais já expressidos e artigos científicos manifestados em meio eletrônico.

Por tanto, essa pesquisa é de cunho bibliográfico, de acordo com SOUSA *et al.*

É primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados. (SOUSA, *et al.* 2021)

O texto final foi avaliado em idealizações e conceitos de autores como: Matsudo, Sandra, *et al.* (2008), Souza, Celina (2002), Spohr, Carla, *et al.* (2014), Ferreira, *et al.* (2011), Barros, Montenegro (2005), Moretti, Andrezza C., *et al.* (2009), Noronha, Maria Glícia Rocha da Costa, *et al.* (2009), Assis, Mandú (2010), Beresford *et al.* (2003), *Senado Federal* (2003), Fernandes, Carlos Alexandre Molena, *et al.* (2005).

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas surgiram nos EUA, tendo como foco as ações dos governos perante a sociedade, diferentemente das políticas públicas da Europa que observavam somente o estado e suas instituições deixando de lado a necessidade dos indivíduos de caráter nacional, que somente os governos obtinham essa missão social com a população. Perante isso, os EUA acabaram influenciando os outros países diante da explicativa que a interdisciplinaridade e intersetorialidade são de grande importância para o entendimento do conceito das políticas públicas no mundo, a partir disso foi sendo considerada uma subárea da ciência política no acervo acadêmico, colocando o seu destaque nos estudos governamentais. Onde o seu início se deu na guerra fria, introduzida para ajudar nas decisões governamentais e na divisão tecnocrática como maneira de enfrentamento dos seus impactos sociais.

Tendo como primeiro estudo as instituições, que de acordo com Madison eram extremamente essenciais para pôr um limite no autoritarismo que é de natureza do próprio

ser humano. O segundo estudo foi seguindo o legado de Paine e Tocqueville, que valorizavam os municípios pois era desde ali que se promovia a paz para um bom governo. Por fim, a área das ciências políticas que moldavam os governos e suas decisões, orientando a entender as questões da sociedade e o porquê de assentar determinadas ações.

A área da política pública conta com os conceitos de “4 fundadores”, sendo eles:

H. Laswell (1936)	Enfatiza nos anos 30 a investigação da política pública como maneira de combinar o saber científico/acadêmico como forma experimental do governo, estabelecendo uma conexão com a ciência social e os seus governantes.
H. Simon (1957)	Demonstra o conceito da razão restringida das decisões populares, pois são repassadas de formas restritas e insuficientes, por isso existe um conjunto de regras, para que o governo não busque só satisfazer seus próprios interesses.
C. Lindblom (1959)	Questiona o conceito dos autores Laswell e Simon, cogitando outras impermanentes análises da política pública, visando as relações de poder nas decisões, como o papel da escolha de seus governantes, dos tramites administrativos divididos em grupos ou partidos de interesse do público.
D. Easton (1965)	Coopera com a área da política pública, visando a mesma como um sistema, pois tem-se primeiramente a elaboração, apuração e o âmbito, pois a economia recebida os influencia nos

resultados e em suas ações perante a sociedade.

Mas afinal, o que é política pública? Não há uma definição certa e nem melhor do que a outra, porém obtém-se variações entre os fundadores dessa área, de diferentes autores, tais como de Mead (1985) que observa como um âmbito incluso no ensinamento da ciência que examina a regência na concepção dos problemas da sociedade. Lynn (1980) estabelece um grupo próprio de atitudes do governo que irão gerar resultados típicos. Peters (1986) defende a mesma linha de raciocínio, onde conceitua a política pública como uma soma de todas as ações da regência agindo através de um grupo de comissão para influenciar a vida dos cidadãos. Já Dye (1984) resume a definição como escolha do próprio governo, pois ele tem o poder de agir ou não agir. Convém se mencionar o questionamento que é abordado para saber distinguir a significação, Laswell destaca as indagações “quem é que ganha? O porquê de tal ação? Qual o efeito causado?”, são charadas para saber afinal a resposta para a grande pergunta “o que é política pública?”. Ao analisar a visão de distintos autores, chegasse a conclusão de que as políticas públicas implicam nas ações do governo diante das problemáticas sociais e consequentemente os efeitos causados perante os indivíduos, mas para que isso ocorra, é constante o processo de aprendizado na construção de uma consciência coletiva para a identificação das dificuldades apresentadas na sociedade em geral.

Existe variadas áreas das políticas públicas, porém esse artigo destaca as de atividade física e saúde, onde exerce um papel primordial dentro da sociedade.

3. A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A SOCIEDADE

Apesar do aumento considerável na prática de atividade física da população brasileira que segundo o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, foi de 30,1% no ano de 2019, superando os 22,7% no ano de 2013, a população necessita de mais empenho e ações governamentais para que esse percentual possa melhorar ainda mais. Nas últimas décadas o processo de urbanização tem aumentado, pois segundo Gohn (2003), “mais de um terço da população reside nas metrópoles do país”. Com isso mais impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais são gerados.

“Os problemas de saúde característicos desse tempo histórico são: estresse, drogadição, desnutrição tanto qualitativa quanto quantitativa, inatividade

física, excesso de lixo, esgoto, falta de água, poluição atmosférica, sonora, visual, diminuição das áreas verde e ocupação desordenada, que resultam em demandas sócias, políticas e institucionais”. (MORETTI ET AL., 2009)

Um dado de grande relevância apresentado pela Secretaria Municipal de São Paulo é de que as doenças de agravo não transmissíveis (DANT), representam 76% da taxa de mortalidade geral, evidencia-se também, a pouca assistência prestada a saúde pública, já que gigantesca é a demanda solicitada em relação doenças crônicas, sendo que o modelo de atendimento está mais direcionado as condições consideradas agudas.

A promoção da saúde, entendida como uma das estratégias de produção social de saúde, deve estar articulada e permear políticas públicas e tecnologias a serem implantadas e pressupõe a interação entre o setor sanitário e os demais setores da sociedade, entre o indivíduo e seu meio, produzindo uma rede de corresponsabilidade pelo bem-estar global. (MORETTI ET AL., 2009)

Buscando promover políticas de promoção de saúde, no ano de 2004 a Organização Mundial de Saúde (ONU), elaborou a Estratégia Global para Alimentação, Atividade Física e Saúde, com a missão de agir de modo preventivo ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis no mundo.

Para a construção destas políticas é necessária uma profunda reflexão tendo como ponto de partida os meios que causam o processo de adoecimento, associando assim, com a visão de diversos atores para construção de respostas a situação da saúde. Segundo Buss (2002), “A situação de saúde de cada grupo de população, em particular, articula-se estreitamente com suas condições de vida e com os processos que as reproduzem ou transformam”.

3.1 Atividade física na terceira idade

O envelhecimento é algo comum dentre todas as espécies de seres vivos, que acontece por meio de várias vareáveis como por exemplo fatores genéticos, estilo de vida, além de fatores psicoemocionais. Uma característica latente é a perda de capacidade física ao prolongar da idade, ressaltando que em cada indivíduo, o processo acontece de maneira singular.

O estatuto do idoso, promulgado na Constituição de 1988, é assegurado as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), o público com 60 anos ou mais no País condiz a 8,6% da população total (cerca de 14 milhões, dados do Censo de 2000).

Segundo informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), projetava-se o quantitativo de 390 milhões de pessoas acima de 65, isso no ano de 1988, contudo, com previsão de crescimento para que no ano de 2025 a população idosa fosse duas vezes maior se comparada ao do ano de 1988.

Segundo KALACHE, A. et al “O que era no passado privilégio de alguns poucos passou a ser uma experiência de um número crescente de pessoas em todo o mundo. Envelhecer no final deste século já não é proeza reservada a uma pequena parcela da população”.

Franchi e Junior (2005), se referem ao banhar, trocar de roupa, amarrar o sapato, abrir a porta como Atividades da Vida Diária (AVD), e outras mais complexas como cozinhar, dirigir, ir ao supermercado como Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD). Explicam a respeito da importância da atividade física para os idosos, onde também destacam que a proteção da capacidade funcional é melhorada, pois esses programas de atividade, promovem benfeitorias qualitativas a saúde dos adeptos, tais como, aumento da presteza na realização da ocupação e adoção de medidas de segurança para efetuar a tal ação.

Dessa maneira, idoso que praticam atividades físicas e seguem uma alimentação saudável se previnem de doenças como por exemplo a Diabetes mellitus.

FERNANDES et al. (2005), “Inúmeras evidências científicas demonstram que o controle de peso e o aumento da atividade física diminuem a resistência à insulina, diminuindo as chances de se desenvolver o Diabetes mellitus, faz-se necessário que estratégias políticas e iniciativas multi-setoriais criem ambientes que estimulem e ajudem as pessoas a serem fisicamente ativas”.

4. PROJETO AGITA SÃO PAULO

Um programa ao qual pode ser citado é o “Agita São Paulo”, criado em dezembro de 1996, direcionado a população com objetivo de promover saúde através de atividades físicas para os cidadãos. No qual, tem sua pretensão de aumento da consciência da população sobre um hábito de vida mais saudável e ativa incluso dentro do estado de São Paulo, que vem com a dialética que as pessoas necessitam da prática de atividade física

pelo menos 30 minutos por dia durante a semana com potência equilibrada, combatendo a obesidade e doenças cardiovasculares que matam milhares de pessoas ao ano.

5. RESULTADOS

Sendo um trabalho científico alcançado por meio da pesquisa de revisão bibliográfica diante dos descritores sobre políticas públicas de atividade física e saúde destacando o Projeto agita São Paulo será exposta na tabela I abaixo.

Os dois trabalhos selecionados se comparam quanto à temática “Projeto agita São Paulo”, “prática de atividade física” e “promoção de saúde” sendo apresentados, consistindo em dois trabalhos sobre a vivência e participação da população nas atividades físicas, afim de uma melhor qualidade de vida.

Tabela I:

<u>AUTORES</u>	<u>TÍTULO DA PESQUISA</u>	<u>ANO</u>	<u>OBJETIVOS DA PESQUISA</u>	<u>METODOLOGIA</u>	<u>CONCLUSÃO</u>
Marcos Santos Ferreira; Luis David Castiel; Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso	Atividade física na perspectiva da Nova Promoção da Saúde: contradições de um programa institucional	<u>2009</u>	Neste artigo, discute-se como a ambiguidade e da Promoção da Saúde se manifesta em um programa institucional de promoção da atividade física	Em um primeiro momento, são apresentadas diferentes abordagens de Promoção da Saúde como expressão dessa ambiguidade. Em seguida, após breve discussão sobre a manifestação dessa ambiguidade no cotidiano midiático, analisa-se o	Conclui-se que, apesar de manter-se à sombra da Nova Promoção da Saúde, o Agita São Paulo funda-se na abordagem comportamentalista/conservadora de Promoção da Saúde, uma vez que demoniza o

				<p>programa Agita São Paulo, apontado pela Organização Mundial da Saúde como exemplo de iniciativa de Promoção da Saúde</p>	<p>sedentarismo, culpabiliza seus adeptos e apoia suas estratégias em mudanças de comportamentais individuais como meio de redução do risco epidemiológico, independente dos condicionantes sociais, econômicos e culturais</p>
<p>Sandra Matsudo; Victor Matsudo; Timóteo Araujo; Douglas Andrade; Luis Oliveira; Mauricio Santos E Leonardo Silva</p>	<p>Do Diagnóstico À Ação: A Experiência Do Programa Agita São Paulo Na Promoção Do Estilo De Vida Ativo</p>	<p><u>2009</u></p>	<p>O Programa “Agita São Paulo” aplica uma abordagem multi-nível de intervenção para a promoção da física atividade entre os</p>	<p>Programa Agita São Paulo, pode ter contribuído para o seu crescimento, incluindo: uma abordagem multi-setorial, ampla utilização de parcerias, base científica para todas as atividades, a extensa cobertura de mídia não paga</p>	<p>Essas características ajudaram a tornar o Programa Agita São Paulo um modelo que poderia ser utilizado em outros países como uma forma eficaz de promover a</p>

		<p>40 milhões de habitantes do estado de São Paulo, Brasil. Desde seu lançamento em 1996, o programa tem sido amplamente utilizado como exemplo em todo o Brasil e em outros países da América Latina, e a Organização Mundial da Saúde tem caracterizado-o como um modelo para outros países em desenvolvimento</p>	<p>que o Programa tem recebido numa abordagem de “dois chapéus”, utilizando métodos que permitem promover atividade física tanto em setores governamentais como não-governamentais em função das circunstâncias culturais (utilizando a cultura local para disseminar a mensagem do programa) incentivando atividades que são agradáveis e simples</p>	<p>saúde através da atividade física.</p>
--	--	--	--	---

Os resultados detectados nas pesquisas, ressalta-se que o foco do projeto agita São Paulo é aplicar maneiras de promoção de saúde para as pessoas do estado de São Paulo através da prática de atividade física, abominando o sedentarismo que consequentemente atrai outras doenças, onde se destaca todo um processo de inclusão com a população, com ajuda de conhecedores da área com bases científicas para realização do trabalho.

Matsudo, et al. (2009), tendo seu início no ano de 1996, o programa vem sendo abrangente colocado em prática não apenas no Brasil, assim como em países da América Latina, e a OMS vem fixando este projeto como modelo aos países que se encontram em desenvolvimento. O agita São Paulo instiga seus praticantes a acolherem a tendência de vida ativa, dedicando ao longo de um dia, 30 minutos para a prática de atividade física, chegando assim a praticar na maior parte dos dias da semana. Ferreira, Castiel e Cardoso (2009), discutem no artigo como a indecisão sobre a promoção de saúde é apresentada no programa institucional que tem por meta impulsionar a população para que pratiquem atividade física.

Dessa maneira, os objetivos abordaram a importância da prática de atividade física no estado de São Paulo, com a finalidade de promover saúde e uma melhor qualidade de vida da população do estado.

Para isso, Matsudo, et al. (2009) preferiu utilizar a metodologia descritiva onde recolheu dados históricos para a obtenção de dados, com o cunho bibliográfico pois foi necessário a junção de variados estudos. Ferreira, Castiel e Cardoso (2009) usou uma abordagem de cunho bibliográfico, pois foi feita uma averiguação minuciosa nos trabalhos já expressos sobre o projeto agita São Paulo, com uma narrativa descritiva como método.

Observou-se que, dentre as metodologias utilizadas pelos artigos estudados, sobressaiu-se a pesquisa descritiva e para a obtenção de dados a revisão de literatura, que foi primordial para a obter os resultados apresentados.

Através da pesquisa feita por Matsudo et al. (2009) e Ferreira, Castiel e Cardoso (2009) constatou o grande impacto que o projeto agita São Paulo deixa perante a sociedade, mostrando a importância de implementação de ementas que destacam a prática de atividade física como políticas públicas, apoiando as mudanças comportamentais dos indivíduos, tirando os mesmos do comodismo e apresentando uma prática mais saudável a ser praticada no dia a dia.

6. CONCLUSÃO

Diante dos argumentos supracitados, é evidente que a política pública exerce um papel primordial, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade, pois a mesma tem o intuito de proporcionar a solução das problemáticas através de projetos criados pelo governo. Mas nota-se o pouco conhecimento da população em relação a essa ciência, fazendo com que haja uma falta de participação na luta pelos seus direitos de educação, saúde, lazer e entre outros.

Em outra visão, é apresentada a atividade física como maneira de promover saúde para a população. No entanto, os projetos encontrados são mais voltados para as pessoas da terceira idade que são elas as mais propícias a adquirir problemas como a obesidade, doenças cardíacas e nas articulações, por isso a grande importância da prática de alguma atividade física.

Trazendo assim, o projeto agita São Paulo que vem com a intenção de promoção de saúde e conscientização da população proporcionando um melhor qualidade de vida, com o apoio do governo e de intuições parceiras, tornando o projeto uma referência para ser utilizada em outros países, sendo eficaz na promoção de saúde com mudanças comportamentais do indivíduo, adequando a prática de tarefas do dia a dia como forma de exercício, condenando o sedentarismo, amentando a procura pelo bem estar social e de uma vida mais saudável e ativa.

7. REFERÊNCIAS

Fernandes, Carlos Alexandre Molena, et al. "A importância da associação de dieta e de atividade física na prevenção e controle do Diabetes mellitus tipo 2." *Acta Scientiarum. Health Sciences* 27.2 (2005): 195-205.

Federal, Senado. "Estatuto do idoso." *Brasília (DF): Senado Federal* (2003).

CODEA, ALBT, JSMT CODEA, and Heron Beresford. "Um referencial Epistemológico sobre a possibilidade de intervenção do Profissional de Educação Física nos Níveis Primário, Secundário e Terciário de Prevenção da Saúde, nos aspectos relacionados com Doenças Cardiovasculares." *Revista Fitness e Performance Jornal, Rio de Janeiro* 2.1 (2003): 5864.

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/11/18/ibge-quase-um-terco-dos-brasileiros-praticam-atividade-fisica-como-lazer.ghtml>

Freitas, Maria de Lourdes de Assis, and Edir Nei Teixeira Mandú. "Promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: análise de políticas de saúde brasileiras." *Acta Paulista de Enfermagem* 23 (2010): 200-205.

Noronha, Maria Glícia Rocha da Costa, et al. "Resiliência: nova perspectiva na promoção da saúde da família?" *Ciência & Saúde Coletiva* 14 (2009): 497-506.

Moretti, Andrezza C., et al. "Práticas corporais/atividade física e políticas públicas de promoção da saúde." *Saúde e Sociedade* 18 (2009): 346-354.

Franchi, Kristiane Mesquita Barros, and Renan Magalhães Montenegro. "Atividade física: uma necessidade para a boa saúde na terceira idade." *Revista Brasileira em Promoção da Saúde* 18.3 (2005): 152-156.

Ferreira, Marcos Santos, Luis David Castiel, and Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso. "Atividade física na perspectiva da Nova Promoção da Saúde: contradições de um programa institucional." *Ciência & Saúde Coletiva* 16 (2011): 865-872.

Spohr, Carla, et al. "Atividade física e saúde na Educação Física escolar: efetividade de um ano do projeto "Educação Física+?"." *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde* 19.3 (2014): 300-300.

Souza, Celina. "Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas." *Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo* (2002).

Matsudo, Sandra, et al. "Do diagnóstico à ação: a experiência do Programa Agita São Paulo na promoção do estilo de vida ativo." *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde* 13.3 (2008): 178-184.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda; VERAS, Renato. Saúde pública e envelhecimento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 3, p. 700-701, 2003.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, p. 219-230, 2000.

FINKELMAN, Jacobo. *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Editora Fiocruz, 2002.

JÚNIOR, Aylton Paulus; JÚNIOR, Luiz Cordoní. Políticas públicas de saúde no Brasil. *Espaço para a Saúde*. Londrina, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2006.

MANGUEIRA, Suzana de Oliveira et al. Promoção da saúde e políticas públicas do álcool no Brasil: revisão integrativa da literatura. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, p. 157-168, 2015.



Capítulo 10

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

DOI: 10.29327/552573.1-10

Cairo Ferreira Coelho
Matheus Costa Nascimento



PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Cairo Ferreira Coelho

cairoferreira08@gmail.com

Matheus Costa Nascimento

matheus.cnascimento@aluno.uepa.br

RESUMO

Levando em consideração às políticas públicas em ação na sociedade moderna, este estudo tem o intuito de mostrar as discussões mais atuais referentes ao Programa Segundo Tempo, analisando e discernindo as mais variadas opiniões e os relatos de experiências que envolvem o projeto. Para tanto, utilizou-se como método, o estudo bibliográfico de teses e dissertações já publicadas no período de 2015 a 2021 fazendo uso da palavra chave “Programa Segundo Tempo”, no Banco de Dados de Teses e Dissertações, sendo utilizado para as discussões, um total de oito estudos. Os resultados encontrados, divergem-se entre si, pois obteve-se resultados “positivos” e “negativos”, os quais incluem a aceitação do programa pela população, a sua efetividade e suas bases metodológicas. Conclui-se que o projeto foi abraçado pela comunidade e que deve continuar em execução, no entanto, suas bases devem ser revistas, pois não atendem de maneira geral, as expectativas da sociedade atual, o que acaba dificultando a adesão e o desenvolvimento da comunidade participante em geral.

Palavras-chave: Programa Segundo Tempo, Política Pública.

ABSTRACT

Taking into account the public policies in action in modern society, this study aims to show the most current discussions regarding the Programa Segundo Tempo, analyzing and discerning the most varied opinions and reports of experiences that involve the project. For this purpose, the bibliographic study of theses and dissertations already published in the period from 2015 to 2021 was used as a method, using the keyword “Programa Segundo Tempo” in the Database of Theses and Dissertations, being used for the discussions, a total of eight studies. The results found differ from each other, as “positive” and “negative” results were obtained, which include the acceptance of the program by the population, its effectiveness and its methodological bases. It is concluded that the project was embraced by the community and that it should continue to be carried out, however, its bases must be revised, as it does not generally meet the expectations of today's society, which ends up hindering the adhesion and development of the community participant in general.

Palavras-chave: Second Half Program, Public Policy.

1. INTRODUÇÃO

O estudo em questão possui como tema o Programa Segundo Tempo (PST), com objetivo de realizar uma análise das discussões existentes no que se refere ao Programa Segundo Tempo entre o período de 2015 a 2021. Com a finalidade de atender os objetivos

referidos, utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica, tendo em vista que essa metodologia permite a análise de estudos já publicados tanto em revistas quanto em plataformas de pesquisa. Neste caso, utilizou-se a base de dados conhecida como Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O PST é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, o qual visa oferecer atividades de múltiplas vivências esportivas para estudantes de diversas faixas etárias, no contraturno escolar. O programa é dividido em três vertentes: Padrão – crianças e adolescentes de 6 a 17 anos; para desporto – pessoas com deficiência a partir de 6 anos de idade; e universitário – discentes de universidades. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2019.)

Este Programa atende jovens com idades entre 6 a 17 anos, prioritariamente de áreas de vulnerabilidade social e matriculadas na rede pública de ensino. A iniciativa oferece práticas esportivas orientadas por profissionais qualificados e material didático adequado. Cada beneficiado pode praticar até duas modalidades coletivas e uma individual no contraturno escolar, num total de até 6h por semana. Para a realização das atividades, são firmadas parcerias com governos estaduais e municipais por meio de editais e emendas parlamentares. São atendidos entre 70 a 100 alunos por núcleo, numa média de 35 alunos por 20 turmas. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019.)

As práticas corporais oferecidas nos núcleos devem ter caráter educacional e objetivar o estímulo ao desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, de forma a favorecer a tomada de consciência de seu corpo, explorar seus limites, valorizar as suas potencialidades, trabalhar o espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019.)

O núcleo pode ser estabelecido em escolas ou em espaços comunitários (públicos ou privados). As atividades são desenvolvidas no contra turno escolar e os espaços físicos devem ser adequados às práticas corporais descritas na Proposta de Trabalho. No Programa Segundo Tempo, a quantidade de beneficiados atendidos por núcleo é estabelecida de acordo com a especificidade de cada vertente, e, especificamente no PST Padrão, cada núcleo deve atender 100 beneficiados, organizados em 3 (três) turmas com 35 alunos, no máximo. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019.)

O estudo tem como objetivo geral, analisar as discussões referentes ao PST, no período de 2015 a 2021. E como objetivos específicos, identificar as prerrogativas que

uma política pública enfrenta em sua aplicação, levando em consideração a sua adequação, abrangência e suas metodologias, além de destacar os pontos negativos e positivos que o programa obteve neste período de aplicação.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Essa investigação pode ser considerada um estudo de revisão bibliográfica. Dessa forma possui uma abordagem qualitativa com um nível de pesquisa descritivo exploratório. Para a obtenção do universo inicial, foi utilizado a base de dados conhecida como Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A palavra usada para pesquisa foi: “Programa Segundo Tempo”. Inicialmente, todos os artigos que continham em seus títulos e palavras-chave foram selecionados. Os estudos escolhidos não possuíam restritamente data ou qualquer outro tipo de restrição.

A busca obteve como resposta um número elevado de estudos, entre teses e dissertações. Após essa pesquisa, ocorreu uma restrição de data de 2015 até 2021, além disso, houve a leitura dos resumos para identificar quais estudos se adequavam a temática escolhida e o objetivo proposto, e apenas 08 atendiam as expectativas criadas acerca do estudo em questão.

Foi efetuada análise de conteúdo seguindo as etapas de pré-análise, descrição analítica e interpretação (TRIVIÑOS, 2009). As categorias determinadas a princípio foram: autores, título da pesquisa, objetivo da pesquisa, metodologia e conclusão. Foi realizada também uma classificação quanto ao ano de publicação do estudo.

3. RESULTADOS

Os resultados obtidos por meio da pesquisa de revisão bibliográfica sistemática no que diz respeito ao PST, estão expostos no Quadro 1. Todas as obras encontradas no quadro, condizem com a temática escolhida, tendo o intuito de responder as dúvidas geradas sobre o tema abordado.

Quadro 1.

QTD	ANO	AUTOR	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO DA PESQUISA	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
1	2015	Aline Laila Gomes.	Discursos e Experiências Pedagógicas de Gênero no Programa Segundo Tempo.	Analisar a inserção e permanência de meninas e meninos nos núcleos do PST de Ubá/MG, bem	Pesquisa de natureza qualitativa.	Refletir e problematizar as questões de gênero no Programa Segundo Tempo

				como os processos sociais que resultam em discrepância na participação entre os gêneros; e identificar de que formas os discursos sobre gênero se materializam nas intervenções pedagógicas dos coordenadores de núcleo.		atende as demandas e os objetivos do programa, na medida em que se busca minimizar as desigualdades entre meninas e meninos nas práticas corporais e esportivas.
2	2015	Diego Petyk Sousa.	O Programa Segundo Tempo no Mais Educação entre documentos e discursos: o caso dos Profissionais de Ponta Grossa – Paraná.	Compreender os significados de cidadania e democracia para os profissionais atuantes no Programa Segundo Tempo na cidade de Ponta Grossa – Paraná.	Pesquisa de natureza qualitativa, estudo de caso.	Os documentos ainda demonstram fragilidades no que diz respeito ao entendimento dos conceitos de cidadania e democracia para o programa. Na análise das respostas dos profissionais pesquisados pode-se evidenciar tensões entre as respostas dos profissionais e os documentos norteadores do programa.
3	2015	Mackson Luiz Fernandes da Costa.	Apontamentos sobre Educação Integral, Programa Segundo Tempo e Educação Física Escolar.	Discutir a configuração pedagógica do Programa Segundo Tempo (PST) no Programa Mais Educação, bem como apontar possibilidades de integração de suas ações com a Educação Física escolar.	Estudo de caso.	No caso estudado percebe-se que as atividades desenvolvidas pelo PST, nas escolas acompanhadas, têm uma organização e práticas pedagógicas que convergem umas com as outras, mas se configuram com práticas desarticuladas das aulas de Educação Física, aspecto que diverge no que seria pensar ações

						pedagógicas para escolas de educação integral.
4	2016	Aline Menezes Dodó.	O esporte como meio de inclusão social: Avaliação da efetividade do Programa Segundo Tempo.	Avaliar a efetividade do Programa Segundo Tempo na cidade de Fortaleza- CE à luz da Teoria do Campo Esportivo de Pierre Bourdieu e utilizando o modelo avaliativo Contexto-Insumos-Processo-Produto (CIPP).	Pesquisa ex post facto, de caráter descritivo.	O Programa Segundo Tempo, na cidade de Fortaleza-CE, promoveu melhorias na qualidade de vida de seus participantes, e forneceu elementos para a mudança dessas realidades a curto e longo prazo, constituindo-se assim uma política pública efetiva.
5	2017	Victor Lana Gonçalves.	Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa.	Este trabalho possui dois objetivos centrais em que se estruturaram dois artigos: no primeiro, realizou-se um levantamento da produção científica das políticas públicas de esporte e lazer (PPEL); e, no segundo, avaliou-se, sob diferentes dimensões, o Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).	Revisão sistemática, seguida de pesquisa documental e entrevistas dirigidas.	No primeiro artigo, concluiu-se que a publicação de estudos científicos no campo das políticas públicas de esporte e lazer para universitários precisa avançar nas revistas associadas à Educação Física, tendo em vista principalmente que muitas produções desse subcampo são divulgadas em revistas relacionadas às ciências humanas e sociais. Quanto à avaliação do PSTU-UFV, foi um programa eficaz e eficiente, deixando um impacto efetivo de fornecimento de práticas esportivas gratuitas à comunidade

						<p>universitária. É importante salientar que, no segundo artigo, não se conseguiu esgotar as avaliações e análises possíveis de serem realizadas em uma política pública, como o PSTU-UFV, mas, a partir dos instrumentos utilizados, se observando questões relevantes no desenvolvimento de programas, o que serve de subsídio para aperfeiçoar e valorizar a proposta.</p>
6	2017	Rafael de Oliveira Simões.	Programa Segundo Tempo: avaliação de uma metodologia aplicada a partir de universidades (2003-2013).	Verificar a forma que o Programa Segundo Tempo promove e educa, inserindo-o no processo histórico recente construído onde foi criado pelo Ministério do Esporte no ano de 2003.	conceitos de psicogênese e sociogênese de Norbert Elias.	Concluímos analisando a experiência, discutindo seus possíveis acertos e limitações e situando o potencial que a mesa pode ter como parte de alteração de perspectiva dos seus assistidos.
7	2017	Rafael Falcão Breyer.	Programa Segundo Tempo: um estudo sobre os objetivos e os processos de avaliação e de construção de indicadores de impacto.	Identificar e analisar os objetivos e os processos de avaliação do PST, no período de 2007 a 2017, e sugerir indicadores de impacto.	Estudo de natureza qualitativa.	Concluindo, os gestores do PST demonstraram uma constante preocupação em readequar seus objetivos a reais possibilidades de um projeto esportivo social, assim como voltaram seus olhares ao desenvolvimento de um processo estruturado de avaliação, criando a equipe de

						avaliação pedagógica direcionada para o desenvolvimento de um sistema de avaliação que considera as condições de cada núcleo e dos RHs. Com a implantação desses instrumentos de avaliação, acredita-se que o PST terá condições de prestar contas da sua contribuição social para o País e possibilitar a sua continuidade e ampliação.
8	2018	Maria Jullyanne Cavalcanti de Brito.	Validade e Confiabilidade do protocolo de observação de aula do Programa Segundo Tempo.	Elaborar um instrumento de observação da aula com o intuito de medir o grau de adesão dos professores à tecnologia pedagógica do Programa Segundo Tempo, bem como estabelecer sua validade de face, de conteúdo (Artigo 1), validade de critério e confiabilidade (consistência interna, reprodutibilidade intra e Inter observador) (Artigo 2).	Revisões dos documentos que fundamentam o programa, reuniões, consultas com a Equipe Pedagógica e aplicação piloto.	Sobre a validade de face e conteúdo, não foram encontradas divergências entre as equipes quanto ao nível de relevância dos itens e seus apoderamentos. Além disso, a aplicação piloto apresentou bons valores de Índice de Concordância ($0,71 \pm 0,22$). Em relação à confiabilidade e validade critério, as medidas do instrumento apresentaram boa confiabilidade (Alfa de Conbrach – 0,90; Reprodutibilidade Interobservador com CCI entre 0,89 e 0,91 e Reprodutibilidade

						Intraobservador com 11 dos itens apresentando valor de p significativo para ambas videoaulas); contudo, sobre a validade critério, apenas 5 itens apresentaram concordância acima de 50%.
--	--	--	--	--	--	---

Gomes (2015) tem como objetivo analisar a inserção e permanência de meninas e meninos nos núcleos do Programa Segundo Tempo de Ubá/MG, inclusive os processos sociais que resultam em discrepância na participação entre os gêneros e identificar de que formas os discursos sobre os mesmos se materializam nas intervenções pedagógicas dos coordenadores de núcleo. Entretanto, Sousa (2015) busca compreender os significados de cidadania e democracia para os profissionais que atuam no Programa Segundo tempo na cidade de Ponta Grossa – Paraná.

Costa (2015) propõe seu objetivo em discutir a configuração pedagógica do Programa Segundo Tempo no Programa Mais Educação, visando apontar possibilidades de integração de suas ações com a Educação Física Escolar. Já Dodó (2016) buscou avaliar a efetividade do Programa Segundo Tempo na cidade de Fortaleza – CE à luz da Teoria do Campo Esportivo de Pierre Bourdieu e utilizando o modelo avaliativo Contexto-Insumos-Processo-Produto (CIPP).

Gonçalves (2017) relata que seu trabalho possui dois objetivos centrais em que se estruturam dois artigos: no primeiro, realizou-se um levantamento da produção científica das políticas públicas de esporte e lazer (PPEL); já no segundo, avaliou-se através de diferentes dimensões, o Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Para Simões (2017) é necessário verificar a forma que o Programa Segundo Tempo promove e educa, inserindo-o no processo histórico recente construído onde foi criado pelo Ministério do Esporte no ano de 2003.

Breyer (2017) afirma que é fundamental identificar e analisar os objetivos e os processos de avaliação do Programa Segundo Tempo, entre 2007 a 2017, e busca sugerir indicadores de impacto. Por fim, Brito (2018) objetiva elaborar um instrumento de observação da aula com o intuito de medir o grau de adesão dos professores à tecnologia pedagógica do Programa Segundo Tempo, além disso, busca estabelecer sua validade de

face, de conteúdo, validade de critério e confiabilidade (consistência interna, reprodutividade intra e inter observador).

Gomes (2015) adotou sua pesquisa de natureza qualitativa, realizada em quinze núcleos do Programa Segundo Tempo na cidade de Ubá/MG, em funcionamento no período de 2012 a 2014. Por sua vez, Sousa (2015) desenvolve sua pesquisa através do estudo de caso caracterizando sua metodologia qualitativa. Costa (2015) também traz sua pesquisa através de um estudo de caso, porém, tendo como o caso as escolas acompanhadas pela Equipe Colaboradora 3 do Ministério do Esporte.

Em seu estudo de cunho descritivo, Dodó (2016) utilizou um questionário para os beneficiados e uma entrevista semiestruturada para os professores e representantes da gestão escolar como forma de coleta de dados. Gonçalves (2017) realizou uma pesquisa de revisão sistemática, seguida de pesquisa documental e entrevistas dirigidas para que seja possível apreender, compreender e analisar as produções e documentos sobre a temática investigada.

Simões (2017) utilizou em seu método conceitos de psicogênese e socio gênese de Norbert Elias através de pesquisas a partir da análise da memória do Programa Segundo Tempo. Já Breyer (2017) realizou seu estudo de natureza qualitativa através de entrevistas semiestruturadas com as equipes do Programa Segundo Tempo. Brito (2018) aborda em sua metodologia revisões dos documentos que fundamentam o programa, reuniões, consultas com a Equipe Pedagógica e aplicação piloto.

Gomes (2015) afirma que refletir e problematizar as questões de gênero no Programa Segundo Tempo atende as demandas e os objetivos do programa, na medida em que se busca minimizar desigualdades entre meninas e meninos nas práticas corporais e esportivas. Entretanto, Sousa (2015) relata que os documentos ainda demonstram fragilidades no que diz respeito ao entendimento dos conceitos de cidadania e democracia para o programa. Na análise das respostas dos profissionais pesquisados pode-se evidenciar tensões entre as respostas dos profissionais e os documentos que norteiam o programa.

Costa (2015) aponta que no caso estudado percebe-se que as atividades desenvolvidas pelo Programa Segundo Tempo, nas escolas acompanhadas, têm uma organização e práticas pedagógicas que convergem entre si, mas se configuram com práticas desarticuladas das aulas de Educação Física, aspecto que diverge no que seria pensar ações pedagógicas para as escolas de educação integral. Já em seu estudo, Dodó

(2016) afirma que o Programa Segundo Tempo, na cidade de Fortaleza/CE, promoveu melhorias na qualidade de vida de seus participantes, além disso, forneceu elementos para a mudança dessas realidades a curto e longo prazo, constituindo-se assim uma política pública efetiva.

Gonçalves (2017) destaca que no primeiro artigo, obteve a conclusão de que a publicação de estudos científicos no campo das políticas públicas de esporte e lazer para universitários precisa avançar nas revistas associadas à Educação Física, tendo em vista principalmente que muitas produções desse subcampo são divulgadas em revistas relacionadas às ciências humanas e sociais. Quanto a avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi um programa eficaz e eficiente, deixando um impacto efetivo de fornecimento de práticas esportivas gratuitas à comunidade universitária. É importante salientar que, no segundo artigo, não se ensinou esgotar as avaliações e análises possíveis de serem realizadas em uma política pública, como o PSTU-UFV, mas, a partir dos instrumentos utilizados, se observando questões relevantes no desenvolvimento de programas, o que serve de subsídio para aperfeiçoar e valorizar a proposta.

Simões (2017) aborta sua conclusão analisando a experiência, discutindo seus possíveis acertos e limitações e situa o potencial que a mesa pode ter como parte de alteração de perspectiva dos seus assistidos. Entretanto, Breyer (2017) afirma que os gestores do Programa Segundo Tempo demonstraram uma constante preocupação em readequar seus objetivos a reais possibilidades de um projeto esportivo social, assim como voltaram seus olhares ao desenvolvimento de um processo estruturado de avaliação, criando a equipe de avaliação pedagógica direcionada para o desenvolvimento de um sistema de avaliação que considera as condições de cada núcleo e dos recursos humanos. Com a implantação desses instrumentos de avaliação, acredita-se que o Programa Segundo Tempo terá condições de prestar contas da sua contribuição social para o país e possibilitar a sua continuidade e ampliação.

Brito (2018) destaca que sobre a validade de face e conteúdo, não foram encontradas divergências entre as equipes quanto ao nível de relevância dos itens e seus apoderamentos. Além disso, a aplicação piloto apresentou valores positivos de Índice de Concordância. Em relação à confiabilidade e validade critério, as medidas do instrumento apresentam boa confiabilidade, contudo, sobre a validade critério, apenas 5 itens apresentaram concordância acima de 50%.

Mediante os resultados conquistados, pode-se observar o elevado grau de importância, no que tange as políticas públicas e o seu papel na sociedade, no entanto, as divergências obtidas nos resultados dos estudos aqui citados, mostram que o programa necessita de uma reavaliação, levando em consideração a readequação de seus métodos e de seus objetivos, conforme as carências sociais de seus envolvidos.

Apesar dos resultados alcançados, o programa recebe muitos elogios, como no estudo de Dodó (2016), ao qual destaca uma melhora significativa na qualidade de vida e em mudanças comportamentais ao longo prazo. No entanto Breyer (2017) destaca a importância de uma readequação dos objetivos do projeto, ou seja, duas discrepâncias quanto a efetividade do PST.

Levando em consideração as controvérsias encontradas nas pesquisas aqui citadas, vale destacar a necessidade de mais estudos acerca do programa quanto a sua adequação, objetivação e efetividade, pois de acordo com as respostas adquiridas, percebe-se que o programa foi aceito pela grande massa, e que já se tornou parte da realidade de muitos jovens e crianças, o que demonstra o seu elevado grau de importância para essa parcela da sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de atender às problemáticas encontradas na execução do PST, neste estudo, podemos afirmar que foi possível identificar algumas das dificuldades encontradas na aplicação do mesmo, como a importância de se trabalhar a inclusão de gênero em suas diretrizes que não se adequam as práticas realizadas atualmente nas grandes massas, problemas voltados a cidadania e respeito em suas diretrizes, além de outros limites do programa. Porém vale reconhecer o esforço de seus idealizadores para que o mesmo funcione cada vez mais de maneira efetiva e eficaz, visando atender às expectativas da população, transformando a realidade de muitos.

Portanto, vale ressaltar a importância do projeto, e a necessidade de incluir novos métodos, e um corpo docente qualificado e mais capacitado, para que se possa atender as necessidades presentes nas diretrizes do programa, além de uma possível atualização/reformulação do mesmo, portanto, se valer das próprias opiniões dos participantes, também parece ser uma medida cabível, pois os mesmos são quem participam e são beneficiados com o PST.

5. REFERÊNCIAS

Breyer, Rafael Falcão. "Programa segundo tempo: um estudo sobre os objetivos e os processos de avaliação e de construção de indicadores de impacto." (2017).

BRITO, Maria Jullyanne Cavalcanti de. *Validade e confiabilidade do protocolo de observação de aula do Programa Segundo Tempo*. MS thesis. Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

Costa, Mackson Luiz Fernandes da. *Apontamentos sobre Educação Integral, Programa Mais Educação, Programa Segundo Tempo e Educação Física Escolar*. MS thesis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

Dodó, Aline Menezes. "O esporte como meio de inclusão social: avaliação da efetividade do Programa Segundo Tempo." (2016).

Gomes, Aline Laila. "Discursos e experiências pedagógicas de gênero no programa segundo tempo." (2015).

Gonçalves, Victor Lana. "Avaliação do programa segundo tempo universitário na Universidade Federal de Viçosa." (2017).

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO. Governo Federal. Disponível em: [<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/segundo-tempo/programa-segundo-tempo>]. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO. Ministério da Cidadania, Secretária Especial do Esporte. Disponível em: [<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>]. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

SIMÕES, Rafael de Oliveira. *Programa Segundo Tempo: avaliação de uma metodologia aplicada a partir de universidades (2003-2013)*. MS thesis. Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

Sousa, Diego Petyk de. "O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NO MAIS EDUCAÇÃO ENTRE DOCUMENTOS E DISCURSOS: O CASO DOS PROFISSIONAIS DE PONTA GROSSA–PARANÁ." (2015).

TRIVIÑOS, Augusto NS. "Introdução à pesquisa em ciências sociais." *A pesquisa* (1987): 133.

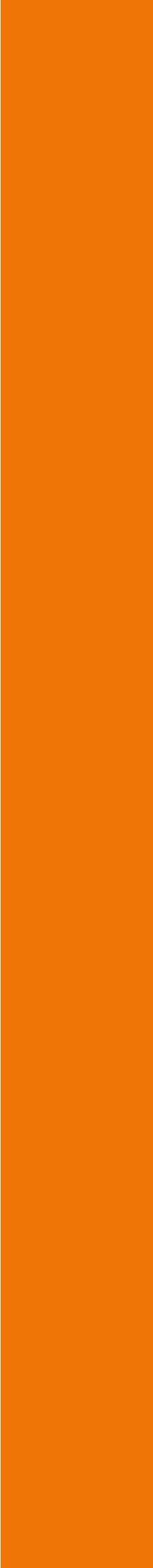


Capítulo 11

O EMPREGO DA HERMENÊUTICA JURÍDICA PARA O ALCANCE DA JUSTIÇA SOCIAL

DOI: 10.29327/552573.1-11

Estélio Silva Barbosa
Francisco Wellington de Sousa



O EMPREGO DA HERMENÊUTICA JURÍDICA PARA O ALCANCE DA JUSTIÇA SOCIAL

Estélio Silva Barbosa

Francisco Wellington de Sousa

RESUMO

O presente estudo é resultado de uma pesquisa que tem como objetivo geral analisar o emprego da Hermenêutica Jurídica para o alcance da Justiça Social. Para isso, buscou através dos objetivos específicos constatar qual a importância e contribuição da hermenêutica na vida do jurista, apresentando o emprego do direito no campo axiológico, fenomenológico e sociológico-política e por fim interpretá-los. Pretende-se com esse trabalho ainda apontar alguns desafios e inquietações da atividade de julgar no pós-positivismo. A pesquisa utilizou-se do método dedutivo, a metodologia utilizada para a realização da problemática levantada foi à pesquisa bibliográfica, exploratória e dialética, que possibilitou uma “reflexão no interior na lei”. A pesquisa revela que a hermenêutica exerce uma influência positiva para a interpretação das normas jurídicas à medida que toma em consideração a realidade social evidenciada pelo âmbito normativo. Tem especial importância para tais direitos esta referência, por que, dentre outros fatores, o seu rol é aberto, sujeito a modificações e recheado de normas-princípios, o que torna necessário o reconhecimento da importância do âmbito normativo para a inclusão da realidade na tarefa de interpretação da norma. Os resultados demonstram que o emprego mais inteligente da Hermenêutica proporcionará ao direito, promover a paz e a justiça social, a fim de que os homens vivam em harmonia e capaz de produzir a paz que é predicado fim do direito. É necessário analisar o emprego da Hermenêutica Jurídica para o alcance da Justiça Social através da prática interventiva dos operadores do Direito.

Palavras-chave: Hermenêutica; Lei; Justiça Social.

ABSTRACT

The present study is the result of a research that aims to analyze the use of Legal Hermeneutics for the achievement of Social Justice. For this, it sought, through the specific objectives, to verify the importance and contribution of hermeneutics in the life of the jurist, presenting the use of law in the axiological, phenomenological and sociological-political fields and, finally, interpreting them. The aim of this work is also to point out some challenges and concerns in the activity of judging in post-positivism. The research used the deductive method, the methodology used to carry out the issue raised was the bibliographical, exploratory and dialectical research, which allowed a "reflection within the law". The research reveals that hermeneutics exerts a positive influence on the interpretation of legal norms as it takes into account the social reality evidenced by the normative scope. This reference is especially important for such rights, because, among other factors, its list is open, subject to modifications and filled with principles-standards, which makes it necessary to recognize the importance of the normative scope for the inclusion of reality in the task interpretation of the standard. The results demonstrate that the smarter use of Hermeneutics will provide the law, promote peace and social justice, so that men live in harmony and capable of producing the peace that is predicated on the end of law. It is necessary to analyze the use of Legal

Hermeneutics for the achievement of Social Justice through the interventional practice of Law operators.

Keywords: Hermeneutics; Law; Social Justice.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo geral analisar o melhor emprego da Hermenêutica Jurídica para o alcance da Justiça Social e tem como objetivos específicos constatar quais os desafios do juiz no pós-positivismo; apontar o emprego do direito no campo axiológico, fenomenológico e sociológico-política e por fim interpretá-los.

Desde que o homem existe, dotado de razão, ele conhece e, por conseguinte, interpreta. Os fundamentos filosóficos da Hermenêutica comprovam que o sentido a ser captado de qualquer objeto cognoscível é filosoficamente inesgotável.

Essa temática surgiu da necessidade de analisar o emprego da Hermenêutica Jurídica para o alcance da Justiça Social através da prática interventiva dos operadores do Direito. Outro fator, diz respeito à aplicação das leis na sociedade, em que a lei criada tem um alcance de paz social perseguindo a justiça social desejada, mas pela má aplicação da lei causa efeito contrário, ou seja, injustiça, motivo que faz crescer o interesse pelo objeto de estudo.

O tema nasce dessa possibilidade de construção da argumentação jurídica na elaboração das decisões judiciais, que não pode cair no subjetivismo e no decisionismo, havendo de se incorporar uma dimensão crítica e racional que permita aos julgadores manterem uma postura de vigilância onde possa conter nas normas um fim de justiça social. Assim, os resultados poderão ser justificados perante a sociedade, na forma exigida pelos postulados do Estado de Democrático de Direito.

Nessa condição, temos exemplos das Cartas Políticas Brasileira de 1891 a 1988 que evidenciam documentos orgânicos e vivos durante suas vigências de construção de uma justiça social e igualitária. Elas, ao mesmo tempo em que condicionaram os rumos político-institucionais do país, também foram influenciadas pelos valores, pelas práticas e pelas circunstâncias políticas e sociais de cada um desses períodos. Nesse sentido, não há como segmentar essa história sem entender a dinâmica própria dessas transformações.

A Constituição, nesse sentido, é um dado cultural e histórico, datada no tempo e localizada no espaço. Exige, para ser compreendido, o conhecimento dos juristas e dos

políticos que tiveram papel determinante em cada um dos períodos constitucionais tanto no campo da elaboração legislativa como no campo jurisdicional com sua interpretação.

A pesquisa segue um caminho como qualquer outro trabalho científico, uma metodologia para a realização desse objetivo. São os objetivos de uma pesquisa que determinam as técnicas e o método que melhor se adaptam a problemática levantada, no caso dos objetivos proposta para esta pesquisa foram à pesquisa bibliográfica, exploratória e dialética com predominância indutiva, possibilitou uma “reflexão e olhar interior na lei”, e apontar alguns desafios e inquietações da atividade de julgar no pós-positivismo.

2. A HERMENÊUTICA COMO TEORIA CIENTÍFICA DA ARTE DE INTERPRETAR

A Hermenêutica Jurídica, procura compreender e realizar uma dialética entre alguns filósofos que influenciaram com suas teorias para a essa ciência. Fazendo a ressalva que hermenêutica jurídica propõe que o Direito deve ser interpretado de modo inteligente porque ele nasce da sociedade e para a sociedade, preocupa-se a Hermenêutica com o resultado provável de cada interpretação, de forma a buscar aquela que conduza a melhor consequência para a coletividade.

Aborda o estudo da distinção entre o termo Hermenêutica Jurídica e Interpretação Jurídica na visão de autores renomados, discorre sobre o objetivo da Interpretação, bem como os tipos de interpretação da Hermenêutica.

2.1 Aspectos Gerais e Conceituação

A reflexão hermenêutica interpreta os diversos mundos no seu respectivo tempo. Marx dizia que os filósofos apenas interpretaram de diversos modos o mundo, mas o que importa é transformá-lo.¹

A Putcha, discípulo de Savigny, teve méritos em conduzir a Escola Histórica a uma visão extremamente formalista do direito, dando origem a Jurisprudência dos Conceitos - Deveria ser extraído, por abstração, conceitos gerais de normas jurídicas gerais, depois em um segundo momento, extraírem conceitos específicos dos gerais

¹ MARQUES DE LIMA, Francisco Meton. O Resgate dos Valores na Interpretação Constitucional: por uma hermenêutica reabilitadora do homem como «ser-moralmente-melhor». Fortaleza: ABC Editora, 2001, p. 243.

mediante aplicação do método dedutivo ou lógico-formal, criando-se assim uma pirâmide de conceitos, servindo depois de instrumental para integração das lacunas da lei.

Um pouco mais adiante na linha do tempo, surgiu Ihering, contrapondo-se a Savigny, classificou o direito como ciência cultural. Para Ihering "a sociedade é palco de uma luta de interesses e as normas jurídicas protegem aqueles interesses que conseguirem se impor socialmente". Ele também foi importante no desenvolvimento da interpretação teleológica, a partir da ênfase na sociedade. Seguindo a linha temporal surge Kelsen², que classificou o Direito como ciência formal, como a matemática. Removendo desta tudo que estivesse ligado a valores sociológicos e políticos, buscando sempre a neutralidade. Assim, deu um formato piramidal ao ordenamento jurídico, sendo que a mais geral ficava no topo e a mais específica na base.

2.2 Distinção e Objetivo entre a Hermenêutica Jurídica e Interpretação Jurídica

O termo hermenêutica jurídica e interpretação jurídica não são sinônimas. A própria doutrina faz distinções em relação ao significado técnico de ambos os termos. Pedro dos Reis Nunes³ faz a distinção entre os termos, atribuindo à interpretação a noção de técnica, enquanto que à hermenêutica associa à ideia de ciência, no seu dizer, a “ciência de interpretação” das normas jurídicas.

Nesse sentido, a interpretação é momento de contato direto do intérprete com a norma jurídica, ocorre quando o operador do direito procura encontrar, por meio de técnicas específicas, qual o real conteúdo e significado da norma jurídica. Por outro lado, a hermenêutica jurídica é a ciência formada pelo conjunto sistêmico de técnicas e métodos interpretativos.

A doutrina de Acquaviva⁴ considera a hermenêutica jurídica como sendo um “conjunto de premissas básicas que o intérprete precisa seguir para encontrar o sentido da norma em cada caso concreto, tendo por objetivo o estudo e a sistematização de todos os procedimentos passíveis a determinar a noção e o alcance dos termos jurídicos⁵”.

² HANS KELSEN (Praga, 1881 — † Berkeley, 1973) jurista austro-americano, um dos mais importantes e influentes do século XX. Lecionou em Viena, Colônia e na Universidade de Harvard, dentre outras. Buscou tratar as bases da Ciência do Direito excluindo do seu conceito qualquer referência alheia, como as de cunho axiológico e sociológico, que estariam por princípio vinculadas a outros ramos do saber científico.

³ NUNES, Pedro dos Reis. Dicionário de tecnologia jurídica. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 12ª ed. rev amp e atual, 1990, p. 469 e 513.

⁴ MARCUS CLÁUDIO ACQUAVIVA, jurista brasileiro, professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie e autor de grande influência no estudo de Teoria Geral do Estado e Ética jurídica.

⁵ ACQUAVIVA Marcus Cláudio. Dicionário jurídico brasileiro. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 8ª edição, 1995, p. 738.

Posiciona-se nessa mesma corrente **Maximiliano, que** a hermenêutica trata-se da “teoria científica da arte de interpretar”. Assim, o conjunto de princípios e normas que norteiam a interpretação é uma ciência: a hermenêutica.

A visão de que a hermenêutica é uma ciência não é pacífica na doutrina, já que o Ministro Eros Roberto Grau⁶ afirma que a interpretação das leis é, na verdade, uma “prudência”, é “o saber prático, a *phrónesis*, a que se refere Aristóteles”.

A interpretação é exatamente o dinamismo captador do sentido, inerente ao ser humano, pelo simples fato de ser racional. Logo, o sujeito da relação de conhecimento é o mesmo sujeito que interpreta. Conclui-se, portanto, que apenas o homem é capaz de interpretar.

Interpretar é a determinação ou redefinição do significado das palavras. **Maximiliano**, na sua obra **Hermenêutica e Aplicação do Direito**, distingue hermenêutica e interpretação. A hermenêutica seria a teoria científica da arte de interpretar. Suas palavras têm por objeto “*o estudo e a sistematização dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito.*”

Nesse sentido, a interpretação então seria a aplicação da hermenêutica melhor dizendo. Além de diversas outras literaturas na área fazerem a diferença entre hermenêutica e interpretação, dando referência a primeira que é a ciência, ou quando menos, o estudo da segunda. Tal diferenciação, que se pode dizer da corrente majoritária, perde significado, contudo, diante da praxe, entre os hermeneutas ou intérpretes, mesmo aqueles que conhecem e usa tal critério distintivo, os quais muitas vezes utilizam uma palavra pela outra. Em suma pode dizer em verdade considerá-las sinônimas (ainda que nenhuma sinonímia seja perfeita), porque o processo interpretativo integra-se na própria interpretação.

Interpretar, portanto, é apreender ou compreender os sentidos implícitos nas normas jurídicas. É indagar a vontade atual da norma e determinar o seu campo de incidência. É expressar seu sentido, recorrendo a signos diferentes dos usados na formulação original. Portanto, para realizar a interpretação da lei, deve-se, inicialmente, buscar a reconstruir o pensamento legislativo através das palavras da lei, na sua conexão lingüística e estilística, ou seja, procurar o sentido literal, bem como, observar a

⁶ GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito. São Paulo: Malheiros Editores, 3^a ed, 2000, p. 35.

circunstância histórica de onde veio o impulso exterior para a criação da lei. É possível, ainda, uma infinidade de métodos ou técnicas de interpretação do Direito.

Interpretar uma lei requer, previamente, em buscar compreendê-la na sua plenitude dos seus valores sociais, a fim obter-se, desse modo, determinar o sentido de cada um de seus dispositivos. Somente assim ela é aplicável a todos os casos que correspondam àqueles objetivos.

O primeiro cuidado do hermenauta ou interprete contemporâneo, é saber qual a finalidade social da lei, no seu todo, pois é o fim que possibilita penetrar na estrutura de suas significações particulares. O que se quer atingir é uma correlação coerente entre o todo da lei e as partes representadas por seus artigos e preceitos, à luz dos objetivos criados.

Por fim, teremos os três elementos que integram o conceito de interpretação. O primeiro a Fixação de sentido: Possui uma significação, sentido ou finalidade. Ex: Artigo 7 XVII, CRFB/88(Constituição da República Federativa Brasileira) que estabelece as férias anuais remuneradas tem por finalidade assegurar descanso para saúde física e mental do trabalhador.

O segundo o Alcance: Duas leis com o mesmo sentido podem ter extensão ou alcance diferente. Ex: Estatuto dos Funcionários Públicos Federais e a CLT (consolidação das leis do trabalho) estabelece o preceito do descanso semanal remunerado, adotam normas com o mesmo sentido, mas alcances diferentes.

E o terceiro as Normas jurídicas: interpretação das leis, não apenas as leis, mas os tratados, acordos ou convenções, decretos, medidas provisórias etc, abrangendo em sua aceção ampla, desde as normas constitucionais até normas contratuais ou testamentárias, de caráter individual.

2.2.1 O objetivo da Interpretação

Os objetivos da interpretação é deduzir uma orientação geral de muitos princípios particulares, deduzir de um princípio geral para princípios particulares que ao primeiro sempre se hão de referir, ou ainda concordar disposições diversas, indicando o espírito de unidade lógica em que se inspiram.

Nesse norte, a interpretação foca nada mais nada menos, que a aplicação ao caso concreto de enunciado, já estabelecidos pela ciência da hermenêutica. É importante observar que uma coisa é interpretar a norma legal, outra coisa é realizar a reflexão e

buscar a criação as formas pelas quais serão feitas as interpretações jurídicas. Desse modo, Interpretar é descobrir o sentido de determinada norma jurídica, quando ao aplicá-la em um determinado caso concreto.

A lei quanto a sua letra, ela permanece, mas seu sentido deve sempre buscar adequação às mudanças que o progresso e a evolução cultural exige que são colocadas pela sociedade. Interpretar é, portanto, chegar a uma explicação, esclarecer, fornecer o verdadeiro significado do vocábulo existente, é sem dúvida obter a extração da norma tudo o que nela se contém, revelando seu sentido apropriado para a vida real e conducente a uma decisão.

A hermenêutica jurídica tem como objeto o estudo de forma sistematizada dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito. Sendo que as leis positivadas dão o sentido da formulação em termos gerais, ou seja, fixando regras, consolidando princípios, apontando normas, numa linguagem clara e precisa, porém ampla, sem descer às minúcias, é tarefa primordial do executor a pesquisa da relação entre o texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social, isto é, aplicar o Direito. Para consegui-lo é necessário um trabalho preliminar: descobrir e fixar o sentido verdadeiro da regra positiva e, logo depois, o respectivo alcance, a sua extensão.

Em resumo, é extraído da norma, pelo executor tudo o que na mesma se contém: isso e chama interpretar, ou seja, determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito. Diante do exposto, frisa o erro dos que pretendem substituir uma palavra por outra; desejam, ao invés de hermenêutica, interpretação. Esta é aplicação daquela; a primeira descobre e fixa os princípios que regem a segunda. A Hermenêutica é a teoria científica da arte de interpretar⁷.

As leis têm como objeto principal a arte da interpretação, mas não somente elas possuem esse objeto, mas também existem diversas normas, como os tratados, acordos ou convenções, os decretos, as medidas provisórias, as portarias, despachos, sentenças, usos e costumes, contratos, testamentos, etc, em que Maximiliano denomina de forma geral “expressões do direito”.

⁷ MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito – 19. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 1.

Afirma Júnior, que na “interpretação da lei, cabe o Jurista estabelecer diversas possibilidades decisórias”⁸. Nesse norte, a interpretação da lei não tem necessariamente, que levar a uma única decisão, como se só ela fosse à forma justa ou reta, mas a várias decisões, cada uma das quais, sob o ponto de vista da norma que aplicam, possui um valor idêntico ao das outras, apesar de só uma delas vir a ser Direito Positivo através da sentença judicial.

3. METODOLOGIA EMPREGADA PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS

Nesse artigo como traços metodológicos da pesquisa utilizou-se do método dedutivo, para alcançar as respostas para problemática e objetivos, foi feito estudos com base na pesquisa bibliográfica, exploratória e dialética, com predominância indutiva que possibilitou uma fomentar discursões quanto aos objetivos proposto nesse artigo.

De acordo com Severino, 2017, todo trabalho acadêmico precisa a princípio estar em volto de fontes bibliográficas para fundamentar a base. Lakatos, 2017, colabora no pensamento de Severino apresentando a importância da investigação em diversas obras literárias sendo a pesquisa bibliográfica o alicerce inicial de um novo conhecimento científico e da própria ciência em si. Lançamos mãos também de uma pesquisa documental, pois bebemos em fontes de algumas leis que são documentos e que contribuíram com riquezas de informações.

4. RESULTADOS E DISCURÇÕES QUANTO AOS OBJETIVOS DESSE ARTIGO

4.1 A influência do emprego da hermenêutica jurídica

A influência hermenêutica é presente na generalidade das situações. Essa inspiração pode se manifestar na forma de se expor o Direito ou advir das influências do passado do aplicador e ainda na interpretação única que surge a cada concretização da norma.

O aplicador do Direito tem o objetivo de buscar a consciência de todos os passos dados quando está a transformar os dispositivos de lei em norma aplicada. Assim, deve-se estar ciente de todos os caminhos hermenêuticos que se desenvolvem no intelecto no

⁸ AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. Interpretação. *Ajuris*, v. 16, n° 45. mar. 1989, p. 4. Disponível em: www.stj.gov.br. Acessado em 10 ago. 2011.

momento da efetivação do Ordenamento Jurídico. O exercício da interpretação das normas jurídicas se chegará a um grau de maturidade hermenêutica que permita a conformação da regra com a realidade, mas coíba os subjetivismos demasiados, propiciando equilíbrio ao sistema.

A hermenêutica aberta é aquela que está sempre visando aos fins sociais, a que a tradicional. No dizer de Reale:

Interpretar uma lei importa previamente compreendê-la na plenitude dos seus fins sociais, a fim de poder-se, desse modo, determinar o sentido de cada um dos seus dispositivos. Somente assim ela é aplicável a todos os casos que correspondam àqueles objetivos (REALE, 1979, p. 285)

A hermenêutica jurídica brasileira, é marcadamente positivista, foi sempre permeada por um reducionismo romanista, ou seja, a interpretação dos problemas postos ao exame do Judiciário teve sempre decisões orientadas pela diretriz do direito romano. Do mesmo modo, a dogmática tradicional sempre privilegiou os institutos jurídicos provenientes do direito romano e a aplicação do direito construiu-se dando prioridade ao objetivo da preservação, do conservadorismo, bem ao gosto dos princípios da razão formalista herdada da filosofia grega.

Dáí se entende porque o direito privado sempre teve maior destaque entre os juristas brasileiros, deixando em plano inferior o direito público, tal qual fizeram os juristas romanos. Só recentemente nota-se uma preferência dos novos doutrinadores por uma análise do fenômeno interpretativo e de aplicação do Direito alicerçados nos princípios da justiça mais do que na racionalidade formal, tomando como bússola a legitimidade social, à luz das novas contribuições da filosofia contemporânea para o estudo da hermenêutica.

Esses novos doutrinadores, inspirados nos estudos dos autores já citado em nosso estudo, como Dilthey, de Heidegger, de Gadamer e, mais recentemente, de Habermas, vêm buscando novas alternativas para a compreensão do fenômeno sócio-jurídico dentro da perspectiva da historicidade, abandonando a vetusta trilha seguida tradicionalmente e bitolada ao formalismo e à suposta neutralidade e clareza da norma.

4.2 Por uma Hermenêutica empregada para a busca da Justiça Social expresso na Lei

A função social do direito encontra fundamento no próprio conteúdo da norma jurídica que deve atender o fim almejado pelo legislador, o que equivale dizer que o instituto jurídico criado com o fim de delinear uma situação jurídica, reger as relações sociais e disciplinar os comportamentos, deve se prestar a tais conseqüências, quando utilizado devidamente a hermenêutica para interpretação desses fins.

A função social do direito é um valor jurídico construído a partir das lutas e conquistas sociais do homem nas várias fases da história da humanidade. Em cada fase da história humana ela representou e enfocou um sentido peculiar. Esse princípio jurídico é ordenador dos bens, dos valores, dos direitos, dos deveres, do agir e do gerir os conseqüências de uma vida cada vez melhor do cidadão, numa dinâmica que empreenda instrumentos para efetivar o princípio da dignidade da pessoa humana.

A função social do direito é um valor que pré-existe conforme ao mandamento da lei. Possui uma representação em sentido peculiar do homem de ver o mundo ordenado pela paz, num ambiente harmônico, equilibrado e justo quando as leis criadas pelo próprio homem são bem aplicadas por bons juízes.

Nos cenários da contemporaneidade, a função social do direito é o resultado da evolução normativa que deitou raízes no século XX, fruto das lutas sociais dos séculos XVIII e XIX e que encontraram após a Segunda Guerra Mundial, o terreno fértil para se concretizar nas legislações do mundo a fora.

A Função social do direito busca extrair através da hermenêutica um novo conteúdo da norma jurídica. A função social de determinada norma é alcançar o fim almejado pelo legislador, dentro da perspectiva potencialmente valorativa de justiça realizada.

Se o comportamento humano é delineado pela norma, então a disciplina inscrita no texto normativo deve alcançar o fim almejado pela tutela do Estado. Portanto quando uma norma produz os efeitos que dela se espera, pode-se dizer que ela cumpriu sua função normativa, apaziguando os conflitos que almeja disciplinar.

A função social do direito tem o fim comum que a norma jurídica visar atender dentro de um ambiente que promova a paz social. Nisso, há que se ter presente que não há norma jurídica puramente individual, na medida em que ela regula relações humanas, sejam relações puramente de direito privado, sejam relações de ordem pública.

O direito como função social procura nortear o indivíduo, o homem, o cidadão, para que cumpram suas obrigações-deveres, dentro da ordem natural das coisas e dos

acontecimentos sem se valer dos meios fornecidos pelo Estado para fazer cumprir algo que já deveria ocorrer espontaneamente.

Buscamos a fundamentação da função social do direito, presente na Constituição Federal. De fato, o legislador nacional, ao editar o diploma máximo do país, enveredou os caminhos do moderno constitucionalismo.

A Constituição Federal de 1988 trás nos seus artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º as bases do moderno Estado Social Democrático de Direito, ao preceituar:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino americana de nações.

Ainda no texto constitucional estabelece no Capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos -, art. 5º, incisos XXII e XXIII que: XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá sua função social.

No âmbito dos direitos sociais, estabelece o artigo 6º da Carta Política, de 1988: “Artigo 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência privada, a proteção a maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”⁹.

No que tange a propriedade e sua respectiva função social, deve-se dizer que há outras disposições na Lei Maior que tratam desse instituto e de sua função social: (art. 170, II, III; art. 182 e §’s 2º, 3º e 4º; art. 183 e §’s 1º, 2º e 3º) e um plexo civil ordinário (art’s. 421 e 422; 1.228, §’s 1º, 2º, 3º 4º e 5º e art. 2035 do Código Civil, entre outros) etc.

Nesse norte, Carvalho afirma que:

O que fez o Estado contemporâneo foi adotar a causa social, a causa de todas as classes sociais como premissa básica de promoção dos novos valores, bens e direitos (da socialidade, da eticidade, da boa-fé objetiva, da probidade, da equidade, da solidariedade, da fraternidade, da partilha, do bem comum, da paz e da justiça). Essas premissas têm por objetivo conduzir a paz social e a justiça, fazendo com que todos participem dos frutos e produtos que o Estado, como gestor dos negócios da estrutura social pode proporcionar a todos (CARVALHO,2008, p. 33-35)

Temos então a funcionalidade do direito não é relativizar o conteúdo da norma jurídica, mas sim fazer operacionalizar dentro do ordenamento jurídico, a fim de que seja capaz de concretizar o desejo do legislador e o fim da própria lei. Através da função social do direito se pretende que o jurista, o intérprete e o aplicador do direito cumpram os valores contemporâneos que dão suporte a esse predicado cardeal do Estado contemporâneo sob o qual se sustenta à base e a razão do próprio direito e da própria justiça.

⁹ PINTO, Antonio Luiz de Toldedo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. (Orgs.), Vade Mecum. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 11.

4.3 O emprego do Direito na ótica axiológica

Axiológica porque o juiz ajusta a lei seus valores, a sua consciência, a seu modo. O juiz, como aplicador do direito tido na visão axiológica, afirma Herkenhoff¹⁰, que é inevitável e pode ser humana e socialmente útil. Porque, é inevitável, queira ou não queira, consciente ou inconscientemente, está, a todo instante, trabalhando no campo axiológica, filosofando. Será humana e socialmente útil, se observadas certas condições metodológicas, ideológicas e éticas.

Nesse sentido, a aplicação axiológica do Direito não nega que o juiz deve manter-se dentro dos princípios do sistema jurídico. Desapareceria aquele mínimo de segurança jurídica, sempre desejável, se cada juiz pudesse, sem justificativa, a seu talante, transformar-se em legislador. Estaria, sem dúvida, instaurado o regime da arbitrariedade judicial. O que se afirma é que o juiz tem uma grande cota de arbítrio, sem sair do sistema legal.

Nessa mesma esteira, à norma é apenas um ponto de referência, o núcleo central do ordenamento jurídico. Mas que certamente não se pode desprezar esse núcleo, como matéria-prima do labor sistematizador do operador do direito.

Por isso, o juiz Hekenhoff, afirma:

Em nenhuma hipótese, estará o juiz obrigado a sentenciar conforme a norma, ainda que com drama íntimo. Haverá sempre recursos para que o juiz, sem sair do sistema jurídico, sentencie em paz de consciência usando, com criatividade, sua cota de arbítrio e seu poder jurisdicional em homenagem à primazia dos valores humanos, que lhe cabe preservar. (HERKENHOFF, 2010, p. 94)

Como se ver, o juiz tem um grau de livre arbítrio quanto à aplicação do direito dentro do sistema jurídico, para preservar o valor maior, que é a justiça. Todo operador do direito na forma de intérprete é, embora não o queira, um filósofo e também político da lei. É de conhecimento que a lei é estática; o Direito é dinâmico.

A lei possui na sua essência revelar o Direito; mas nem sempre o faz bem; padece da imperfectibilidade humana. É primordial que o juiz tem a consciência do papel de

¹⁰HERKENHOFF, João Batista. Como aplicar o Direito: (à luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológica-política). 12ª ed. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 94

superar o individualismo consagrada pela lei , no cotejo crítico dos textos à face do bem comum, cotejo que exige, necessariamente, fazer valer axiologia.

4.4 O emprego do Direito na ótica fenomenológico

Define Herkenhoff :

A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua facticidade (HERKENHOFF,2010, p. 48)

A fenomenologia ao Direito foi feita tendo como a primeira tentativa por Adolf Reinach (1883-1916), jurista e filósofo alemão. O jurista Adolf Reinach partia da proposição de que o Direito, como as demais coisas, possui uma essência que permanece intata, não obstante as disposições do direito positivo, mesmo quando este se choca com aquela essência.

Tentar buscar essa compreensão do homem a partir de sua facticidade, da condição humana, comprometida com uma situação não escolhida. Buscar a volta às “coisas mesmas”. Tentar reencontrar a verdade, nos dados originários da experiência. Descer ao homem julgado, a sua pauta de valores, e fugir da violência de exigir que o homem julgado suba à pauta dos valores do juiz, ou dos que fizeram a lei, ou daqueles para os quais a lei foi feita.

As leis são criadas para atingir um fim de senso de justiça ou mais próximo dessa justiça. Esses são os desafios e inquietações que me despertou e ao mesmo tempo me preocupam.

A lei, diz: todos são iguais¹¹. Ingênuo engano. O retrato dos homens são desiguais. Uma estrutura de opressão cria e alimenta as desigualdades. Dessa observação há de partir

¹¹ Art. 5o da Constituição de 1988 estipula que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Garante-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito a vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Ainda a Constituição de 1988 reforça o preceito da igualdade quando estabelece no inciso XLI(41) do art. 5o, que: "... a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;...".

toda tentativa de um Direito justo: apreciação desigual, ante a desigualdade social e a desigualdade humana.

Afirma Faraco, que só uma pessoa, assumindo uma perspectiva fenomenológica, na arte e na ciência da aplicação do Direito, pode vencer a mudez e a insensibilidade da lei: o Juiz¹².

O campo da fenomenologia possibilita que o Direito, de fato, se torne homem – um Direito que surge em mudança voltada para o homem: já não é Direito, que generaliza e uniformiza; mas homem, capaz de captar as sessões de desse campo e buscar a compreensão, participar de maneira, mas humanística.

Para fundamentar o campo fenomenológico, foi realizada pesquisa pelo ilustre autor Herkenhoff e divulgada em sua obra¹³, que a perspectiva fenomenológica, ao lado de uma consideração axiológica, busca a Justiça ao lado do Homem, ajudando-o na conquista de novas formas de ser, e também foca na realização cada vez mais plena de si mesmo, solidariamente com toda a coletividade humana, poderá dar fundamentação teórica ao valor humanístico que muitos juizes já possuem, porem, com pejo, não revelam, temendo de serem tidos, depreciativamente, como "juizes bonzinhos".

4.5 O emprego do direito na ótica Sociológico-política

O direito no campo sociológico-política pressupõe uma interpretação conforme seu campo de atuação, ou seja, também sociológico-política da norma que regerá a espécie concreta. Mas é no "caso concreto", do Direito que busca a interpretação desse fato como fato social, que se impõe a aplicação sociológico-política.

Quando deparamos em uma interpretação abstrata da norma encontrada num artigo ou livro doutrinário é uma coisa. Já em um julgamento do caso, envolvendo o homem e a dramaticidade da vida, a luz da norma e das diretrizes do sistema legal, é completamente diferente. No primeiro caso, o campo sociológico e política estará

¹² PLAUTO Faraco de Azevedo, *Justiça Distributiva e Aplicação do Direito*, Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1983, p. 21.

¹³ HERKENHOFF, João Baptista Herkenhoff. *O Direito dos Códigos e o Direito da Vida*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1993, pp. 147 e 148.

presente, quando a figura do intérprete serve de elo entre a linguagem da lei (de um legislador, às vezes, pretérito) e a linguagem das aspirações e necessidades sociais, emergentes do tempo e do espaço nos quais se processa a atividade doutrinária de interpretação.

Já no segundo caso, quando é mencionado que em um julgamento de um caso concreto, a interpretação da norma é outra coisa. E que não apenas se reclamará a ponderação do sociológico-político (como na interpretação genérica), mas a consciência de que, em face do caso concreto, a aplicação deve ser sobretudo sociológica e política, levando em considerações vários fatores de ordem sociológica e política da sociedade.

Nas lições de Herkenhoff, tais fatores são citados, como:

I) ao ineditismo da vida, que extravasa a previsibilidade legal; II) ao desafio de ajustar a lei à Justiça do caso; III) à especificidade de certos fatos, que fogem ao enquadramento legal; IV) à mutação social; V) à necessidade de humanizar e socializar a lei; VI) ao atendimento das demandas sociais da Justiça, não ouvidas ou mal ouvidas pelo legislador; VII) ao surgimento de novas necessidades humanas; VIII) à conveniência de adaptar a lei à realidade local e à sua pauta de valores; IX) à consideração das conseqüências da decisão judicial, no sistema social como um todo; X) à ponderação do político dentro do jurídico (HERKENHOFF, 2010, p. 101)

O que se pode observar nos fatores citados acima, é que no item: I - ocorre nas relações da vida situações inesperadas e diferentes a todo o momento que não pode ficar agregada somente no entendimento de uma lei, como se fosse à resposta adequada no caso; II – a hermenêutica jurídica é o caminho onde o juiz deve buscar esse desafio de ajustar sempre a lei à justiça como valor supremo; III- na vida, ocorrem situações onde o magistrado deve observar o caso em específico que está além do dispositivo legal; IV- fator este importante para o emprego da lei, a hermenêutica busca no interior da lei justo com as relações de mudança ocorrida na sociedade uma relação de proximidade com a justiça; V- uma lei não pode se engessada, cabe ao juiz ter em mente o espírito humanístico e estabelecer na lei o seu alcance social; VI- um ajusto na lei aos anseios sociais, que não foram inserida na lei ou omissa pelo legislador; VII- a norma é criada para atender as novas situações de comportamento humanístico; VIII- deve adaptar a lei ao realidade do caso concreto levando em conta o local e seus valores; IX- visualizar com prudência conseqüência do resultado da decisão judicial para o ser humano em sua vida,

no meio social como um todo. X- e por ultimo, estabelecer um equilíbrio se utilizando do pensamento político dentro do campo das leis, que é o mundo jurídico.

Tais fatores abordados levam a considerar que o emprego do Direito, pelo magistrado, será de cunho sociológico-política, ou será uma aplicação de extrema nocividade aos homens, sujeitos a julgamento, e à comunidade, regida pelo sistema de jurisdição.

A fundamentação teórica para assentar a postura sociológico-política, o emprego do Direito, é a visão do Direito como "fato social". Portanto o conjunto jurídico não pode ser interpretado como um conjunto fechado, mas sim um conjunto aberto, inserido conjunto do sistema social. Dessa maneira, a decisão judicial não se isola, não se engessa, leva a condição de sofrer mudanças pelos diversos fenômenos sociais, a começar pelo econômico, e atua para além do conjunto jurídico.

O Direito, em uma perspectiva como "fato social", não se esgota nas definições dogmáticas do monismo jurídico, o Direito é o que, realmente, ocorre na sociedade. Consequência dessa percepção do jurídico é dar guarida ao Direito popular e à cultura que o informa. Como percebem diante a lei nem sempre revela o Direito. Nesse sentido, nos revela de modo contrário em muitas situações posta no meio social, uma verdadeira consagração de privilégios de geração a geração.

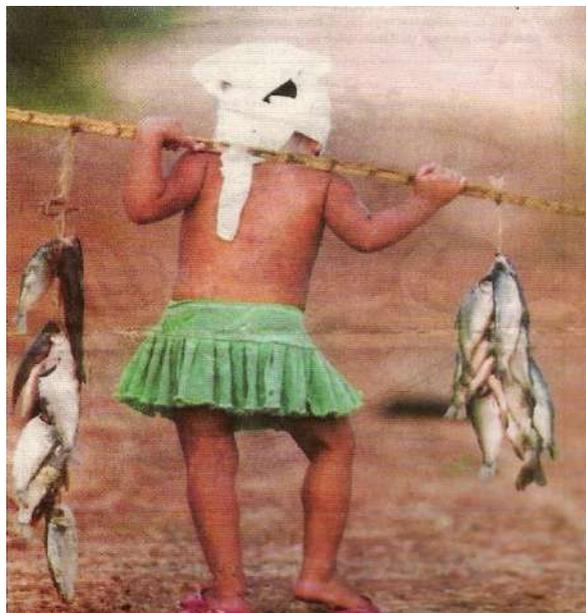
O direito colocado ao lado do povo, nem sempre é posto como deveria ser, pois há uma cultura popular que a chamada cultura universitária que despreza, em nome de um elitismo, que é apenas domínio de classe. Nesse sentido, o povo formula o seu Direito, tem a consciência do que é justo e injusto, o povo sente que a pressão de uma ideologia aplicada sobre ele exercida não conseguiu destruir. Diante de um senso crítico remanescente, nasce "núcleo de bom senso" é, aliás, o princípio que pode permitir a libertação da dominação.

4.6 O emprego da hermenêutica para o alcance da justiça social

O emprego da hermenêutica quando bem empregada por bons juizes pode captar a realidade do Direito para seus fins sociais, buscando uma compreensão de equidade. A Hermenêutica ensina e promove a sensibilidade de enxergar da realidade social.

O ilustre professor Sebastião Júnior, com o artigo “Fotografia da Realidade¹⁴”, formulou a seguinte pergunta na publicação do seu artigo em relação à criança da fotografia.

“Quem está de costas para quem”?! Com um olhar sensível para as causas sociais basta perceber que é nós como sociedade, autoridades públicas e eleitores, é que estamos verdadeiramente dando às costas àquela criança, que representa um grande universo desta caótica situação, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-(IBGE) não nos deixa mentir. Percebe uma criança que carrega em seu ombro o peso do total descaso, vítima da ausência de uma política compromissada, de forma sólida e planejada voltada para as crianças, jovens e a população como um todo.



Fonte: Revista Hoje, Ano IV, nº VI, 2010, p.78.

Um quadro que confronta com o direito social, preconizado na CRFB/88 no artigo 6º, - “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência privada, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

No outro olhar, pode-se formar a imagem da figura mitológica Deusa da Justiça - *Themis*¹⁵ - uma Deusa com que possui uma venda nos olhos, Deusa imponente, com que segura em uma das mãos uma espada, e na outra uma balança para medição de valores e justiça. A Deusa de olhos vendados significa o desejo de nivelar o tratamento jurídico de todos por igual, sem nenhuma distinção. Tem o propósito da imparcialidade e da objetividade. A balança simboliza a equidade, o equilíbrio, a ponderação, a igualdade das decisões aplicadas pela lei. E a espada simboliza a força, coragem, ordem, regra e aquilo que a razão dita e a coerção para alcançar tais determinações. Por isso na obra A Luta

¹⁴ Foto publicada no Jornal Meio Norte em 11/04/2007. JUNIOR, Sebastião. Fotografia da Realidade. Revista Hoje, Ano IV, nº VI, 2010, p.78.

¹⁵ Segundo a mitologia grega, a figura de mulher que representa a Justiça é a deusa *Thémis*, filha de Urano (Céu) e de Gaia (Terra), ela própria a deusa da Justiça. Dotada de grande sapiência, além de esposa de Zeus, o deus supremo, era sua conselheira. Criadora das leis, dos ritos e dos oráculos, era a guardiã dos juramentos dos homens. As leis e os oráculos proferidos por *Thémis* seriam obrigatoriamente acatados tanto por homens como por deuses.

pelo Direito de Ihering, afirma que “o Direito não é uma pura teoria, mas uma força viva¹⁶”.

O Direito sem a balança para pesá-lo é força bruta e irracional. E sem a espada para obrigar sua aplicação é a fraqueza do Direito. Um deve completar o outro para que a Justiça seja a mais justa possível.

No entanto, se olharmos para a criança, o que se observa é uma criança que vive em uma realidade real, que enxerga toda miséria e descaso a sua volta, a desigualdade social, onde as leis não possui eficácia alguma. Pode se ver uma criança de cabisbaixa pela dor, o sofrimento, que carrega em seus ombros o peso de uma balança de valores da injustiça, preconceitos formada por peixes. Em relação à espada, essa no momento ainda não sustenta, mas é temeroso que no futuro quando ainda adolescente possa surgir à espada e segura-la, que de forma infeliz, procure realizar justiça com suas próprias mãos com sentimentos de revolta de uma sociedade que sempre ficou de costas para com ela, uma sociedade cega agregados de valores da insensibilidade da justiça.

Portanto essa criança da fotografia infelizmente pode ser considerada símbolo de uma injustiça social e muitas outras são vítimas do descaso da sociedade, autoridades públicas, que nos faz buscar no direito a libertação de tamanha injustiça, com isso resta lutar por uma Hermenêutica jurídica pautada em uma interpretação de valores que permeia na função social do direito, um valor que pré-existe ao mandamento da lei, que não pode ser subtraído do homem, a hermenêutica em um novo modelo de interpretação proporciona um alcance social. Ela representa um sentido peculiar do homem de ver o mundo ordenado pela paz, num ambiente em harmonia, equilibrado, justo no prisma de uma justiça social.

Diante de tamanhas ocorrências de injustiças existentes, não pode ser deixada de lado pelo operador do direito, por está sempre próximo com a norma jurídica deve sempre buscar a indagar no caso concreto, onde que o direito está sendo efetivado como função ou em que medida aquele caso merece ser visto a parir dos valores sociais que o mundo adotou como cardeais e incorporou no rol dos valores fundamentais sob os quais o Estado contemporâneo foi construído.

A função social do direito como princípio é a base sob a qual se sustenta os predicados da socialidade, da solidariedade, da fraternidade, da eticidade, da boa-fé, da

¹⁶ IHERING, Rudolf Von. A luta pelo Direito. Tradução de João Vasconcelos. São Paulo: Martin Claret, 2009, p. 23

equidade como frisado antes, da probidade, da partilha, do bem comum, da paz e da justiça.

A função social do direito é o senso moderno de justiça que absolveu todos os valores contemporâneos. É a cláusula vetora e ordenadora do direito. Como princípio deve direcionar o agir humano com vistas a construir um mundo melhor para o indivíduo, para o cidadão, para a empresa e para o empresário. Ela é regra jurídica de interpretação realizada pela arte de interpretar. Ao se interpretar o caso concreto, o operador do direito fará um juízo de valor, não de qualquer valor, mas de um valor jurídico emprestado pelo senso comum ao direito, e verificará se o caso se ajusta aos valores contemporâneos e se a ele o direito absolveu como predicado do ideal de justiça, do senso normativo e da realidade humana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo analisar o melhor emprego da Hermenêutica Jurídica para o alcance da Justiça Social, em vista que as leis apresentam em forma de uma generalidade e demasiada abstração a qual as tornam incapazes de alcançar uma realidade que traduza o que seja mais conveniente para cada um em particular, pois não conseguem prescrever com exatidão o que seja bom e direito para cada indivíduo de uma sociedade, a um só tempo, seja qual for. Por isso todo processo deve ter sua relatividade e individualidade observadas.

Foram visto a definição razoável de Hermenêutica Jurídica bem como a distinção e objetivo da interpretação, e dos dispositivos legais do Direito como um todo ao passo que esta atividade consiste em determinar o sentido de uma norma jurídica a fim de que se possa aplicá-la ao caso concreto pelo fato de sua abstração e generalidade.

Esse trabalho revela a necessidade do emprego da hermenêutica jurídica voltada para a realidade social e menos mecânica e formalista torna-se cada vez mais necessária diante das deficiências do emprego isolado dos métodos tradicionais.

Diante de tal realidade podemos dizer que o emprego da hermenêutica jurídica para o alcance da justiça social pode ser vista como uma nova interpretação hermenêutica, já dita por muitos autores, como a valoração da hermenêutica jurídica, como um novo modelo de interpretar, mas que segue com único objetivo, a concretização da norma mais humanística.

Para atingir essa concepção humanística, a pesquisa revela o emprego da hermenêutica jurídica onde o direito deve ser empregado no campo axiológico, fenomenológica e sociológico-política. No campo axiológico, fundamentar o julgador ajustar a lei seus valores, a sua consciência, a seu modo, conducente a decisões conformes com a Justiça. É primordial que o juiz tem a consciência do papel de superar o individualismo consagrado pela lei, no cotejo crítico dos textos à face do bem comum, cotejo que exige, necessariamente, fazer valer axiologia.

No campo fenomenologia o direito também contribuirá para a humanização da lei, descendo o homem julgado, à sua pauta de valores, é reconhecendo a desigualdade econômica e cultural vigente em nossa sociedade, é tentando compreender a individualidade de cada ser, seu mundo, suas percepções, seus condicionamentos, aqui o estudo revela o emprego da hermenêutica jurídica penetrando no campo fenomenal, que proporcionará ao juiz vencer a frieza da norma jurídica, para transmitir ao homem julgado o que ainda lhe resta, o sopro da vida.

E por ultimo, o direito no campo sociológico-política que desaguará numa visão humanística da lei, onde apontar a fundamentação teórica para assentar a postura sociológico-política, a visão do Direito como "fato social". Portanto o Direito, em uma perspectiva como "fato social", não se esgota nas definições dogmáticas do monismo jurídico, o Direito é o que, realmente, ocorre na sociedade. Consequência dessa percepção do jurídico é dar guarida ao Direito popular e à cultura que o informa. O que busca na lei é um senso de tanto mais justo, onde pudesse consagrar mais esses valores sociais, e é tanto mais injusta quanto reflete interesses e valores importados ou quanto, dentro do próprio país, privilegia a vontade de grupos e o domínio de classe.

Dentro dessa percepção, é importante observar tomando por base a linha de raciocínio desenvolvida, ou seja, a existência no centro da vida do Direito: está o hermeneuta, o juiz; o destinatário, que é o homem julgado com seus valores, como sua vida, sua liberdade, sua individualidade, seus motivos.

O resultado obtido nesse trabalho apresentou que a hermenêutica exerce uma influência positiva para a interpretação das normas jurídicas à medida que toma em consideração a realidade social evidenciada pelo âmbito normativo. Tem especial importância para tais direitos esta referência, por que, dentre outros fatores, o seu rol é aberto, sujeito a modificações e recheado de normas-princípios, o que torna ainda mais

necessário o reconhecimento da importância do âmbito normativo para a inclusão da realidade na tarefa de interpretação da norma.

6. REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724; Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023; Informação e Documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2020.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988
- ACQUAVIVA Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico brasileiro**. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 8ª edição, 1995.
- AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. **Interpretação**. *Ajuris*, v. 16, n° 45. mar. 1989, p. 4. Disponível em: www.stj.gov.br. Acessado em 10 ago. 2011.
- CARVALHO, Francisco José. **Perspectivas Contemporâneas do direito**. Estudos em comemoração aos 20 anos da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Editora Phoenix., 2008.
- HERKENHOFF, João Baptista Herkenhoff. **O Direito dos Códigos e o Direito da Vida**. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1993.
- HERKENHOFF, João Batista. **Como aplicar o Direito**: (à luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológica-política). 12ª ed.ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. Tradução de João Vasconcelos. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Traduzido por João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes. 5 ed, 1973.
- MARQUES DE LIMA, Francisco Meton. **O Resgate dos Valores na Interpretação Constitucional**: por uma hermenêutica reabilitadora do homem como «ser-moralmente-melhor». Fortaleza: ABC Editora, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**: 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito** – 19. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2006.

NUNES, Pedro dos Reis. **Dicionário de tecnologia jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 12ª ed. rev amp e atual, 1990.

PINTO, Antonio Luiz de Toldedo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. (Orgs.), **Vade Mecum**. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

PLAUTO Faraco de Azevedo, **Justiça Distributiva e Aplicação do Direito**, Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim. 2017. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez 2017.

ESTUDOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

VOLUME 1

ORGANIZADORES:
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA, Dr.
JONATHA PEREIRA BUGARIM, Msc.



É com muita satisfação que apresentamos o primeiro volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS”, que reúne em seus 11 capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.



Editora Enterprising

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

Tel. BR: (96) 981146835

CNPJ: 40.035.746/0001-55

 **10.29327/552573**

ISBN 978-65-84546-03-5



9 786584 546035 >